



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

SERGIO DO ESPIRITO SANTO FERREIRA JUNIOR

QUEM DIZ *CHACINA* DIZ O QUÊ?
Genocídio negro, acontecimento violento e sentidos em disputa em relatos midiáticos

RECIFE
2024

SERGIO DO ESPIRITO SANTO FERREIRA JUNIOR

QUEM DIZ *CHACINA* DIZ O QUÊ?

Genocídio negro, acontecimento violento e sentidos em disputa em relatos midiáticos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Teixeira Vieira de Melo

RECIFE
2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Ferreira Junior, Sérgio do Espírito Santo.

Quem diz chacina diz o quê? genocídio negro, acontecimento violento e sentidos em disputa em relatos midiáticos / Sérgio do Espírito Santo Ferreira Junior. - Recife, 2024.

171f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.

Orientação: Cristina Teixeira Vieira de Melo.

Inclui referências e apêndice.

1. Acontecimento; 2. Genocídio negro; 3. Relato midiático; 4. Violência; 5. Chacina. I. Melo, Cristina Teixeira Vieira de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

SERGIO DO ESPIRITO SANTO FERREIRA JUNIOR

QUEM DIZ *CHACINA* DIZ O QUÊ?
Genocídio negro, acontecimento violento e sentidos em disputa em relatos midiáticos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Comunicação.

Aprovada em: 16 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

PARTICIPAÇÃO VIA VIDEOCONFERÊNCIA
Cristina Teixeira Vieira de Melo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

PARTICIPAÇÃO VIA VIDEOCONFERÊNCIA
Izabela Domingues da Silva (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

PARTICIPAÇÃO VIA VIDEOCONFERÊNCIA
Jeder Silveira Janotti Junior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

PARTICIPAÇÃO VIA VIDEOCONFERÊNCIA
Ligia Coeli Silva Rodrigues (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Cariri - UFCA

PARTICIPAÇÃO VIA VIDEOCONFERÊNCIA
Tobias Arruda Queiroz (Examinador Externo)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

PARTICIPAÇÃO VIA VIDEOCONFERÊNCIA
Jessé Andrade Santa Brígida (Examinador Externo)
Universidade da Amazônia - UNAMA

A Tereza Romana, in memoriam

AGRADECIMENTOS

Há tanto pelo que agradecer, a tantas pessoas que fizeram parte dessa longa jornada, que tomou alguns anos da minha juventude. Em retrospecto, vejo que foi um árduo caminho, no qual aprendi muito, no qual muito me angustiei, mas que trouxe seus frutos, um deles sendo este próprio texto. Vejam só, uma tese.

Daí que gostaria de agradecer primeiramente a Tereza Romana, mãe, que decidiu comigo muitos dos passos dessa trajetória na universidade. Por ter acreditado em mim, por ter-me incentivado, por ter-me amado tanto, dou o maior dos obrigados que possa haver.

A Cris Teixeira, que sempre foi uma pessoa antes de qualquer coisa, além de ser uma orientadora incrível, por ter um olhar tão sensível, uma escuta tão atenta e sempre acolher as inquietações sobre vida e academia que trazia comigo. Como te admiro. Fazendo meu caminho até a academia, se conseguir cultivar um pouco dessa beleza que tens na alma para habitar esse mundo, dou-me por satisfeito. Que mulher, meus amigos.

Aos amigos que trago comigo dentro do peito e do pensamento, amigos que fiz quando decidi botar o pé na estrada e ir para a UFPE, em uma nova cidade, na qual não conhecia ninguém. Destes não posso deixar de mencionar Vitor, que acompanhou muitos dos momentos de incerteza, mas também com quem compartilhei alguns dos melhores momentos e memórias que tenho de minha temporada no Recife.

Aos novos amigos que fiz no Cariri cearense, onde pude voltar a me sentir gente depois da pandemia, onde fui acolhido de um jeito que jamais antecipei. Que pessoas maravilhosas e que terra aconchegante, mesmo com o calor escaldante. Em meio a esse povo, preciso agradecer a Samuel, homem lindo que tem compartilhado comigo momentos incríveis, cujo apoio foi essencial para conseguir terminar este texto.

Aos velhos amigos de minha saudosa Belém, que acompanharam minhas andanças acadêmicas desde o mestrado. De longe, pudemos nos ajudar em meio a tanta vida que vivemos. Agradeço especialmente a Luana, que sempre me mostrou ao longo desses anos o valor de respeitar meus limites e de buscar formas de me entender; quero apenas te abraçar imensamente por todo o incentivo. E a Andreza, que não é de Belém, mas é como se fosse, pois lá fomos muito felizes e para lá voltaremos, para celebrar nossa amizade. Obrigado.

Por fim, agradeço à banca pelo aceite. A Jeder, que considero amigo e parceiro, que desde meus primeiros dias na UFPE lançou sempre olhares instigantes sobre o mundo, desafiando as posturas de um conhecimento acadêmico desengajado, quase parnasiano. És um

exemplo a seguir e alguém a ter por perto, inclusive em ocasiões não acadêmicas de celebrações etílicas. Obrigado pela parceria e por acreditar no meu trabalho.

A Lígia, amiga que se tornou interlocutora. Não poderia jamais imaginar que nossas vidas se cruzariam desse jeito e estaríamos tão próximos da cotidianidade um do outro como estamos em terras caririenses. Obrigado pelo franco diálogo e pelo incentivo do qual preciso para lidar com minhas inseguranças.

A Jessé, por também ter sido uma presença amiga com que aprendi muito ao longo desses anos. Pelos conselhos e pela forma como pudemos contar um com o outro em momentos de finalização de ciclos.

Agradeço também a Tobias, que se tornou para mim um exemplo de profissional e pesquisador negro dentro da academia, me mostrando as muitas potencialidades que podemos ter em um espaço que muitas vezes nos antagoniza.

E a Izabela, com quem tive o prazer de estudar logo ao chegar na UFPE e que à época me mostrou o quanto essa comunidade acadêmica podia ser receptiva.

Finalmente, agradeço ao PPGCOM/UFPE pelas oportunidades de aprendizagem, e à Capes pelo financiamento desta pesquisa.

[...]

*For those of us
who were imprinted with fear
like a faint line in the center of our foreheads
learning to be afraid with our mother's milk
for by this weapon
this illusion of some safety to be found
the heavy-footed hoped to silence us
For all of us
this instant and this triumph
We were never meant to survive.*

*And when the sun rises we are afraid
it might not remain
when the sun sets we are afraid
it might not rise in the morning
when our stomachs are full we are afraid
of indigestion
when our stomachs are empty we are afraid
we may never eat again
when we are loved we are afraid
love will vanish
when we are alone we are afraid
love will never return
and when we speak we are afraid
our words will not be heard
nor welcomed
but when we are silent
we are still afraid*

*So it is better to speak
remembering
we were never meant to survive.*

(Audre Lorde, A Litany for Survival)

RESUMO

Como ocorrência concreta e parte dos saberes sobre violência e segurança pública no Brasil, o tema das chacinas, especialmente aquelas perpetradas por agentes vinculados ao Estado, tem suscitado o reexame das múltiplas facetas que envolvem o fenômeno. Buscamos abordá-las aqui como acontecimentos violentos para compreender como evidências do genocídio negro encontram-se presentes em relatos midiáticos a seu respeito, tomando como ponto de partida aquela que ficou conhecida como a Chacina de Belém, que ocorreu em 2014, no estado do Pará, cometida por grupos milicianos como retaliação ao assassinato de um policial militar líder de um esquadrão da morte. Para tanto, apresentamos como o genocídio negro se manifesta em nosso país, apontando as relações entre sua ocorrência e a violência e o terrorismo de Estado racialmente orientados, em que este mesmo Estado se encontra ativamente engajado no extermínio das populações negras e periféricas. Do ponto de vista teórico-metodológico, lidamos com os relatos midiáticos a partir de como integram um processo de acontecimentalização, identificado como o trabalho realizado coletivamente por múltiplos agentes para definir e descrever aquilo que se passou na vida social, por meio de uma atividade de feitura dos acontecimentos. O estudo da chacina contempla seu percurso acontecimental, noção relacionada às operações de caráter público em torno do acontecimento para descrevê-lo, explicá-lo e lhe conferir identidades mais ou menos estabilizadas, com atenção para os fluxos que participam de sua formação. Diante da preocupação com a violência racializada e a racialização desse massacre, analisamos um ano de cobertura sobre a chacina a partir de relatos midiáticos publicados na internet, das mais diversas origens institucionais, como mídias jornalísticas, político-partidárias, de movimentos sociais etc., que representam a reverberação desse acontecimento violento. A partir da análise deste percurso acontecimental, mapeamos os fluxos relacionados às ações no interior do acontecimento e aos estados de transformação pelo qual passou. A constituição deste acontecimento-chacina como instância do genocídio negro torna-se evidente a partir dos padrões de vitimação, da inexistência de um luto coletivo para além das comunidades periféricas, pela intensa demanda por responsabilização do Estado feita pela sociedade civil, e pelo ocultamento dos rostos e histórias das vítimas deste massacre.

Palavras-chave: acontecimento; genocídio negro; relato midiático; violência; chacina.

ABSTRACT

As an actual occurrence and part of the knowledge regarding violence and public safety in Brazil, the topic of *chacinas* (i.e. massacres or slaughters), especially those perpetrated by state agents, has invited to a reexamination of a myriad of facets the phenomenon has. We try to approach them as violent events so as to understand how evidence of a Black genocide is present across media reports about them, choosing as a jumping-off point that which became known as *Chacina de Belém*, which happened in 2014, in Pará state, Brazil, being carried out by a militia group as retaliation for the murder of a fellow military police officer who was also a death squad leader. Thus, we present how the Black genocide manifests itself in our country, pointing out the relations between its occurrence, on one hand, and racially oriented state violence and terror, on the other, in which the same state is actively engaged in the extermination of Black and impoverished populations. From a theoretical and methodological standpoint, we deal with media reports considering how they are part of an eventalization process, identified as collective work done by multiple agents to define and describe that which had happened in society, through an activity of event-making. Studying the *chacina* encompasses its eventful course, a notion related to the public actions surrounding an event in order to describe it, explain it and to give it more or less stabilized identities, with attention to flows that are present in its formation. In face of concerns with racialized violence and a racialization of that massacre, we analyzed one year of coverage about the killings done by media reports published on the internet, from several organizational origins, such as news media, political party, social movement outlets, and others, all of which represent consequences of that violent event. From analyzing that eventful course, we mapped the flows related to actions within the event, and transformations it has undergone. The constitution of that violent event as an instance of Black genocide becomes evident due to patterns in victimization, a collective grief beyond the affected communities being inexistent, society strongly demanding the state to be held accountable for it, and the massacre victims' faces and stories being hidden.

Keywords: event; Black genocide; media report; violence; chacina.

RESUMEN

Como un hecho real y parte del conocimiento sobre la violencia y la seguridad pública en Brasil, el tema de las *chacinas* (es decir, masacres o matanzas), especialmente aquellas perpetradas por agentes estatales, ha invitado al reexamen de las múltiples facetas que tiene el fenómeno. Buscamos abordarlas como acontecimientos violentos para entender cómo evidencias del genocidio negro están presentes en los relatos mediáticos sobre ellas, eligiendo como punto de partida la que se quedó conocida como *Chacina de Belém*, que ocurrió en 2014, en el estado de Pará, Brasil, y fue llevada a cabo por un grupo de milicianos como represalia por el asesinato de un policía militar líder de un escuadrón de la muerte. De este modo, presentamos cómo se manifiesta el genocidio negro en nuestro país, señalando las relaciones entre su ocurrencia y la violencia y el terror estatales de orientación racial, en los que el mismo Estado participa activamente en el exterminio de las poblaciones negras y empobrecidas. Desde un punto de vista teórico y metodológico, abordamos los relatos mediáticos a partir de como integran un proceso de acontecimientalización, identificado como el trabajo colectivo realizado por múltiples agentes para definir y describir lo que sucedió en la vida social, a través de una actividad de hechura de acontecimientos. El estudio de la *chacina* abarca su curso acontecimiental, una noción relacionada con las operaciones públicas en torno a un acontecimiento para describirlo, explicarlo y darle identidades más o menos estabilizadas, con atención a los flujos que están presentes en su formación. Frente a las preocupaciones por la violencia racializada y una racialización de esa masacre, analizamos un año de la cobertura sobre las matanzas en los relatos mediáticos publicados en la internet, de diversos orígenes institucionales, como medios periodísticos, partidos políticos, movimientos sociales y otros, todos los cuales representan reverberaciones de ese acontecimiento violento. A partir del análisis de ese curso acontecimiental, mapeamos los flujos relacionados con las acciones dentro del acontecimiento, y las transformaciones que ha experimentado. La constitución de ese acontecimiento violento como una instancia de genocidio negro se hace evidente debido a los patrones de victimización, la inexistencia de un duelo colectivo más allá de las comunidades afectadas, la fuerte demanda de la sociedad para que el Estado se responsabilice por el ocurrido y el ocultamiento de los rostros e historias de las víctimas de la masacre.

Palabras clave: acontecimiento; genocidio negro; relato mediático; violencia; chacina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Post de sargento da PM/PA incitando "resposta" da corporação	86
Figura 2 - Post da ROTAM/PA sobre a morte do Cabo Pet.....	86
Figura 3 - Mapa do Brasil reproduzido na BBC News	90
Figura 4 - Vídeo "Chacina em Belém" no YouTube, 5. nov. 2014.....	97
Figura 5 - Vídeo <i>Tiro Belém caraio pdu</i> publicado no YouTub, 5. nov. 2014	98
Figura 6 - Vídeo <i>Chacina em Belém</i> publicado no YouTube, 5. nov. 2014	99
Figura 7 - Notas da Anistia Internacional e da SDDH sobre a chacina de Belém	107
Figura 8 - Protesto contra a violência das chacinas de Belém	115
Figura 9 - Cartaz utilizado durante o protesto	115
Figura 10 - Cartazes com foto e nomes de vítimas da violência no Pará.....	116
Figura 11 - Protesto em frente ao Palácio Cabanagem, sede da Alepa	116
Figura 12 - Entrevista de mãe de vítima da Chacina de Belém.....	122
Figura 13 - Imagens de matéria jornalística sobre <i>Poderia ter sido você</i>	130
Figura 14 - Cenas do documentário <i>Poderia ter sido você</i>	132
Figura 15 - Reportagem de Dom Phillips publicada em <i>The Washington Post</i>	137
Figura 16 - Familiares presentes no protesto.....	140
Figura 17 - Familiares presentes no protesto.....	141
Figura 18 - Protesto realizado no bairro de São Brás	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Chacinas no Pará (1994-2019).....	21
Quadro 2 - Chacinas no Brasil (1990-2021)	27
Quadro 3 - Tipos de mídias/portais que produziram conteúdos sobre a chacina de Belém....	76
Quadro 4 - Tipos de relato midiático presentes na cobertura da chacina.....	78
Quadro 5 - Fluxos mapeados no percurso acontecimental da Chacina de Belém.....	79
Quadro 6 - Nomes das vítimas presentes no documentário	129

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CHACINAS, GENOCÍDIO NEGRO E VIOLÊNCIA DE ESTADO	20
2.1	CHACINAS NO BRASIL E CONTEXTOS DO CHACINAMENTO NO PARÁ... 24	
2.2	O GENOCÍDIO NEGRO BRASILEIRO EM INTERFACE COM A NECROPOLÍTICA	30
2.3	INSTÂNCIAS DO GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	35
2.4	VIOLÊNCIA RACIALIZADA DE ESTADO COMO CONDIÇÃO PARA O MASSACRE	39
3	ACONTECIMENTALIZAÇÃO, VIOLÊNCIA RACIALIZADA E O PAPEL DAS MÍDIAS	45
3.1	EM TORNO DO TRABALHO COLETIVO DE CONSTITUIÇÃO PÚBLICA E CONFIGURAÇÃO NARRATIVA.....	46
3.2	SOBRE COMO É <i>FEITO</i> O ACONTECIMENTO: ELEMENTOS DE UMA SEMIOSE POLÍTICA.....	51
3.3	MÍDIA E NARRAÇÃO: REPRODUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS POR PRÁTICAS NARRATIVAS.....	57
3.4	ACONTECIMENTO VIOLENTO, MÍDIA E RACISMO.....	61
4	PERCURSO ACONTECIMENTAL COMO PISTA METODOLÓGICA DIANTE DO ACONTECIMENTO VIOLENTO	70
4.1	PERCURSO ACONTECIMENTAL, RELATOS MIDIÁTICOS E SUA INSCRIÇÃO EM FLUXOS	71
4.2	DEFINIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE.....	75
5	CHACINA DE BELÉM: ACONTECIMENTO VIOLENTO COMO INSTÂNCIA DO GENOCÍDIO NEGRO	80
5.1	PERCURSO ACONTECIMENTAL DA CHACINA DE BELÉM	83
5.1.1	O momento do chacinamento.....	85
5.1.2	A reação político-institucional.....	100
5.1.3	A reivindicação da chacina.....	104
5.1.4	A CPI das Milícias.....	117
5.1.5	A perspectiva das vítimas e o arrefecimento do acontecimento.....	128
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
	REFERÊNCIAS	150
	APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DO CORPUS.....	162

1 INTRODUÇÃO

Em 13 de dezembro de 1994, no bairro do Tapanã, em Belém-PA, Max Cley Mendes e Marciley Roseval Melo Mendes, que eram irmãos, e Luís Fábio Coutinho da Silva foram mortos brutalmente por policiais militares em serviço. O que faziam eles naquele dia? Teria alguma vez passado pelas suas cabeças que seriam torturados, levariam tiros até mesmo em suas regiões íntimas e seriam deixados para morrer, agonizando em meio a seu próprio sangue, derramado em uma via qualquer daquele bairro periférico? O que se passava pelas suas mentes, será que pensaram naqueles que deixariam, nas pessoas amadas?

Eles haviam sido detidos por PMs e executados antes de chegarem à viatura. Suas mortes foram registradas como auto de resistência, com a descrição de uma perseguição, fuga e um confronto armado no qual eles estariam supostamente envolvidos. A motivação de toda essa ação foi a morte de um cabo da PM naquele mesmo dia, em resposta à qual mais de 80 policiais, em um micro-ônibus, em duas vans e várias viaturas foram mobilizados para “caçar” os responsáveis. Anos depois, os acusados foram absolvidos, com um deles tendo até se tornado deputado estadual em 2014. Essa foi a Chacina do Tapanã.

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2014, 20 anos depois, o mesmo roteiro dessa violência volta a se repetir em bairros periféricos da cidade de Belém, quando, em uma noite e madrugada de terror, um contingente até hoje não definido de pessoas foi alvo de uma nova caçada, que resultou em 9 pessoas mortas naquelas horas e uma outra, dias depois. Esses dez mortos, todos homens, em sua maioria jovens, foram vítimas de execuções por homens encapuzados que rondavam os bairros do Terra Firme, Guamá e Jurunas, regiões periféricas contíguas umas às outras, localizadas às proximidades do rio Guamá, que banha a cidade, e do Sideral, na fronteira com o município de Ananindeua, e Tapanã, próximo à rodovia Augusto Montenegro.

Todos estes são conhecidos como bairros “perigosos”, segundo uma cultura do medo local, estando situados em pontos muito distantes uns dos outros, o que permite ter uma noção da extensão na matança. Aqueles homens que atiravam para matar, muitas vezes fazendo disparos a esmo, faziam-no em resposta – mais uma vez – à morte de um outro cabo da PM. Talvez a diferença agora fosse o fato de esses homens agirem como uma milícia, da qual o cabo era líder, como ficou comprovado depois. Mais uma vez, houve uma reação desproporcional que pôs em risco e efetivamente dizimou vidas de pessoas que nada tinham a ver com a morte. A única motivação dos assassinatos em série era o fato de serem jovens moradores daqueles bairros periféricos, jovens negros, cujos corpos mortos tornavam-se um meio para comunicar a

mensagem de controle e de medo que o grupo queria estabelecer. Essa foi a Chacina de Belém, que nos dedicaremos a analisar ao longo desta tese.

Já tendo estudado chacinas anteriormente, com estas sendo um de nossos principais interesses de pesquisa, pontuamos que este trabalho se insere em uma trajetória de pesquisa que abarca alguns anos de dedicação a fenômenos midiáticos em torno da violência e morte no Pará e na Amazônia, buscando pensar aspectos da comunicação midiática, em conjunção com facetas da vida social que as contextualizam e formatam. Quando fazemos a opção por tratar da chacina de Belém, fazemos uma dupla articulação que já surgia no horizonte desta pesquisa mesmo antes do ingresso no doutorado, que se trata do enfrentamento dessa violência como parte do genocídio negro em andamento em nosso país e o que revela a esse respeito a sua acontecimentalização, isto é, o processo coletivamente levado a cabo em meio às tentativas de dizer o que aconteceu e de lidar com as consequências disso, sendo a ideia de acontecimento violento central para emprendermos a presente pesquisa.

Quando da dissertação de mestrado, lidamos com outra chacina urbana, mais recente, ocorrida na Região Metropolitana de Belém (RMB), no estado do Pará, em 2017. Àquela altura, a preocupação central foi entender o processo através do qual ela vinha a se tornar um acontecimento por meio de narrativas jornalísticas; portanto, tratávamos ali do papel do jornalismo no processo de configuração da chacina na cena pública. Com isso, foi possível compreender como era tecida a história da Chacina da RMB por meio das mídias jornalísticas, quem era convocado a dar contornos e explicações, a constituição de seu campo problemático, e como se elaborava um percurso acontecimental em conjunto com cenas que eram ao mesmo tempo de contestação e de definição para o que aconteceu. De fato, isso permitiu entender a atuação de agentes midiáticos materializados nos dois jornais impressos de mídia corporativa local, que elaboravam enredos para descrever e explicar o acontecimento, na medida em que eles próprios convocavam outros agentes sociais e políticos a intervir na urdidura de sua trama narrativa.

Já na presente tese, pretendemos olhar com bastante atenção para a Chacina de Belém, de 2014, ainda utilizando a noção de acontecimento como prisma que nos permite encarar esse evento violento, mas trazendo para o centro de nossas preocupações seu exame como manifestação de uma violência racializada que incide sobre as populações periféricas, que tem contornos de apagamento, de aniquilação e de extermínio. Daí então que chacina não nos interessa somente por se constituir como mortes em série, quantidade exacerbada de homicídios, mas pelo seu papel como categoria social que permite à sociedade orientar-se diante do que aconteceu, encerrando dentro de si evidências do massacre racialmente orientado, que

por vezes se revelam em tentativas de ocultamento e invisibilização das vítimas e das demandas daqueles que por elas lutam.

Ao nos engajarmos com a discussão sobre o genocídio negro como ponto de partida, nos interessa explicitar o contexto do acontecimento, pois é parte do mundo social que permite a sua emergência e, no caso das chacinas, sua repetição, sua reedição, espalhando em diferentes temporalidades e espacialidades um terror de Estado que não cessa e, pelo próprio projeto de nação do qual faz parte, é calculado para perpetuar-se. Esse gesto é essencial quando tratamos de um acontecimento violento, de modo que é preciso debruçar-se sobre que violência é essa – e aqui não nos furtamos a afirmar que se trata de violência racial, contra as populações negras. Além disso, munidos dessa compreensão, podemos cotejar tudo aquilo que foi dito ao longo da reverberação dessa chacina, já que é próprio dos acontecimentos tornar-se alvo de intenso escrutínio e trabalhos de determinação.

Desse modo, uma das perspectivas fundantes a levar em consideração está no trabalho de Abdias do Nascimento (2016), para quem o genocídio negro é um projeto resultado do racismo brasileiro, segundo o qual se prevê o apagamento dos vestígios e da corporeidade das populações negras daquilo que viria a constituir o Brasil, além de serem concebidos a partir de sua exclusão da ordem social, o que se manifesta na segregação, na discriminação, em estratificações raciais que são silenciadas, bem como em sua eliminação física, que tem uma longa história e *continuum* desde a chegada dos africanos escravizados ao país. Também lidamos com perspectivas contemporâneas, informadas pelas relações raciais, as políticas de policiamento da raça e os contextos de encontro das populações negras com o Estado, que materializam desde o séculos XX e se mantêm no século XXI como instâncias do genocídio negro (Ferreira da Silva, 2014; Flauzina, 2014, 2016, 2017; Smith, 2016; Vargas, 2005, 2018).

É com esse olhar que nos voltamos para as chacinas, que, pelo menos nos últimos 30 anos do Pará, tiveram um número que pode remontar a pelo menos 15 ocorrências diferentes, com cerca de 200 mortos. Diante disso, a opção pela Chacina de Belém se deu inicialmente pelo seu contexto específico, já que ela é importante até hoje por motivar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), voltada para investigar outras chacinas e a atuação de grupos de extermínio no estado do Pará, trazendo à luz o papel desses grupos em diversos homicídios em massa, o que acabou alterando a discussão pública e os enquadramentos midiáticos sobre tais eventos e sobre as milícias que atuam na capital. Outro aspecto a destacar é que ela teve uma ampla cobertura para fora do próprio estado, chegando a estar presente em diferentes mídias jornalísticas e não jornalísticas,

nacionais e internacionais, além de ter sido alvo de tematização por agentes no campo político, em mídias alternativas, entre outros.

Do ponto de vista metodológico, isso nos leva a um caminho que articula a noção de percurso acontecimental (Babo-Lança, 2006; Barthélémy; Quéré, 1991), como forma de recompor e descrever a trajetória de um acontecimento nos termos em que o compreendemos aqui, e aquela de fluxos/formas (Wagner-Pacifici, 2010, 2017), em que a feitura dos acontecimentos pode ser compreendida a partir de sua inscrição em certos artefatos ou ações materiais, que garantem vida aos acontecimentos, enquanto se acompanham os movimentos que apontam para as muitas direções em que um acontecimento se realiza, que podem entrar em competição, sobrepor-se umas sobre as outras, apontando para um dinamismo acontecimental próprio. É precisamente na esteira de ambas as contribuições que somos levados a lidar com relatos midiáticos disponibilizados na internet, que são de diversas origens institucionais, a exemplo daqueles que vêm das mídias jornalísticas e as de outra natureza, tentando dar conta dessa dispersão em torno desse único acontecimento, para pensar em sua elaboração pública.

Justamente em consonância com essa proposição, a questão central da investigação parte da indagação: *como os relatos midiáticos sobre a Chacina de Belém produziram um acontecimento em que estão presentes as evidências do genocídio negro?* Desta forma, o objetivo geral é compreender a acontecimentalização da Chacina de Belém a partir de relatos midiáticos e do que revelam sobre a manifestação do genocídio negro. Já os objetivos específicos podem ser representados pelo seguinte:

- a) Apontar a relação entre chacinas e genocídio negro no Pará e no Brasil, dando atenção para os contextos em que são produzidas compreensões sobre sua ocorrência e as dinâmicas sociopolíticas de sua materialização;
- b) Identificar as relações entre acontecimento violento, as práticas e operações atreladas a sua emergência, e ação das mídias diante da violência racial; e
- c) Analisar o percurso acontecimental da Chacina de Belém em relatos midiáticos, enfatizando os fluxos que têm lugar em sua formação.

Se, por um lado, este trabalho é oriundo da continuidade de interesses acadêmicos temáticos de longa data que nutrimos, por outro, vem da necessidade de uma assunção e leitura políticas que já tínhamos em mente em momentos anteriores. Com o passar do tempo, especialmente com acontecimentos contemporâneos mais recentes, como a pandemia de COVID-19, os levantes contra a violência racial dos movimentos de Vidas Negras Importam e

as políticas do governo Bolsonaro contra as minorias, nos vimos instados a incorporar essa dimensão da violência racializada e do genocídio como algo incontornável em qualquer esforço de compreensão das chacinas. De fato, não se trata de uma perspectiva inédita, pois essa interface entre racismo, genocídios e massacres é admitida e constantemente levantada pela literatura sobre o tema (Couto, 2021; Dyna, 2022; Julião, 2024; Ramos; Miranda; Araújo, 2024; Silva; Santos; Ramos, 2019). No entanto, cremos que nossa contribuição está em buscar lançar esse olhar que, desde a emergência da chacina em análise, busca perscrutá-la para mapear aquilo que durante muito tempo foi relegado a um espaço de menor importância ou de discussão acessória quando se trata dos estudos de Comunicação em torno dessas ocorrências violentas.

Sobre a estrutura desta tese, nesta introdução buscamos delinear as motivações relacionadas ao estudo aqui realizado, apresentando de modo breve a problemática das chacinas, apenas para situar aquilo de que pretendemos falar, a fim de contextualizarmos alguns dos elementos que irão figurar ao longo do trabalho.

No primeiro capítulo, apresentamos um amplo cenário de ocorrência das chacinas em nosso país, focando também na descrição daquelas que se deram no Pará ao menos desde a década de 1990. Abordamos a temática do genocídio negro em seus aspectos históricos, fazendo uma ponte com a discussão presente no projeto teórico da necropolítica, para então pensar nesse genocídio como expressão de um terrorismo de Estado no país, sem deixar de tratar de como a violência racializada está ligada à produção de territorialidades em que a mídia tem um papel relevante, nem de como essa lógica do extermínio passa pelo papel de polícias e agrupamentos paramilitares responsáveis pela perpetuação desses massacres, sendo parte da dimensão concreta de uma violência estatalmente sancionada.

No segundo capítulo, tratamos de diferentes aspectos teórico-conceituais dos estudos do acontecimento, de modo que possamos nos deter sobre a acontecimentalização de eventos violentos como as chacinas. Buscamos então pensar a emergência dos acontecimentos, o papel das operações coletivas em torno da definição do que aconteceu, as dinâmicas de sua feitura, bem como o papel das narrativas para pensarmos em como se inscrevem na experiência social. Por isso, tratamos também da forma como violência e racismo coadunam-se no espaço midiático e condicionam quadros de interpretação públicos sobre racialização e os mais diversos exemplos de massacres, antecipando as consequências dessa abordagem diante da violência racializada em formações acontecimentais.

Em nosso terceiro capítulo, apresentamos um apanhado metodológico sobre as bases teórico-conceituais que inspiram nossa abordagem e dão os fundamentos da posterior análise que levamos a cabo sobre a chacina de Belém. Também discutiremos sobre alguns aspectos e

especificidades do corpus da pesquisa, apontando os detalhes do material coletado e selecionado para a investigação, que consistem no acompanhamento de um ano da ampla cobertura que houve sobre a chacina, entre novembro de 2014 e novembro de 2015. Essa seleção foi feita em razão de ser o período mais intenso de reverberações relativas àquele acontecimento violento, que tendem a tornar-se rarefeitas conforme se distanciam no período inicial de emergência.

Por fim, em nosso quarto capítulo, analisamos a Chacina de Belém (2014) segundo o prisma do percurso acontecimental em que se inscrevem os relatos midiáticos, a fim de mapear os fluxos dentro dos quais têm lugar os desenvolvimentos desse acontecimento, de modo a dar ênfase às ações que predominam em cada um deles, considerando o quadro de agentes envolvidos, a extensão das tematizações em relação a distintas facetas de violência, inclusive racial – quer esteja explicitamente enunciada ou dependa de nosso olhar para avaliá-la –, em um movimento que busca cotejar aquela chacina em face das descrições feitas e propostas pelos muitos agentes implicados em sua feitura, restituindo-a ao quadro de relações sócio-históricas do qual faz parte, identificando a “vida” que essa ocorrência toma quando emerge como acontecimento através dos muitos relatos analisados.

2 CHACINAS, GENOCÍDIO NEGRO E VIOLÊNCIA DE ESTADO

Não seria controverso falar de chacina como uma categoria que descreve saberes em torno da violência, sendo uma categoria especialmente marcante na sociedade brasileira, vindo à tona como termo usado para identificar situações mais ou menos similares nas diversas regiões do Brasil. De acordo com o relatório *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*, de autoria de Silva, Santos e Ramos (2019), duas são as características marcantes no uso da palavra: a primeira é o fato de não se tratar de uma categoria jurídica, mas sobretudo midiática e cotidiana; a segunda seria sua recorrência para designar casos de execução de diversas pessoas em uma mesma localidade, geralmente em número a partir de três. Com isso se trataria de homicídios em massa, que se dariam como resultado de situações distintas, como disputas territoriais envolvendo facções de crime organizado, rebeliões em presídios, conflitos rurais e, mais contundentemente, represália por parte de agentes policiais, quer em serviço quer fora dele. Conforme expressa o relatório, as chacinas podem ser encaradas como uma espetacularização ou ritualização da morte e violência, na medida em que se apresentam como forma de demonstração de poder e de controle social que se manifesta no homicídio de jovens, pobres, negros e moradores de regiões periféricas, sendo uma das dimensões mais visíveis da violência letal no país.

A respeito dessa nomenclatura, Vedovello e Rodrigues (2020) ressaltam o seu sentido original, que diz respeito ao abate de grande quantidade de porcos ou gado para alimentação¹, mas que hoje apontaria para um *modus operandi* relacionado ao uso de armas de fogo, visando assassinar um grupo aleatório de pessoas em casos de exibição de força em um certo território ou ainda de execução de um grupo ou pessoas específicas em razão de disputas, vendetas entre os envolvidos e outros conflitos. Um outro aspecto estaria na perpetração das chacinas por policiais ou outros agentes de segurança pública, geralmente usando balaclavas (ou toucas ninja), com algum grau de fardamento, que cometem os homicídios em locais públicos (ruas, praças etc.). Por isso, entre as razões para a ocorrência das chacinas, estaria a própria atuação estatal, por meio da qual “incentivos à letalidade policial ou negligência ao combate de milícias ou ao tráfico de armas e estímulos ao armamento da população civil podem interferir na gramática das chacinas” (Vedovello; Rodrigues, 2020, p. 164).

¹ Se consultarmos um dicionário relativamente antigo, como o *Diccionario da lingua portugueza* (Chacina, 1890), veremos o termo referir-se exclusivamente ao sentido de abate de porcos, enquanto um dicionário contemporâneo já registra a acepção de um homicídio em grande quantidade (Chacina, 2024). Por si só, tal fato assinala como *chacina* passou a fazer parte de um léxico sobre violência apenas em nossa história recente.

No contexto do estado do Pará, a recorrência desses homicídios múltiplos se manifesta em casos de massacres rurais, em presídios e, mais comumente, nas periferias urbanas, com grande concentração na Região Metropolitana de Belém (RMB). Em levantamento recente, Jean-François Deluchey (2020) registra que houve pelo menos 12 chacinas entre os anos de 2010 e 2019; se consideramos aquelas ocorridas na década de 1990, quando o tema começa a vir à tona e ser alvo de cobertura midiática nas escalas nacionais e locais, vemos que se trata de ainda mais eventos como esses. Com base no próprio estudo de Deluchey e em levantamento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA), podemos apresentar uma síntese no Quadro a seguir.

Quadro 1 - Chacinas no Pará (1994-2019)

Data	Caso	Nº de mortos	Autores dos crimes
13 dez. 1994	Chacina do Tapanã	3	PMs em serviço
29 maio 1995	Chacina do Paar	3	Policiais em serviço
17 abr. 1996	Massacre de Eldorado dos Carajás	21	PMs em serviço
27 ago. 2011	Chacina de Santa Izabel	6	Homens encapuzados
9 nov. 2011	Chacina de Icoaraci	6	PMs fora de serviço
4-5 nov. de 2014	Chacina de Belém	11	PMs integrantes de milícias
20-21 jan. 2017	Chacina da RMB	28	PMs integrantes de milícias
4 abr. 2017	Chacina em Belém e Ananindeua	10	Homens encapuzados
4 maio 2017	Chacina do Distrito de Icoaraci	4	Homens em motocicleta
24 maio 2017	Chacina de Pau d'Arco	10	Policiais em serviço
6 jun. 2017	Chacina da Condor	5	Homens encapuzados
9 abr. 2018	Chacina em Ananindeua e Belém	10	Homens encapuzados
29 out. 2018	Chacina do bairro do Tapanã	10	Homens em motocicleta
19 maio 2019	Chacina do Guamá	11	Homens encapuzados
31 jul. 2019	Massacre do presídio de Altamira	62	Detentos e agentes do Estado

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Deluchey (2020) e OAB-PA (2017).

Além desses relatórios, uma importante fonte sobre esse fenômeno está no texto final da CPI das Milícias no Pará (Pará, 2015a), que aponta os diagnósticos do contexto dessa violência letal no estado. No entanto, um aspecto importante a destacar é o fato de todos esses documentos – um dos quais é relatório de pesquisa, sendo os demais relatórios político-institucionais – terem dentre suas principais fontes matérias jornalísticas sobre as chacinas. Daí então pensarmos na relevância dada por Silva, Santos e Ramos à chacina como categoria midiática, uma vez que é nas mídias que essa designação primeiro emerge e anuncia um tipo de quadro compreensivo para aquela ocorrência ou conjunto de ocorrências. Especialmente quando falamos desses homicídios múltiplos assim nomeados, não é colateral ou inconsequente o papel desempenhado pelas mídias, sendo um elemento fulcral para compreendermos as diversas facetas do fenômeno.

Concebemos os dois primeiros capítulos desta tese como um extenso cotejamento do contexto sociopolítico que permite a emergência de chacinas e aquele que propõe esquemas de compreensão para tais ocorrências, fazendo com que o cerne deste trabalho esteja em compreender o papel das mídias no processo de dar forma àquilo que é identificado como chacina, dando especial atenção às implicações de um tal processo em relação ao lugar da violência racializada que se escancara quando começamos a pensar nas chacinas em interface com proposições teóricas como aquelas do genocídio do negro brasileiro, como em Abdias de Nascimento (2016) e outros analistas da violência racial em nosso país (Flauzina, 2016; Smith, 2016; Vargas, 2005), e até mesmo na interface com dimensões do conceito de necropolítica proposto por Achille Mbembe (2012, 2017, 2018). Tais caminhos resultam necessários e são complementares para o tipo de argumentação que pretendemos realizar aqui.

Por esse exato motivo, um dos primeiros movimentos desta tese consiste em trazeremos aqui elementos que nos permitirão enfrentar o caráter racializado da violência no Brasil e no Pará, não só apresentando aspectos bastante concretos desse fenômeno que se manifesta em nossa sociedade – de fato, constitui um de seus fundamentos, podemos dizer –, como também buscando dialogar com pensadores que se dedicam a refletir a respeito da violência contra pessoas negras em diferentes contextos, especialmente quanto à violência, à morte, ao sofrimento e ao abandono que são dispensados às populações negras.

Bem, se pensarmos nas chacinas, sobretudo aquelas decorrentes de ação do Estado e seus agentes, como uma manifestação aguda daquilo que entenderemos ao longo do capítulo como *genocídio negro*, como indicado acima, esse exercício de trazer à luz a chacina de Belém como um acontecimento violento torna-se muito mais do que uma incursão a um fenômeno midiático, para então se tornar uma tarefa alinhada ao espírito do tempo de pôr em xeque a invisibilidade ou relevância secundária dada às relações raciais no âmbito dessa discussão. Primeiramente, exploramos na seção a seguir informações sobre a ocorrência de chacinas no Brasil e no Pará, dando atenção a sua iteração ao longo do tempo, suas principais características, bem como aos contornos que assumem no estado do Pará, especialmente, na Região Metropolitana de Belém. Na sequência, abordamos um conjunto de reflexões sobre o genocídio negro e a violência racializada, atentando para sua relevância não apenas em termos de propostas de leitura sobre o fenômeno do racismo em nossa sociedade, se não nos engajando diretamente com a formulação de descrições sobre esse genocídio negro no Brasil. Ao fim do capítulo, aprofundamos um olhar em torno da estruturação de um Estado policial ou policialesco, dando ênfase a como as práticas de violência de Estado se manifestam como uma

face do racismo em nosso país, para justamente compreendermos como os aparatos policiais e a militarização do cotidiano atuam na perpetuação daquilo que identificamos como genocídio.

Portanto, o presente capítulo tem a finalidade de dar maior dimensão do mundo sócio-histórico no qual esses acontecimentos se processam, daquilo que está efetivamente ligado à perpetuação de massacres e distribuição desigual da mortandade, que de modo algum está dissociado do que vem a se tornar o acontecimento-chacina. Isso é relevante porque, muito mais do que um dado *dado*, a terminologia “chacina” e seus diferentes usos têm um caráter bastante difuso e impreciso, ao mesmo tempo em que, sendo uma categoria social tipicamente brasileira em torno da violência – o que não equivale a dizer que não ocorram chacinas em outros lugares do mundo –, é importante identificar a particularidade dessa nomenclatura para a descrição e identificação de certas formas de violência em nosso contexto, já que figura mesmo como parte da rotinização da violência letal desse domínio em nosso país.

Essa ressalva se deve ao fato de não estarmos falando de um fato social que se dê num vácuo ou que seja altamente generalizável; antes, é contextualmente marcado por diversas dinâmicas bastante incontornáveis de nossa formação social. Como a literatura sobre chacinas evidencia, trata-se principalmente de práticas de extermínio de populações periféricas, ou seja, negras e pobres, que são encaradas de diferentes formas, a exemplo de reivindicações ou enfrentamentos de movimentos sociais, entidades de direitos humanos por justiça e em defesa das vítimas, as quais convivem em tensão com discursos conservadores e de origem oficial, que as caracterizam como operações policiais, de contenção, sob justificativa do uso de força policial contra a ameaça de bandidos ou do tráfico de drogas (Dyna, 2022).

Então uma das preocupações está em partir da constatação a respeito dessa tensão e analisar como esse embate ocorre nas muitas frentes de publicização de uma chacina. Não obstante, julgamos ainda necessário conferir uma outra camada a esse olhar que estamos lançando, razão pela qual a literatura sobre raça e violência racializada vem à tona aqui. A prévia experiência do autor desta tese ao analisar a cobertura jornalística de chacinas em sua dissertação o fez atentar para a relevância e viabilidade analítico-política de considerar esse forte atravessamento de raça ao falar da violência, mas é só agora na presente pesquisa que esse gesto em alguma medida poderá se concretizar de modo mais evidente, conforme o fazemos nas seções que se seguem.

2.1 CHACINAS NO BRASIL E CONTEXTOS DO CHACINAMENTO NO PARÁ

De acordo com o relatório *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), as populações mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico são as pretas, pardas e indígenas. A respeito dessa classificação, Oliveira (2004) assinala que este órgão considera a população negra como a soma de pretos e pardos, dado baseado em autodeclaração. Ela também destaca que a classificação do IBGE não é a única possível para se dizer quem é ou não é negro, especialmente quando se pensa em um cenário de luta política e de reivindicação de ancestralidade afrodescendente, mas, pelo menos a princípio, tais dados têm uma relevância acentuada, por serem coletados nacionalmente e poderem se constituir como parâmetros confiáveis, algo que nos interessa sobretudo para começarmos a lidar com os índices de violência em torno dessa população.

Voltando ao relatório, uma das principais estatísticas a considerar aqui é a taxa de homicídios, que considera o número de mortes por homicídio a cada 100 mil habitantes, sendo “um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência física, em sua forma mais extrema, nos países, regiões e grupos populacionais” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022, p. 11). Em 2020, os maiores números se encontravam entre a população negra, com a seguinte distribuição: a) brancos, com 11,5 homicídios; b) pretos, com 21,9; e c) pardos, com 34,1. Se considerarmos estas últimas, vemos que a população parda teve por volta do triplo, enquanto a preta teve o dobro de homicídios em relação aos da população branca. Também merece destaque o fato de a maior quantidade de vítimas ser de homens pardos e negros, com faixa etária entre 15 e 29 anos, com 136,5 mortes para os pardos e 94,4 homicídios para pretos a cada 100 mil habitantes em 2020 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Como veremos mais à frente, há alguns desafios a enfrentar diante das classificações e leituras raciais que emergem no contexto do Pará e da Amazônia, o que faz com que a própria ideia de negritude se constitua em meio a disputas diversas, que envolvem cultura, identidade e uma certa memória colonial que é altamente presente até hoje ali. Ainda assim, considerando os dados do Censo Demográfico do IBGE referentes ao ano de 2010, a ativista e pesquisadora paraense Nilma Bentes (2013) reforça o alto índice da população negra na região. De acordo com os resultados do Censo, a população paraense em 2010 era constituída de 7.581.951 pessoas, das quais 5.819.132 eram negras (soma de 5.270.307 pardos e 548.825 pretos), isto é, a população desse estado brasileiro era composta por um total de 77% de pessoas negras, muito mais do que a metade. Paralelamente a isso, Deluchey (2020) aponta que houve um crescimento

da desigualdade racial relativamente à violência letal intencional no Pará, já que houve um aumento de 75,6% na taxa de homicídios da população negra desse estado. Isso, por si só, faz com que não possamos ignorar os muitos atravessamentos que a violência racial tem ao se manifestar nesse espaço.

Diante desses dados, mobilizamos o questionamento de Graziela de Oliveira (2017) sobre as razões para esses índices de mortandade entre a população negra, sobretudo, entre jovens negros. Primeiramente, situa que essa parte de nossa população está não só entre as maiores vítimas de homicídio, mas do que ela chama de “homicídio institucional”, decorrente da ação das polícias, por um lado, “sob a justificativa de que as vítimas resistiram à prisão e/ou estavam armadas, e revidaram ao ser abordadas pelos policiais” (Oliveira, 2017, p. 73) e, por outro, por conta de “estereótipos do negro difundidos na sociedade, [que] retratam-no como inferior ao branco, como potencial bandido, assaltante ou homicida” (Oliveira, 2017, p. 76). É com base nesse cenário que a autora identifica como genocídio² essa escalada de violência, que se dá com apoio de grandes setores da população e é culturalmente amplificada por abordagens policiais das mídias. Essa caracterização é bastante flagrante quando consideramos as práticas de tortura e extermínio que constituem o maior nó desse tipo de ação das polícias, ao mesmo tempo em que são as ações que, por excelência, consistem no contato entre essas organizações – como braço armado do Estado – e essa população jovem do país.

Dito isso, caberia remontar a um breve histórico a respeito das chacinas de modo específico, uma vez que, pelo menos a princípio, costumam ser encaradas apenas como uma dentre muitas manifestações de violência urbana. Quer nestas seções, quer no trabalho como um todo, nosso intuito é posicionar as chacinas de tal modo que o horror de um Estado que dizima e extermina seus cidadãos, especialmente aqueles racializados, venha à tona e possa ser evidenciado em um enfrentamento de múltiplas dimensões. Por isso mesmo, perguntamo-nos sobre qual histórico têm essas mortes em série que são similares não somente pela grande quantidade de assassinados, como pela sua perpetração por agentes do Estado, seja pelas próprias organizações estatais, seja por corpos paramilitares que têm abundado nas cidades brasileiras.

² Abordamos de modo mais detido a temática do genocídio na próxima seção, mas desde já chama a atenção o fato de esse genocídio passar a ser reconhecido em diferentes esferas governamentais, que, ao realizar investidas de enfrentar a questão, dando ênfase a essas mortes como resultado da violência policial, começam a usá-lo a partir dos anos 2000. Vemos então a temática emergir em diferentes momentos ao longo dos recentes governos progressistas do país, em documentos como a *CPI do Homicídio de Jovens Negros e Pobres* (Brasil, 2015a) e a *CPI do Assassinato de Jovens* (Brasil, 2016). Certamente isso não se dá sem uma contundente pressão da sociedade, marcadamente de intelectuais, defensores de direitos humanos e até mesmo do movimento negro, tendo este último atuado historicamente e estrategicamente na proposição desse debate e no combate a essas instâncias de genocídio.

Não obstante os temas de violência urbana já virem ocupando as Ciências Sociais ao menos desde a década de 1980, encontramos um breve histórico das chacinas em investigações desse espaço disciplinar conduzidas na última década (Costa; Bernardo; Ramos, 2024; Dyna, 2022; Julião, 2024; Ramos; Miranda; Araújo, 2024; Silva; Santos; Ramos, 2019; Smith, 2016; Vedovello, 2015; Vedovello; Rodrigues, 2020). Um ponto comum ao falar sobre esse histórico está na criação dos primeiros grupos de extermínio no Brasil, como a Scuderie Le Cocq, no Rio de Janeiro, em fins de 1950, e o estabelecimento do Esquadrão da Morte, em São Paulo, no final dos anos 1960. O último caso é bastante ilustrativo da complexidade da atuação de tais grupos, porque tinha em seu centro a figura do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que também atuava no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) durante a ditadura civil-militar.

Sobre esse período, se de um lado, havia a repressão política usando o aparato do Estado ditatorial, também o Esquadrão da Morte se engajava no assassinato de “suspeitos” e “bandidos”, geralmente pobres e negros (Vedovello, 2015). Quando paramos para pensar na configuração da polícia e na perpetuação da instituição da Polícia Militar – a qual não sofreu significativas mudanças em relação a como se estruturava na ditadura, e que até hoje é reconhecida por práticas de tortura e execução –, vemos que essas organizações em milícias, grupos de extermínio e esquadrões da morte têm uma certa ligação com uma continuidade autoritária, que persiste mesmo com a transição para o contexto democrático.

Como Vedovello (2015) destaca, a atenção voltada para chacinas que têm envolvimento de policiais militares e agentes do Estado se dá principalmente a partir dos anos 1990, quando esses assassinatos se tornam recorrentes em São Paulo e no Rio de Janeiro, e quando as mídias jornalísticas da época passam a realizar intensa cobertura a seu respeito. Talvez seja essa a razão por que fazem parte nossa memória recente os massacres que ocorrem a partir da última década do século XX em diante. Dentre estes, podemos destacar os seguintes:

Quadro 2 - Chacinas no Brasil (1990-2021)

Ano	Chacina	Estado
1990	Chacina do Acari	Rio de Janeiro
1992	Massacre do Carandiru	São Paulo
1993	Chacina de Vigário Geral	Rio de Janeiro
1993	Chacina da Candelária	Rio de Janeiro
1996	Massacre de Eldorado do Carajás	Pará
2005	Chacina da Baixada Fluminense	Rio de Janeiro
2006	Crimes de Maio	São Paulo
2014	Chacina de Belém	Pará
2015	Chacina do Cabula	Bahia
2015	Chacina do Curió ou da Grande Messejana	Ceará
2015	Chacina de Osasco	São Paulo
2015	Chacina de Costa Barros	Rio de Janeiro
2017	Chacina de Pau D'Arco	Pará
2019	Massacre do Presídio de Altamira	Pará
2021	Chacina de Jacarezinho	Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria.

Trata-se de um apanhado bastante geral e de modo algum completo, já que não há uma historiografia definitiva sobre esse tipo de ocorrência – a própria imprecisão do termo chacina contribuindo para essa dificuldade de retomada. No entanto, cremos que dê conta daquelas chacinas que têm as características apontadas anteriormente, isto é, que são cometidas por agentes de segurança, em serviço ou fora dele, e se dão sobretudo tendo como alvo as populações negras, inclusive aquelas encarceradas, como podemos ver nos casos de massacres em presídios. Além disso, esse quadro nos faz atentar para como se trata de uma sistêmica mortandade que marca de modo enfático grandes partes do território brasileiro, reproduzindo-se nos diferentes Brasis, motivo pelo qual as próprias dinâmicas e contextos de cada local devem ser levadas em conta, ainda que algum grau de similaridade e comparação seja possível para esse tipo de violência.

No que diz respeito ao *modus operandi* durante a ocorrência de uma chacina, conforme destacam Silva, Santos e Ramos (2019), caracteriza-se como uma exibição de força nas/sobre as localidades em que ocorre, como forma de exercer um grau de controle social pela violência, em que a espetacularização das mortes é componente integral dessa ação. Os pesquisadores sinalizam como não há uma unicidade para caracterizar as chacinas, que não deveriam a princípio ser tomadas como um fenômeno só, pois podem vir a ter diferentes dinâmicas internas,

contextos sociopolíticos, e formas de reação e resistência política. No entanto, gostaríamos aqui de focar naquela que tem sido a principal acepção em nosso contexto, que é a de execuções em série como forma de retaliação, as quais geralmente sucedem a morte de policiais. Se não menos dispersa, essa designação é ao menos capaz de dar conta de similares contextos de ocorrência em face de crimes e sua persistente repetição ao longo as décadas, a ponto de garantir um reconhecimento inequívoco quando de seu uso.

Desse modo, fazemos eco à seguinte observação dos autores:

O primeiro ponto que sobressai é de que o fenômeno da chacina combina de forma tensa ritualização e visibilidade. Na maior parte das vezes, a chacina é um ritual de execução de pessoas tomadas como inimigas ou indesejáveis, realizado por assassinos mais ou menos anônimos. Nesse sentido, *as chacinas podem ser interpretadas como mensagens públicas*, com intuito de criar medo e temor a um público mais ampliado, e uma demonstração de poder e autoridade conquistado e/ou garantido por meio da violência letal. Na maior parte dos casos, *as chacinas são ritualizadas, atos repetidos em diferentes casos*, vestígios são estrategicamente deixados na cena do crime e a identidade dos assassinos ou dos mandantes circula publicamente na forma de rumores (Silva; Santos; Ramos, 2019, p. 13, grifo nosso).

No caso da Chacina de Belém – mas não só nela –, vemos exatamente algumas das dimensões relacionadas a essa ritualização. Primeiramente, o incidente que incita a chacina é a morte de um policial, que não por acaso era parte de um corpo de policiamento ostensivo, a ROTAM, ao passo que também era líder de uma organização miliciana, como foi constatado pela CPI das Milícias no Pará (Pará, 2015a). Também foi uma ação que se deu com características similares a outras, quer na RMB quer em demais territórios do Pará, com as mortes daqueles que foram chacinados – em sua maior parte, jovens – servindo como forma de comunicar algo à população, isto é, de expressar por meio do poderio armado o controle sobre aquelas localidades afetadas, representando o risco de se opor a esses tipos de organizações para as pessoas que ali habitam, uma vez que poderiam ser facilmente tornadas alvo do extermínio. É possível remontar a pelo menos 15 ocorrências diferentes identificadas como massacres ou chacinas entre 1994, quando houve a Chacina do Tapanã, e 2019, quando houve a Chacina do Guamá e o Massacre do presídio de Altamira; nesse período de quase 30 anos, houve um total de 200 mortes nessas situações de execução por agentes de segurança pública e/ou aqueles envolvidos com organizações paramilitares (Deluchey, 2020; Julião, 2024; Oliveira Neto, 2020; Ramos; Miranda; Araújo, 2024).

A formação e a produção do relatório da CPI das Milícias no Pará, por parte da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), são bastante relevantes para o reexame de diversas dessas chacinas no Pará, uma vez que permitiram reconfigurar a tônica das definições públicas

até aquele momento, segundo as quais essas práticas poderiam ser atribuídas exclusivamente a dinâmicas do crime organizado e do tráfico de drogas, com a principal caracterização prevalente até então sendo a de crimes de pistolagem que consistiriam em “acerto de contas”. Justamente por isso, os discursos oficial e midiático há anos vinham propalando o quanto era necessário um recrudescimento das ações policiais nas periferias, para coibir essa violência que se reproduzia na Região Metropolitana. Na contramão dessa visão conservadora, produzida pela segurança pública, e estigmatizante quanto à periferia, elaborada pelas mídias locais, o relatório da Alepa afirma que as “milícias no Pará são um fenômeno essencialmente policial militar” (Pará, 2015, p. 212); isso, porque são compostas por indivíduos especializados em práticas de extermínio, com seu status de agente público contribuindo para que sejam respeitados nas corporações de que são parte, e o de miliciano, para que não sejam confrontados ou contestados, conforme as conclusões da CPI.

Essa constatação é relevante porque em cidades como Belém projeta-se com bastante ênfase um ambiente sociocultural marcado por um cotidiano de medo entre os cidadãos – processo do qual as mídias participam largamente –, tal qual em outras capitais, exatamente com foco naquilo que pode ser identificado como “violência difusa”³. Porém, como os próprios índices permitem constatar, aquela que mais consistentemente tem-se dado sobre parcelas específicas da população é a violência que atinge as populações periféricas, realidade que não é distinta em Belém e seu entorno. Sobre isso, Couto (2021) afirma como o cenário de letalidade existente em Belém é tributário de uma relação complexa entre Estado/polícia, narcotráfico e (narco)milícias, na qual a morte serve à demonstração e manutenção de poder, o que faz com que os territórios nos quais estes agem sejam “transformados em *zonas de conflitos* ou de *instabilidade social*, onde o conjunto da população enquanto espécie sofre todas as formas de discriminação e estigmas e os jovens transformam-se em *sujeitos matáveis*” (Couto, 2021, p. 79, grifos do autor). Em maior detalhe:

As mortes violentas são, então, justificadas pelas políticas de combate ao narcotráfico ou guerra às drogas, assim os sujeitos matáveis são transformados em corpos vazios, confinados num espaço em que o controle e a vigilância fazem-se necessários em nome da segurança. Por fim, é desse modo que são produzidas as manchas de homicídios em Belém, que, apontadas pela análise

³ Segundo César Barreira (2013, p. 224), violência difusa tem a ver com a virtualidade de a violência e atos violentos estarem espalhados no tecido social. Conforme explica, “O 'difuso' relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais”. Em alguma medida, diz de uma violência que sempre pode estar à espreita, em manifestações como assaltos ou agressões e mortes decorrentes de conflitos interpessoais. Quando mobilizamos a noção aqui, fazemo-lo em contraste com a violência policial que vemos estar presente nas chacinas, já que, como se costuma dizer, estas têm cor e endereço bem definidos.

cartográfica, demonstram um recorte espacial, social e racial na produção da violência urbana (Couto, 2021, p. 79).

Voltaremos com mais ênfase a esses elementos ao longo da tese, mas desde já cabe compreender a dimensão multifacetada das pré-condições para a ocorrência das chacinas e sua emergência como acontecimento, uma vez que essa dimensão concreta irá inevitavelmente informar as atitudes e ações presentes e “apanhadas” nos relatos midiáticos que a um tempo são sobre a chacina e se reintegram a ela como parte do acontecimento – algo que pode ser dito inclusive da CPI, na medida em que, ao reagir à chacina e problematizá-la na esfera político-institucional, também passa a integrar esse evento e se insere numa possível cronologia dessas ocorrências tanto no Pará quanto no Brasil. Passaremos a seguir a uma exploração centrada na ideia de genocídio negro, para (re)enquadrar essa consistente investida contra populações periféricas e corpos negros, pondo-a em interface com reflexões sobre raça e racismo.

2.2 O GENOCÍDIO NEGRO BRASILEIRO EM INTERFACE COM A NECROPOLÍTICA

Nesta seção, apresentamos algo como a segunda unidade argumentativa desta incursão, uma que está relacionada ao termos delineados anteriormente, os quais nos permitem falar das mortes em série como um fenômeno complexo relacionado à violência racializada, tal qual o arco de compreensão aqui elaborado com base no ambiente sociocultural e sociopolítico da reprodução de acontecimentos violentos como as chacinas. Desse modo, partimos aqui da reflexão formulada por Abdias do Nascimento (2016) em sua obra *O genocídio do negro brasileiro*, em que trata do estatuto do negro em nosso país e como foi/tem sido vítima de um processo de genocídio que ocorre em muitas frentes e segundo estratégias específicas de sua destruição e eliminação, quer cultural, quer fisicamente. Além disso, por estarmos falando de formas de um Estado desumanizar e matar a própria população, fazemos interface com necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2017, 2018), como um outro domínio teórico capaz de dimensionar essas relações entre violência e raça.

Como expusemos anteriormente, ao fazer esse caminho, estamos realizando um gesto que consiste em olhar, sim, para os elementos que estão manifestos na elaboração pública a partir dos relatos midiáticos, mas sem negar aqueles que estão no cerne da ocorrência e que, sob uma visada analítica atenta, ajudam ainda mais a iluminar e recontextualizar o rol de imagens, declarações, intervenções e explicações que integram a narração de que é objeto a Chacina de Belém. Em outras palavras, de modo preliminar, esse movimento serve para delinear e reconhecer a caracterização das chacinas que está inscrita nos próprios relatos

mediáticos, algo que julgamos relevante por, desde já, percebermos a prevalência de uma negação ou ausência da assunção plena ou mais pronunciada do caráter de massacre racializado, que, como vimos, é inegável para esse tipo de acontecimento violento.

Primeiramente, mesmo que a ideia de genocídio já se tenha tornado um ponto quase incontestado quando falamos da violência racial no Brasil, fazendo seu caminho a reflexões e estudos produzidos na academia, e integrando o vocabulário político-institucional ou de movimentos sociais, não podemos esquecer que as ideias têm trajetórias e que muitos dos autores que trazemos aqui têm como diálogo central aquele realizado com Abdias do Nascimento, cujo pensamento surge em um momento de nossa história em que a ideia de *democracia racial*, oriunda do lusotropicalismo freyreano⁴, era corrente, fomentada pelo Estado e encarada como motivo de orgulho. Esse orgulho advinha do fato de que, segundo essa leitura, a maior marca da sociedade brasileira na formação da nação teria sido a convivência harmoniosa entre pretos e brancos, com oportunidades iguais, sem que a sua origem étnico-racial interferisse nas suas condições de existência. Conforme recupera Nascimento, esse traço representaria um suposto avesso das relações raciais em outros países, as quais, sim, seriam marcadas por violência, desigualdade e conflito.

Ao procurar, de um lado, desmontar o mito da democracia racial, por outro, Nascimento apresenta um rol muito contundente de evidências desse genocídio, que se inicia durante a colonização portuguesa e se perpetua na constituição do que é hoje o Brasil, em razão das muitas formas de desumanização de que foram alvos os africanos escravizados trazidos para essas terras e seus descendentes. A primeira e mais crucial dessas evidências está na própria escravização dos muitos povos negros, que foram sequestrados e trazidos como força de trabalho desde o início da exploração do território “recém-descoberto”. Nascimento pontua que, se houve condições para a indústria açucareira expandir-se durante o século XVI, isso se deu com o uso da força dos corpos negros, o que se manteve quando a ênfase econômica se voltou para ouro e diamantes no século XVIII e com o ciclo do café durante o século XIX. Como

⁴ O próprio lusotropicalismo de Gilberto Freyre tem algumas bases com as quais não vamos dialogar diretamente, mas que é importante mencionar, para termos noção da ideologia que o fundava. Vemos então que Nascimento indica como era uma teoria que se preocupava em amenizar e até justificar o colonialismo português. Dentre as ideias freyreanas flagrantes estavam: o suposto fato de que os habitantes dos trópicos, como os indígenas brasileiros e os africanos, não seriam capazes de constituir-se como civilização, sendo mérito dos portugueses terem criado ou terem “levado” civilização aos territórios que colonizaram; o processo de miscigenação cultural e física, que teria resultado no sucesso dessa empresa colonizadora, de fato apontando para um “paraíso racial” entre negros, indígenas e brancos; há ainda uma mítica da sobrevivência da cultura africana por meio de relações amistosas entre senhores e escravos, em que se tem também a ideia do “branco” como bom colonizador ou senhor benevolente, e da permanência de elementos como música, danças, comidas, religiões e linguagem como elemento que atesta a ausência de preconceitos e discriminação racial do brasileiros brancos em relação aos negros (Nascimento, 2016).

indica Nascimento, a escravidão foi aquilo que de fato construiu as estruturas econômicas do Brasil, fazendo com que a aristocracia branca desfrutasse da riqueza material resultante da extrema condição a que foram submetidos os negros escravizados. Sobre esse caráter extremo, essa escravização é sinônimo de um horror manifesto em violência, tortura e crueldade, o que evidentemente vai na contramão de quaisquer teses da democracia racial – além de podermos adicionar a esse fato o quanto se trata ainda de um horror fundante não só do Brasil, mas de várias das sociedades das Américas, que até hoje não foi enfrentado de modo satisfatório. Apontando essa contradição, Nascimento relata:

Proprietários e mercadores de escravos no Brasil, a despeito das várias alegações em contrário, em realidade submeteram seus escravos africanos ao tratamento mais cruel que se possa imaginar. Deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijações corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo – eis algumas das características básicas da “benevolência” brasileira para com a gente africana (Nascimento, 2016, p. 69).

Outro elemento desse genocídio está na ideologia da miscigenação, mas que na verdade está ligada à exploração e violência sexual contra a mulher negra escravizada e sua descendência. Se a figura da “mulata” está entre os supostos indícios da tal convivência harmoniosa, o revés dessa imagem está em como o papel da mulher era concebido a partir de uma hierarquização racial, em que se tinha a mulher branca como aquela para se casar, a negra para trabalhar e a mulata para fornicar. Conforme indica, “já que a existência da mulata significa o ‘produto’ prévio do estupro da mulher africana, a implicação está em que, após a brutal violação, a mulata tornou-se objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada a sua função original, [...] o trabalho compulsório” (Nascimento, 2016, p. 75). Daí o motivo pelo qual a interação sexual entre senhores brancos e mulheres negras, com a defesa dos “intercasamentos”, seria uma das mais propaladas noções da democracia racial e da miscigenação, ambas as quais apontariam para o caráter superior, menos violento, em relação à experiência racial estadunidense, por exemplo.

Em decorrência disso, vemos os mecanismos do que seria um projeto de aniquilação ou eliminação da raça negra no país. Isso, porque miscigenação e embranquecimento sempre foram ideias que estiveram juntas e foram fruto dessa imensa violência relegada aos corpos das mulheres racializadas. Como pontua Nascimento (2016, p. 83), “com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coração do progressivo clareamento da população do país”. Quando falamos sobretudo de fins do século XIX e início do XX, propalava-se a crença de que a raça “superior”, o branco, triunfaria por meio do mulato – este,

por sua vez, superior ao negro e/ou africano –, ainda que os mulatos também fossem vítimas de preconceito e discriminação pela sociedade branca. Essa era a época em que prevalecia o racismo científico como doutrina de hierarquização de distintos povos segundo categorias pseudocientíficas, com o principal resultado de situar os europeus como “alta raça”. Desse modo, algo que fomentou a política migratória de europeus para o Brasil no século XIX teria sido essa esperança racista de “desaparecimento do negro pela ‘salvação’ do sangue europeu” (Nascimento, 2016, p. 83). Com isso, durante os séculos XIX e XX, houve uma liberação da livre entrada de indivíduos europeus, com proibição de pessoas da Ásia e da África.

Esses elementos do pensamento de Nascimento são justamente aqueles que fornecem as bases para encararmos o genocídio em relação à população negra brasileira, apontando ainda as continuidades desse processo histórico na realidade de discriminação racial que se consolidou a partir do contexto pós-abolição em diante. A esse respeito, apresenta como as práticas discriminatórias se mantiveram no acesso a trabalho e moradia, criando uma espécie de ciclo que não só está relacionado à dificuldade de ascensão social, mas também fomenta as mais extremas formas de pobreza e precarização das condições de vida. Com isso, enfatiza o quanto a interação entre raça, classe e sociedade não pode ser desconsiderada, fazendo com que a estratificação social, que é encarada em termos puramente econômicos, seja antes determinada pelo fator racial, em um entrelaçamento entre relações econômicas e ideologia que faz perpetuar-se um cenário de intensa segregação, já que o negro sempre foi concebido como fora da ordem social. Essa exclusão persiste porque, segundo Nascimento (2016, p. 169), o objetivo do racismo brasileiro é “a obliteração dos negros como entidade física e cultural”.

Por conta desse conjunto de pontos levantados por Nascimento, é relevante mobilizar a proposição de Achille Mbembe (2018) em torno da necropolítica, para compreendermos mais elementos dessa obliteração, marcadamente aquela que se processa por meio da aniquilação do corpo físico, algo que é de extrema contundência para este trabalho. Como indica Mbembe, necropolítica é identificada como um governo da morte e definição do direito de matar, portanto, de ditar quem vive e quem morre, vinculada fortemente a Estados coloniais e aos territórios que produziram. Sua lógica remontaria a uma racionalidade gestada na *plantation* das colônias, que se caracterizaria como espaço no mundo colonial em que o exercício da soberania estaria baseado no estado de sítio perpétuo, bem como pela desumanização ligada a uma violência justificada pela ideia de raça. Isso resultaria ainda em um estado de guerra sem fim e relações de inimizade, dentro das quais há a busca infrene pela figura do inimigo, que ora surge como uma presença fantasmática, ora como encarnado em certos grupos concretos marginalizados. Em suma, instauraria um trabalho e resultado políticos de produção de

“mundos da morte”, nos quais abundam zonas do abandono, assim como corpos mortos e feridos, objetos de extermínio e de uma severa cadaverização. A esse respeito, Mbembe descreve como, nos espaços marcados por essa necropolítica,

As maneiras de matar não variam muito. No caso particular de massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registro de generalidade: indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas em estupor (Mbembe, 2018, p. 60).

Em outro momento de sua obra, Mbembe descreve como essa relação de inimizade se manifesta por meio de uma distribuição desigual do terror, que pode ser expressa na figura do Estado, mas também em estruturas como milícias ou outras formações militares, em uma configuração político-cultural na qual se estabelece uma lógica bélica generalizada. Novamente, o pensador está tratando especificamente daqueles territórios outrora coloniais, nos quais a forma de governo sempre se deu por meio do terror, pela dinâmica da violência caracterizada pela capacidade de matar em massa ou de modo orientado. Com isso, tem-se uma situação perpétua de guerra dentro do próprio território ou mesmo simulações constantes de estado de exceção, com justificativas para a separação, a crueldade, a tortura e o massacre.

Em face disso, expressa que

Nestas modalidades, mais ou menos móveis e segmentárias de administrar o terror, a soberania consiste no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida – gente para quem viver é apenas estar sempre a prestar contas à morte, em condições em que a própria morte tende a tornar-se cada vez mais algo de espectral, tanto pelo modo como é vivida como pela maneira como acontece. Vida supérflua, portanto, cujo preço é tão baixo que não equivale a nada, nem sequer como mercadoria e, ainda menos, humana [...].

Em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico, enquanto este é epíteto da destruição organizada, o nome de uma economia sacrificial, cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda (Mbembe, 2017, p. 64–65).

É interessante ver como seu ponto de partida está em associar o poder exercido pelo Estado à formação de mundo herdada da colonização – marcadamente aquela em que os negros escravizados eram objetos de uma extrema desumanização –, de modo a lançar luz sobre relações conflitivas que atravessariam espaços coloniais na contemporaneidade, que emergem de processos de racialização inseparáveis da construção do mundo moderno, e que se vinculam a formas sistemáticas de matar e expor à morte. Basta então pensar em categorias como massacre e, como interessa aqui, genocídio, para ver como se materializam as operações

políticas do necropoder hoje em dia, algo que se dá, segundo o filósofo, em decorrência de um terror de Estado viabilizado nas democracias das sociedades colonizadas em razão da violência que está em sua gênese, bem como por aparatos de guerra que perpassam pelos Estados, por organizações militares, ligadas ou não a eles, e por empresas de um complexo industrial bélico como instâncias contemporâneas desses atores do terror.

Apesar de estarmos apresentando suas ideias aqui de maneira bastante sintética, gostaríamos de destacar como fornecem elementos para repensar as relações entre Estado, violência e raça, compreendendo que estão situados em uma zona de mútua imbricação, de modo a deslocar a reflexão de ideias de disjunção ou anomia, e para passarmos a encarar aspectos de violências fundantes, projetos de sociedade que dependem delas, em cujo centro, tal como também propõe Nascimento, estaria o horror da escravização, de suas consequências ao longo de gerações e das relações racialmente marcadas que temos no Brasil de hoje, estando aí incluídos a mortandade e o extermínio destinados à população negra.

2.3 INSTÂNCIAS DO GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Para explorar alguns outros olhares sobre como se dá o genocídio negro no Brasil, trazemos aqui as formulações teóricas de pesquisadores e pesquisadoras negras cujos trabalhos são informados pelo quadro de relações raciais no Brasil e que dão ênfase à dimensão da violência racializada por meio de ideias como agenciamentos genocidas, sofrimento negro e antinegitude (Ferreira da Silva, 2014; Flauzina, 2016; Smith, 2016; Vargas, 2005). Destes, uma das incursões a realizar é à obra de Christen A. Smith (2016), antropóloga que dialoga de modo direto com as perspectivas de Nascimento e de Mbembe. Uma primeira explicação importante dada por ela sobre a maneira cambiante de compreender violência e raça no país diz respeito a como a Antropologia tende a situar a violência no Brasil – além daquilo que identifica como morte prematura por doença ou pelo Estado – como um fenômeno de classe, que afetaria majoritariamente as pessoas pobres e da classe trabalhadora em razão da precariedade de suas condições de vida. Certamente, argumenta Smith, a violência é um aspecto definidor da democracia e da cidadania brasileira, mas não pode ser isolada do que ela chama de “imaginário racializado”, que por sua vez está ligado à negligência e ao abandono do Estado, que são sim políticos e demarcados por raça.

Segundo sua visão, esse genocídio negro pode ser situado na realidade urbana de nosso país a partir da experiência vivida da violência de Estado, que se manifesta sobre o corpo, pela materialidade do corpo negro, sua dor e seu sofrimento, que avassala as periferias e

comunidades, e que vem de uma política de policiamento dos corpos negros em nossa sociedade. Sua reflexão vai além de justapor o domínio de relações raciais e violência ou de pensar sua vinculação de modo incidental ou colateral. Antes, pensa as relações cotidianas e a violência policial no Brasil como marcadas pelo racismo e por sua “teatralidade”. A partir de trabalho etnográfico na Bahia, descreve a existência de um mítico *Afro-paráiso* naquele território, que na verdade é altamente contraditório e conflitivo. Nas palavras de Smith, “o Afro-paráiso é uma performance teatral e coreografada entre a celebração da cultura negra por parte do Estado e a *matança rotineira de corpos negros por esse Estado*” (Smith, 2016, p. 3, tradução nossa)⁵. É interessante como ressalta a complexidade em torno dessa violência contra pessoas negras, sem descurar de sua identificação como uma forma de terrorismo de Estado, que se alimenta e se perpetua com base nas hierarquias raciais que estruturam nossa sociedade. Prossegue explicando:

A violência contra o corpo negro é um roteiro ensaiado, corporificado, “assombrado”. Os momentos de encontros violentos entre a polícia e residentes negros são *cenários de contato racial* que tornam visíveis os fantasmas de tensão racial que assombra a nação. Cenários de contato racial são os momentos de encontros violentos quando corpos racializados se encontram em zonas de performance definidas por discurso, poder e ação. [...] Raça e racismo se tornam explícitos no Brasil durante a performance e performatividade da violência em momentos de encontro racializado. [...] A corporificação de raça e racismo tem tudo a ver com sua repetição e perpetuação em ações materializadas ao longo do tempo, e é esse corpus de conhecimento – essa epistemologia não dita – que nos permite aprofundar nossa compreensão de sua política (Smith, 2016, p. 11, tradução nossa, grifo da autora)⁶.

Na esteira desse pensamento, Smith formula a noção de *genocidal assemblages*, por meio da qual identifica tanto a constituição de *agrupamentos genocidas*, para falar de grupos que agem de maneira organizada no extermínio da população pobre e negra, quanto de *agenciamentos genocidas*, para expressar que não se trata somente de ocorrências historicamente determinadas e localizadas de modo específico – antes esse agenciamento faz com que se levem em conta dimensões de raça, gênero, sexualidade e classe, assim como

⁵ “Afro-paradise is a choreographed, theatrical performance between the state’s celebration of black culture and the state’s routine killing of the black body”.

⁶ “Violence against the black body is a rehearsed, embodied, haunted script. Moments of violent encounter between the police and black residents are *scenarios of racial contact* that make visible the ghosts of racial tension that haunt the nation. Scenarios of racial contact are the moments of violent encounter when racialized bodies meet in performance zones defined by discourse, power, and action. [...] Race and racism become explicit in Brazil during the performance and performativity of violence at moments of racialized encounter. [...] The embodiment of race and racism has everything to do with its repetition and the perpetuation of embodied actions over time, and it is this corpus of knowledge—this unspoken epistemology—that allows us to deepen our understanding of its politics”.

manifestações de violência que se repetem através do tempo e do espaço, dos outros corpos expostos ao sofrimento que são produzidos nesse contexto de conflitualidade contemporânea.

O genocídio antinegro transforma os corpos das vítimas da violência policial e dos esquadrões da morte no Brasil em outros corpos violados transnacionalmente. [...] *Mesmo quando não há discursos explícitos de raça e racismo acompanhando a prática de violência de Estado, o repertório dessa violência engendra a questão da raça.* Práticas corporificadas são o que fazem o genocídio inteligível e legível como racismo contra negros, e essas práticas estão necessariamente entrelaçadas na história (Smith, 2016, p. 18-19, tradução nossa, grifo nosso).⁷

Consequentemente, a violência de agentes como as milícias e os grupos de extermínio seria aquela que leva à morte física, mas também é oriunda de um estado de morte social, que é individual e coletivamente experienciado pela população negra. Isso se manifesta em interface com um discurso da crise, do crime e de perigos iminentes, na produção de inimigos que serão aqueles atingidos pelo aniquilamento, aqueles que são ameaçados e mortos, porque são eles mesmos a figura da ameaça, mesmo que pelo viés da ficcionalização, exatamente como sugere Mbembe (2018). Desse modo, ao se processar também por meio de uma territorialização – a violência de grupos de extermínio ocorre nas periferias –, essas mortes são tomadas como justificadas por ocorrerem em territórios considerados violentos.

De acordo com Denise Ferreira da Silva (2014), ao falar sobre as favelas do Rio de Janeiro, na medida em que há uma indiferenciação em torno de quem é essa população, de quem está envolvido ou não em crimes, as mortes que ocorrem nesses espaços são vistas como “efeitos colaterais” justificáveis de violências devidas “porque são causadas pelo Estado no emprego legítimo de suas forças de autopreservação em uma tentativa de se reapropriar simbolicamente de territórios da morte” (Ferreira da Silva, 2014, p. 151, tradução nossa)⁸. É de fato algo que pode ser dito quase sem disputas sobre demais exemplos do contexto brasileiro, no qual as cisões das formas de vida produzem esses modos radicais de expropriar e apartar as vidas entre aquelas às quais se deve proteger e aquelas a que se deve eliminar.

Justamente a esse respeito, Flauzina (2016) aborda como o racismo e a violência racial dependem de uma “gramática de desprezo à humanidade e ao sofrimento” das pessoas negras, o que dá vazão a uma “consciência social genocida” que se materializa nas políticas do Estado,

⁷ “Antiblack genocide morphs the bodies of the victims of police violence and death-squad murders across Brazil into other violated bodies transnationally. [...] Even when no overt discourses of race and racism accompany the practice of state violence, the repertoire of this violence engenders the question of race. Embodied practices are what make genocide knowable and readable as antiblack racism, and these practices are necessarily entwined in history”.

⁸ “[They are unfortunate deaths, but necessary] because they are caused by the state’s legitimate deployment of its self-preserving forces in the attempt to reappropriate symbolically the territory of death”.

citando o sistema de justiça criminal em suas muitas esferas, abarcando desde o encarceramento em massa até vitimação de jovens negros nas mãos da polícia como exemplos dessa ação. Se o discurso oficial fomenta um terror de Estado que é apresentado como prática de segurança pública, menciona a autora, a realidade mostra que a relação desse mesmo Estado com as pessoas negras e seus corpos é marcada, sobretudo, por tortura, ódio e extermínio.

Por sua vez, ao falar do genocídio negro no Brasil, Vargas (2005) pontua, sob a influência de Nascimento, como ele está relacionado à farsa da democracia racial, de um lado, e aos efeitos materiais do racismo contra a população negra, de outro, algo que abarca desemprego, baixa qualidade de vida e de remuneração e morte prematura. Com isso, expressa uma ideia de um *continuum* genocida, caracterizado por elementos ideológicos, como uma hiperconsciência sobre raça, que convive com a sua negação, que se aplica à hierarquia de relações sociais e faz emergir uma hegemonia racial que se torna senso comum, com a prevalência de um ideal de embranquecimento, que também já havia sido integrado ao projeto do que seria o Brasil há bastante tempo. Há ainda uma dimensão material, concreta, na qual se inclui uma profunda diferença entre pessoas brancas e não brancas quando se trata de suscetibilidade à violência policial. Então, explica:

Eu vejo ideologia como um vínculo cognitivo e moral que sustenta o *continuum* genocida: ideologia torna possível que a violência simbólica e concreta contra comunidades negras exista principalmente (se não pelo silêncio) sem incongruências epistêmicas. Atenção para a ideologia, portanto, não contradiz a reivindicação de que processos genocidas precisam ser analisados por (e como) resultados de formas de violência cotidiana e estatal. Concebida como uma mitologia cultural e política, a ideologia de fato constitui a visão de mundo dentro da qual o racismo e o genocídio são tornados possíveis. Conforme superamos essa dualidade improdutiva – a ideologia produz ou é produzida pelo genocídio? – eu sugiro que consideremos ideologia como um aspecto orgânico e indissociável do genocídio. O que realmente conta são os corpos daqueles afetados por fenômenos políticos em massa que afetam as comunidades negras de modo desproporcional (Vargas, 2005, p. 283)⁹.

Desse modo, podemos falar da violência de Estado manifesta em seus órgãos oficiais e nas lógicas diversas de ocupação, de controle, de produção do sentido da vida digna e de seu

⁹ “I see ideology as the cognitive and moral glue that sustains the genocidal continuum: ideology makes it possible for symbolic and actual violence against Black communities to exist mostly (if only by silent default) without epistemic incongruities. Attention to ideology, therefore, does not contradict the claim that genocidal processes need to be analyzed by (and as) the results of state and everyday forms of violence. Conceived as a cultural and political mythology, ideology indeed constitutes the worldview within which racism and genocide are made possible. As we move beyond an unproductive duality—does ideology produce or is it produced by genocide?—I suggest we consider ideology as an organic, indissociable aspect of genocide. What count, really, are the bodies of those affected by mass political phenomena that impact Black communities disproportionately”.

revés, fazendo com que essa condição politicamente induzida seja um dos modos bastante concretos da existência social de determinados grupos. No caso da violência e da brutalidade das polícias, que têm como alvos e principais vítimas populações periféricas, essas violações se processam no vácuo da condição de uma cidadania que é negada, na mesma medida em que são negligenciadas as condições que tornam a violência e a letalidade parte desse modo de viver. Portanto, ocorre também a prevalência da necropolítica como projeto realizado em torno daqueles outros aos quais a morte é assinalada como condição. Por isso, assistimos a diversas formas de militarização do cotidiano, que vão além da ação pública de órgãos de segurança, passando pela reafirmação da clandestinidade como lugar de impor com ainda mais força e mais crueldade uma ordem social que é ritualmente encenada, que é diariamente parte do “teatro do terror” que é, sistematicamente, aquela a advir da ordem normativa que se processa no âmbito estatal, assim como nas práticas e na vida social.

A esse respeito, cabe destacar como Smith (2016) afirma que essa violência de caráter necropolítico serve a uma mostra espetacular da violação que atinge o corpo negro em sofrimento. Essa referência ao corpo negro é especialmente relevante porque modula nosso olhar sobre as questões que são normalmente ignoradas no debate público sobre a violência, especialmente aquela tida como “cotidiana” – a exemplo da nomeação do genocídio para falar sobre como essa massa de indivíduos à margem é também morta por ser desprovida de valor, justamente por conta desses recortes de gênero, raça e classe. Se podem ser mortas indistintamente, portanto, essas populações podem estar submetidas ao necropoder, aos mundos da morte, porque vêm de uma longa linhagem de negros que o foram antes, porque foram desafortunados de nascerem em um país cujo projeto sempre ansiou pela desaparecimento de homens e mulheres negras de sua população. Então, se execuções que resultam em corpos mortos, mutilados e feridos nas ruas da cidade existem também nessa esfera de ação, de encenação e corporificação, a sua dimensão de fenômeno social é incontornável, enquanto qualquer tentativa de sua negação não é senão o seu reforço.

2.4 VIOLÊNCIA RACIALIZADA DE ESTADO COMO CONDIÇÃO PARA O MASSACRE

Como maneira de finalizar esse capítulo apresentando um panorama o mais compreensível possível do fenômeno com o qual lidamos aqui, não poderíamos deixar de falar de um dos nós indispensáveis para tratarmos da violência racializada da qual as chacinas são apenas um dos muitos exemplos no Brasil. Por isso, cumpre aqui trazer à baila a própria

dimensão de violência de Estado que se processa a partir de um contínuo recurso a um discurso e práticas bélicas no próprio território, que nos permite até mesmo falar de um Estado que se encontra em situação de guerra contra os seus próprios cidadãos. Mencionamos antes a formação de esquadrões da morte e grupos de extermínio como pontos que são importantes para compreendermos uma gênese mais contemporânea desses agenciamentos genocidas em solo brasileiro. No entanto, o quadro que viabiliza, justifica e perpetua essas formas de violência, brutalização e extermínio da população é bem mais amplo, de modo algum estando dissociado quer de instâncias de racialização quer de segregação sociorracial. Se tratamos anteriormente sobre a criação de mundos de morte, a exposição ao sofrimento e até mesmo a trajetória de um genocídio que se encontra em pleno andamento, cabe indagar sobre quais são os mecanismos socio-historicamente situados capazes de nos fazerem compreender esse mundo social fissurado de que somos parte.

Um aspecto relevante a levar em consideração diz respeito a uma certa territorialização da violência, que se traduz em como diferentes espaços urbanos são marcados por diferentes formas de gestão e uso dessa violência, além de sociabilidades específicas em torno dela. Quanto a isso, Haesbaert (2014) indica como há uma série de discursos e práticas contemporâneas que se baseiam em um ideia cristalizada de “sociedade de *in*-segurança”, a qual mobiliza noções genéricas, como o fato de toda a população ser afetada ou estar exposta a esse “clima de insegurança”, sem a devida atenção a como tal discurso sobre o que seria a insegurança se origina em uma dimensão política e se difunde na sociedade, ou a como se processam de fato tanto insegurança quanto risco. Segundo explicita, “muitas vezes é em nome da segurança de um grupo ou uma classe social que se gera a insegurança de outros, e riscos mais gerais [...] têm efeitos profundamente desiguais conforme as condições socioeconômicas dos grupos e espaços que por eles são afetados” (Haesbaert, 2014, p. 155).

Tocar nesse ponto pode parecer partir de percepções óbvias ao fazermos um cotejamento direto com as formas como Estado e mídia lidam com o “problema” violência e justificam políticas de um pretenso “combate ao crime” e a perpetuação da guerra às drogas, que se torna tópico comumente explorado há décadas em ambas as esferas. No entanto, é justamente o ponto de partida que nos permite enfrentar o caráter de materialidade que se apresenta como condição para compreendermos o que fazem agentes sociais e políticos ao lidar com questões de segurança, crime e, como nos interessa aqui, violência racialmente orientada. Daí ser importante pensar nas considerações de Haesbaert sobre como se constitui a segregação que invariavelmente está relacionada à identificação de espaços do risco e ao uso da violência contra as populações desses territórios. Chama-nos atenção como indica que tal segregação

ocorre, por exemplo, pela construção de muros e barreiras físicas e simbólicas, por meio do que chama de contenção territorial das populações subalternas, em razão de espaços periféricos – o autor trata sobretudo de favelas – serem vistos como espaços do crime ou espaços perigosos, quer pelo poder público quer pela opinião pública. Em sua proposição, vemos o rol amplo de agentes que conflui para justificar e de fato concretizar essa dinâmica de segregação, motivo pelo qual se fala de um

Risco que pode ser redefinido principalmente a partir da valorização ou desvalorização simbólica de “espaços perigosos” pela mídia, como vimos para o caso das representações das intervenções policiais nas favelas [...]. Transformado numa questão meramente técnica, o risco e, com ele, a insegurança, impõem tanto muros visíveis quanto invisíveis na trama constituidora da cidade. Envolvem-se aí tanto sujeitos ligados ao Estado e às empresas formalmente constituídas quanto grupos como os dos narcotraficantes e das milícias (Haesbaert, 2014, p. 268).

Especialmente em relação à mídia, voltaremos a ela no capítulo seguinte, pela sua centralidade em todo o processo analítico deste trabalho, mas caberia desde já enunciar um alinhamento entre as mídias corporativas e ideologias oficiais de segurança que se calcam em punitivismo, em reforço das instituições policiais e celebração do Estado policaresco, em que o abuso da violência e da força fazem as vezes de uma suposta solução para o risco constitutivo dessa insegurança amplamente experienciada e temida, tal qual a ideia de violência difusa que mencionamos algumas páginas acima. Esse mesmo sentimento, na verdade, revela um contrassenso, uma marcante contradição, que pode ser posta em xeque ao nos perguntarmos: se a população em geral está tão exposta ao risco da violência e da morte a qualquer momento, por que então as populações negras e periféricas são os alvos por excelência da violência dos aparatos policiais e estão mais expostas a condições que conduzem à mortalidade, tal como presente nas estatísticas e nos muitos relatos que podem ser feitos por esses mesmos cidadãos? Se, à primeira vista, trata-se de uma asserção simples em sua enunciação, essa exata pergunta tem a capacidade de desmontar a premissa de criminalização das periferias e de suas populações, com as quais têm operado tanto mídia quanto Estado.

Agora, voltando à relação entre violência policial e racializada, há algo a ser dito especificamente sobre a gênese dessas duas manifestações a partir da criação das polícias no Brasil e como isso tem consequências pervasivas que se fazem presentes até os nossos dias. Ao se pensar em termos de forças militarizadas, o fato que nos ajuda a pensar essa continuidade violenta está em como o germen da polícia militar no Brasil se dá com a criação da Guarda Real de Polícia da Corte, em 1809, que foi instituída com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, além da posterior criação de guardas municipais em outras províncias, as quais tinham como

incumbência a manutenção de ordem nas ruas, com foco no uso da força e da violência contra negros escravizados (França, 2021; Nunes, 2018; Ramos, 2021). Dentro da literatura que trata a respeito dessa formação, vemos como certos autores identificam o emprego dessas forças repressivas como uma espécie de “continuidade dos modelos privados para uma polícia estatal”, conforme explicação de França (2021, p. 132). O autor cita como a Guarda Real decidia perseguir alguém com base na cor da pessoa, fornecendo exemplos desse uso da violência contra escravizados que, tendo um pedaço de pau na mão, receberam um total de 100 chibatadas ou que foram presos por simplesmente correr com uma faca em mãos; além disso, havia punições previstas para escravos no Código Criminal do Império no caso de fuga, ali identificada como “insurreição”, os quais receberiam de pena de morte a açoites.

Também cabe mencionar as leis contra vadiagem já durante a República, que tinham como alvo negros libertos por meio do Código Penal de 1890, que criminalizava aquilo que identificava como

[...] fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena de prisão celular por dois a seis meses (Brasil, 1890 *apud* França, 2021, p. 131).

Mais uma vez vai-se percebendo a orientação não só das instituições policiais, mas também das jurídicas contra o negro, já que desde seu surgimento têm direcionamento racista e afim ao projeto de genocídio negro que já discutimos anteriormente. Com o passar do tempo, esses corpos policiais vão recebendo características que perduram até hoje, como a denominação militar que passa a designar esses órgãos a partir de 1889, com a própria nomeação como Polícia Militar passando a ser adotada com o Estado Novo, e uma estruturação que ocorre durante a ditadura militar, quando a instituição passa a ser comandada por oficiais do Exército e a ser usada politicamente para perseguição daqueles que se opusessem ao regime (Brasil, 2013). A respeito desse processo, Nunes (2018) indica que o período de efetiva estruturação das polícias militares ocorreu entre 1930 e 1970, especialmente porque passaram a ter forte influência do Exército e porque, já no contexto da ditadura, foram instrumentalizadas pelas Forças Armadas em prol dos interesses do Estado.

É precisamente ao longo desse percurso histórico de formação das polícias que se vão elegendo diferentes figuras de inimigo contra as quais estas deveriam agir, algo que se dá em interface com a maior institucionalização da violência durante a ditadura civil-militar, ao mesmo tempo em que esse controle político no qual atuam passa largamente a fazer uso da

tortura e do homicídio de forma sistemática, de modo a assegurar a estabilidade do regime. Sobre isso, também Nunes (2018) aponta como tanto a atuação do Exército quanto das polícias era informada pela “doutrina da segurança nacional”, que fazia confluir as ideias de defesa nacional e segurança interna, as quais seriam garantidas como resultado da efetivação de uma espécie de caça a criminosos, identificados como inimigos e terroristas. Apesar disso, prossegue a autora, “a doutrina de segurança nacional não teria trazido nada novo para as polícias, constituindo-se como uma espécie de agente que permitiu a continuidade de um aparato policial excessivamente militarizado e doutrinado para a defesa do Estado” (Nunes, 2018, p. 117).

Então, se anteriormente neste trabalho chegamos a falar sobre como a morte generalizada que atinge as populações negras e periferizadas é manifestação, entre outros elementos, de uma continuidade autoritária que marca o aparelho policial, a pergunta sobre “o quê” exatamente é aquilo que continua teria como resposta a militarização do campo da segurança, que se desdobra em práticas de violação de direitos, de tortura, de desaparecimento forçado e de assassinato. De modo algum estas foram instituídas naquele momento, pois, como pontua Ramos (2021, p. 72), “a ditadura aplicou aos filhos da classe média e da elite branca métodos de tortura e repressão antes apenas experimentados pelos negros no Brasil”. Com isso, trata-se de um ímpeto repressivo e belicoso que se perpetua até os dias de hoje ao eleger (velhos) novos inimigos a partir de uma articulação entre raça e classe, com suspeitos que sempre são da classe trabalhadora empobrecida e negros, em que o “o aspecto racializado fundamenta a suspeição policial” (Ramos, 2021, p. 89), segundo uma lógica de reprodução de saberes e práticas “da rua”, que é difundida no dia a dia das corporações, ainda que, no pós-ditadura, haja prerrogativas legais, formais e constitucionais que interditem tais ações violentas.

Por isso mesmo, não podemos esquecer que incursões de matança racializada de fato nunca deixaram de ocorrer, especialmente quando lembramos da formação dos grupos de extermínio ainda no contexto da ditadura, com atuação sempre marcada por sua identificação como “justiceiros”, aplicando a criminosos comuns aquelas técnicas contra os inimigos do regime – com ênfase no exercício da violência contra a população negra e periférica –, e pelo controle de atividades ilegais que supostamente se propunham a combater, tal qual a constituição das milícias no Brasil contemporâneo. Por esse motivo, vemos por meio dessas dinâmicas desenvolvimentos do uso da brutalidade pelas polícias sob o sancionamento do Estado, bem como as dinâmicas que viabilizam o atual cenário de letalidade policial que está no centro do genocídio da juventude negra em nossos dias.

Por fim, de modo a concluirmos a reflexão deste capítulo, cabe mobilizarmos a perspectiva de Lelia Gonzalez (2022), que no início da década de 1980 já problematizava

segregação racial do espaço e a repressão policial a que foi sujeita a população negra no contexto ditatorial. Aponta Gonzalez o quanto as polícias operavam por um viés racista, agindo a fim de “reprimir, violentar e amedrontar” em espaços periféricos, que eram marcados por precárias condições materiais para as vidas de sua população, sendo estes alguns dos “lugares do negro” na sociedade brasileira, em conjunção com hospícios e prisões. Gonzalez esclarece:

A Baixada Fluminense, nesse sentido, apresenta-se como exemplo privilegiado. Seu crescimento populacional [...] gerou cidades-dormitórios e, em pouco tempo, levou-a a ocupar as manchetes do noticiário policial; foi transformada em área preferencial da ação dos esquadrões da morte e congêneres. Seus habitantes logo se acostumaram a um novo componente da paisagem: os “presuntos” (*cadáveres*) “desovados” pelos “justiceiros” da nova ordem. *Vale notar que 70% desses “justiçados” eram negros. Discriminação racial? Era proibido falar dessas coisas naqueles anos de milagre, uma vez que isso estaria ferindo a lei de segurança nacional por crime de subversão* (Gonzalez, 2022, p. 23, grifo nosso).

Nessa síntese eloquente, a filósofa brasileira recupera o quadro complexo em que sempre esteve inserida a mortandade oferecida pelo Estado e seus agentes às muitas periferias do Brasil, que até os dias de hoje podem ser identificadas a partir de uma descrição similar àquela feita no país anteriormente à abertura democrática. Partindo do exemplo da Baixada Fluminense – que não, por acaso, também já foi palco de chacinas no século XXI –, vemos um *continuum* em torno da violência, não só com a persistência de grupos de extermínio e de formas institucionalizadas de violência policial, mas também desse convívio com a iminência da morte – esse, sim, o risco a que são expostos aqueles cidadãos – e com a extrema desumanização relegada a esses territórios, que por sua segregação podem ser valas comuns a céu aberto, em que outros corpos, sobretudo corpos negros, como aponta Gonzalez, podem ser desovados como restos, sem cerimônia, sem que haja escândalo público, fora dali ecoando apenas a ideia de que os territórios periféricos, os lugares de negro, são perigosos e violentos.

Diante desse extenso panorama que passa pela violência racial, sua justificação e os mecanismos capazes de torná-la uma realidade, em uma clara vinculação com as formas de atuação do Estado, caberia aqui nos indagarmos sobre uma outra face desse fenômeno, a qual tem a ver justamente com a ação das mídias de modo a ratificar esse projeto genocida, ao passo que é parte constituinte da teia de produção social de acontecimentos violentos. Trata-se justamente do principal foco do próximo capítulo, no qual buscamos enfrentar, de um lado, uma certa compreensão do que seria acontecimento e de que tipo de tensionamentos podem ser feitos ao lidarmos com chacinas, para, por outro, buscarmos enxergar o tipo de tratamento dispensado a exemplos de violência racializada, avaliando como se dá sua assunção ou seu escamoteio.

3 ACONTECIMENTALIZAÇÃO, VIOLÊNCIA RACIALIZADA E O PAPEL DAS MÍDIAS

Ao falar diretamente de uma chacina, os pontos de entrada certamente são múltiplos, já que podemos mobilizar os elementos imediatos que a caracterizam, realizar descrições mais ou menos detalhadas sobre um caso determinado, tentar entender o contexto de violência urbana do qual faz parte, pensar nas demandas de sobreviventes e pessoas afetadas, olhar para quem são os perpetradores e as vítimas, de modo a construir uma figura o mais completa possível para compreender o que se passou. Há um ponto de partida fundamental, porém, quando consideramos, conforme Vedovello (2015, p. 144), o quanto as práticas de chacinamento no Brasil acabam por “escancarar como a violência policial se institui no nosso Estado Democrático de Direito: dentro de uma lógica militarizada, de extermínio de ‘suspeitos’ e ‘bandidos’ que tem entre suas vítimas, em sua maioria, a população periférica”, algo que exploramos em maior detalhe no capítulo anterior e que não deixa de ser uma ressalva relevante a todo momento.

Exatamente diante de tudo que vimos acima, não é irrelevante percebermos as ressonâncias de todo o quadro do genocídio negro perpetuando-se na ocorrência/recorrência das chacinas. Em razão disso, o nosso próximo ponto de partida tem a ver com olharmos para como chacinas emergem publicamente a partir de múltiplos gestos, que aqui podem ser perspectivados a partir da ação das mídias, ainda que este não seja o lugar exclusivo de sua re/produção. Por isso, passamos aqui a lidar com ideias acerca da configuração de acontecimentos sociais, para então pensarmos especificamente no lugar da violência racializada em processos de acontecimentalização, inclusive de modo a situar como as mídias têm um papel de destaque e os expedientes recorrentes na apresentação, omissão e até mesmo justificação diante de eventos como a Chacina de Belém e tantas outras, já que também formam parte desse conjunto institucional reprodutor do racismo e da violência racial.

Algo a sinalizar diz respeito ao caráter teórico-conceitual deste capítulo, em que apresentaremos algumas ideias sobre o conceito de acontecimento, justamente para elucidar elementos de um vocabulário que mobilizamos posteriormente tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. Com isso, nossa principal intenção aqui não é exatamente delinear um quadro exaustivo das muitas contribuições transdisciplinares que já houve para estudos dessa natureza; antes, nos orientamos para dialogar com o corpo de reflexões que lida com um certo viés sociológico de compreensão do acontecimento, alinhando aqueles movimentos que serão pertinentes para nos habilitar a compreender as chacinas ao longo do tratamento público de que

são alvo e do trabalho coletivo de elaboração pelo qual passam inevitavelmente ao serem integradas à experiência social por meio de sua narração, que pode advir de campos os mais diversos, com ênfase aqui para as mídias.

Evidentemente, se esse constitui o primeiro passo desse capítulo, o que justifica esse movimento será o cotejamento posterior que faremos não apenas com a emergência de acontecimentos violentos no espaço midiático, mas também com os prismas de compreensão que nos permitem lidar com a violência racializada, quer esteja explicitamente visibilizada ou problematizada, quer não. Em outras palavras, vamos retomar ao longo do capítulo algumas tentativas de pensar conjuntamente as dimensões do racismo e da violência que vimos abordando até aqui, para então chegarmos no que se processa em instâncias de massacre que são resultado direto desse mundo social que elege o negro como vida matável e que, na cena pública, vai reforçar desde atitudes violentas e aviltantes contra as populações negras até defender os mecanismos oficiais de condução do extermínio.

Assim, nas seções seguintes, abordaremos: uma primeira perspectiva sociológica que articula constituição simbólica e configuração narrativa, a qual informa fortemente parte das categorias e os elementos do gesto metodológico que realizaremos em seções posteriores, inclusive na análise da Chacina de Belém; outras perspectivas também da Sociologia, que articulam em circuito a preocupação com uma semiose política dos acontecimentos, que julgamos coadunar-se com a maneira como certos acontecimentos emblemáticos na contemporaneidade são produzidos por sua narração midiática; e mais propriamente trabalharemos com a literatura sobre o acontecimento e a comunicação midiática, buscando identificar algumas tendências de consideração do acontecimento violento no contexto brasileiro, também apresentando a dimensão de violência racializada nesse âmbito, a fim de complexificar a avaliação dessas visadas.

3.1 EM TORNO DO TRABALHO COLETIVO DE CONSTITUIÇÃO PÚBLICA E CONFIGURAÇÃO NARRATIVA

O primeiro projeto teórico que trazemos para este panorama tem no centro de suas preocupações a forma como acontecimentos são coletivamente determinados, como dependem de algum grau de ação coletiva para que sejam encarados como tal. Essa abordagem elabora uma passagem que vai da noção de constituição pública até àquela de configuração narrativa, que em consequência leva a falar em acontecimento social ou acontecimento público, na medida em que busca mapear como diferentes atores sociais e políticos agem sobre o acontecimento na

cena pública, por meio de descrições, nomeações e proposição de explicações, as quais buscam pôr em evidência texturas causais específicas e dar contornos que estabilizam ou fecham os sentidos para aquilo que se deu.

A respeito do que chamam de constituição pública, Neveu e Queré (1997) situam a complexidade dessa abordagem ao expressar que acontecimento não se restringiria a uma construção que estaria além de uma ocorrência espaço-temporal, algo que se manifesta, por exemplo, em ideias de que certas mídias “construiriam” de modo exclusivo acontecimentos sociais. Antes, trata-se de uma *constituição simbólica* ou *pública*, na qual se delineia um processo que não abarca somente práticas ou dispositivos midiáticos, mas que emerge de uma interrelação entre a ação coletiva, as mídias, e o papel de quadros culturais de compreensão, os quais, por sua vez, integram uma rede de relações institucionalizadas que depende da interação entre as arenas sociais nas quais se situam aqueles que agem em torno do acontecimento público. De modo sintético, ao adotar o prisma da constituição pública, passa-se de uma ideia mais recorrente, na qual acontecimento seria apenas aquilo que é inesperado, dramático, marcado por um caráter de ruptura ou por uma unicidade absoluta, para um processo daquilo que se torna um acontecimento, com uma processualidade que se desdobra no tempo e espaço sociais.

No caso da Chacina de Belém, um prenúncio disso pode ser percebido no processo mesmo de emergência por meio do qual se vem a conhecer a ocorrência violenta, de modo que não só ela vem a se tornar visível, como também passa a poder ser objeto de escrutínio em caráter público. Segundo a cronologia do caso, a chacina ocorreu em 4 de novembro de 2014, estendendo-se pela madrugada do dia 5, momento mesmo no qual passam a ser feitos relatos a seu respeito, marcadamente em portais na web e em redes sociais digitais, onde é possível haver essa disponibilização mais espontânea e instantânea, mesmo que com poucas informações. Quando falamos das mídias jornalísticas, trata-se certamente de algo ligado a uma cultura profissional que prioriza a ideia de “furo” ou “primeira mão”, mas também algo que se liga à cultura midiática na qual a experiência dos acontecimentos tem um caráter de mediação imediata. Com isso, é bastante eloquente que as primeiras formas de relato midiático estejam em pequenas notas publicadas nos portais de notícia dos dois grupos de comunicação que disputam o cenário informacional local, o Diário Online (DOL), da Rede Brasil Amazônia (RBA), e o G1 Pará, do Grupo Liberal. Justamente nesse primeiro momento, veremos os textos: *Cabo da Polícia Militar é morto no Guamá*, publicado às 20h39 do dia 4 pelo DOL (Diário Online, 2014a); e *PM é assassinado no bairro do Guamá, em Belém*, publicado às 22h33, pelo

G1 Pará (2014a). É a partir dessa emergência inicial que passamos a assistir ao enovelar desse acontecimento social.

Uma vez posto em curso, Neveu e Quéré (1997) indicam que, ainda que seja possível identificá-lo enquanto ainda está em andamento, é de fato comum nos referirmos ao acontecimento no passado, quando já acabou, quando está disponível a partir de como foi identificado e determinado, com os nomes que recebeu, com suas reverberações mapeadas de volta a ocorrências inaugurais, e as várias posições ocupadas por atores que tomaram parte nele. Talvez a partir de uma noção mais ampla, caiba destacar como essa ideia de constituição simbólica – que abarca tanto uma redução da indeterminação do que aconteceu, quanto uma atribuição de determinado valor ou significado – é algo que leva em conta o caráter linguageiro, por um lado, quando se pensa nos relatos e em uma certa discursividade que participa de sua inscrição em uma experiência coletiva, e o sociológico, quando se volta àquele conjunto de agentes e suas redes de interação.

Em outro momento, Quéré (2005) estabelece como o acontecimento pode ser encarado como “fato do mundo” e como fenômeno de ordem hermenêutica, dimensões a partir das quais acontecimentos organizam nossa experiência individual e coletiva, além de se darem dentro de quadros de interação decorrentes do seu poder de nos afetar. Com isso, possuem aquilo que ele chama de *passibilidade*, segundo a qual não bastaria pensar somente naquilo que acontece, mas em como acontece a alguém, ao mesmo tempo em que são reveladas as condições e situações ligadas à sua emergência e constituição num quadro mais amplo de vivências e compreensões. Em outras palavras, com organização da experiência, Quéré expressa o circuito de ações cotidianas ou institucionais que são tomadas em relação ao que aconteceu, as quais, por sua vez, impactam a ocorrência, informando-a e fazendo com que ela venha a se tornar um acontecimento social reconhecido como tal. Conforme explica,

Podem distinguir-se duas modalidades de experiência dos acontecimentos, não dissociadas, contudo, na vida real. [...] Eis duas perspectivas distintas que, na maior parte das vezes, se combinam concretamente. Quando um acontecimento se produz, tratamo-lo como um facto no mundo, situável no tempo e no espaço. Identificamo-lo através da sua descrição. Descrevemo-lo especificando as suas circunstâncias (especificação que pode ser resumida ou alargada). Tentaremos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe “valores de normalidade” (tipicidade, comparabilidade com acontecimentos passados similares, previsibilidade à luz das possibilidades do contexto, necessidade de ocorrência, etc.) (Quéré, 2005, p. 66).

Há aí um acionamento bastante complexo das diferentes operações presentes desde a irrupção acontecimental, quando aquele vira alvo de descrições capazes de marcar sua inauguração, na medida em que orientam a inteligibilidade desse evento dentro de interpretações e explicações familiares ou possíveis. Assim como aquelas presentes nas reverberações, pois esse desenrolar – que ultrapassa o momento inicial – depende da mudança de estados, das disputas pela identidade, imputação de causalidades, tentativas de fechamento ou de novas aberturas. Todos esses momentos, por assim dizer, são parte do trabalho de constituição simbólica, cujo resultado permite tratar de certo evento e suas consequências nos termos de um acontecimento. É algo que se dá sobretudo em retrospectiva, quando há uma maior possibilidade de avaliar e traçar as linhas dessa constituição, ainda que possamos nos perceber diante ou mesmo dentro de um acontecimento quando ele está em andamento, a depender das categorias sociais mobilizadas para o descrever.

Nessa esteira, Isabel Babo-Lança (2005) faz eco à ideia de que o acontecimento público não pode nem ser pensado como um fato positivo do mundo, apenas uma ocorrência empírica, nem como apenas constituído em discursos previamente estabelecidos. Antes, haveria a necessidade de dar conta daquelas operações e procedimentos que fazem com que ele venha a se tornar parte da experiência e até mesmo organizá-la, levando a uma abordagem que permita “situar as significações no modo como o acontecimento é vivido, interpretado e apropriado nas situações em cuja elaboração ele mesmo participa” (Babo-Lança, 2005, p. 86). Demarca, portanto, que essa visada se preocupa com um tipo de elaboração pública por parte dos implicados no acontecimento, aqueles a quem este aconteceu. Desse modo, trata-se de atentar para o que dizem e fazem os indivíduos, grupos, instituições e coletividades que são, a um só tempo, impactados pelo acontecimento, fazem-no avançar ao elaborá-lo e conferem-lhe uma existência que está incontornavelmente vinculada às ações realizadas em torno e a propósito dele.

Babo-Lança explica também como todos esses elementos seriam parte de uma “hermenêutica” da elaboração pública, justamente por meio da qual aquela ocorrência tornada em acontecimento, por meio de sua identificação e descrição, “*continua a acontecer* e a individualizar-se” (Babo-Lança, 2005, p. 88, grifo da autora), fazendo compreender seu passado e as condições para que viesse a ser, a tornar-se, como também tendo seu futuro atrelado aos sentidos que são abertos, marcadamente, quanto às consequências virtuais que pode ter. Daí a autora mencionar o papel da construção de uma intriga (*mise en intrigue*) capaz de inscrever na experiência pública e participar da constituição simbólica, dentre cujas

possibilidades está a de a nova situação se vincular a um campo já disponível de intrigas socialmente inteligíveis.

Dito isto, a esta altura, podemos ver o quão decisivos são esses estágios iniciais que de fato irão, ao longo do seu decorrer, permitir-nos falar daquilo que se passou nos termos de um acontecimento. Especialmente no caso de chacinas, se há uma maior imprecisão em seu momento inaugural – no qual se fala em homicídios, mortes em série, ou quando se descreve de forma autocontida aquilo que depois será identificado como o seu gatilho ou estopim –, todos os momentos posteriores que são compreendidos e integrados à explicação do que ocorreu vêm à cena e são tomados como parte de uma história em andamento. Obviamente não podemos ignorar a dimensão da passibilidade, já que não falamos aqui de uma ocorrência imaginada, mas de crimes contra pessoas, cidadãos, que foram vitimados por essa violência, que no contexto do Pará tem um cariz paramilitar, das pessoas que perderam familiares e pessoas próximas e de comunidades que saem desse tipo de vivência profundamente transformadas e marcadas pela experiência do trauma e do medo.

A exemplo disso, vemos como, no dia seguinte aos assassinatos, 5 de novembro, os meios locais apresentam uma relutância em chamá-los de chacina, ainda que haja breves menções à possibilidade de esses crimes serem assim interpretados. Em *Nove pessoas são mortas em Belém após assassinato de policial militar* de G1 Pará, constam informações de que “Após a morte do PM, ainda na noite de terça, começaram a circular informações nas redes sociais de que estaria ocorrendo uma chacina nos bairros periféricos da cidade, e que dezenas de pessoas já haviam sido mortas” (G1 Pará, 2014b, grifo nosso). Enquanto isso, em Diário Online, em *“Podem sair de casa sem medo”, diz secretário*, apresenta-se indecisão similar quanto à classificação, em razão de como “Nas redes sociais, boatos dão conta de que o número de mortos pode ser 10 vezes maior que o divulgado oficialmente, provocando pânico na população. Não há confirmação se policiais militares estão envolvidos na suposta chacina e quais medidas serão tomadas” (Diário Online, 2014c, grifo nosso).

A ideia de chacina como crime perpetrado por e com envolvimento de policiais militares e agentes do Estado já era parte do conhecimento público no início dos anos 2010 no Pará, pois alguns anos antes havia ocorrido a chacina de Icoaraci, em que jovens foram executados por policiais militares em 2011, com um dos envolvidos sendo condenado no ano de 2014. Por outro lado, há algumas razões para não haver essa vinculação incisiva ou insistência no nome *chacina*, já que é parte das prescrições da deontologia jornalística não presumir algo a não ser que informações ou assertivas possam ser imputadas a uma fonte clara e em alguma medida incontestes. Porém, outro aspecto importante está relacionado a como essa cobertura, sobretudo,

em seus estágios iniciais, dá-se num cenário pré-CPI das Milícias. Nesse mesmo dia, vemos outros portais não jornalísticos assumindo a nomeação chacina, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que publica *Chacina na periferia de Belém espalha pânico na cidade*, também em 5 de novembro (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, 2014), ou o Portal Geledés, com *Após morte de policial, oito são mortos em Belém do Pará*, em que expressa como “Trata-se de uma das maiores chacinas dos últimos tempos. E, ao que parece, devidamente anunciada” (Portal Geledés, 2014).

Ora, vemos aí pelo menos algumas pistas para pensarmos naqueles aspectos de constituição simbólica e também de como sentido e duração se desdobram em uma configuração narrativa. Não pretendemos esgotar esses elementos agora, já que os abordaremos em seções posteriores em maior detalhe e com maior cotejamento do acontecimento sob análise. Ainda assim, desde já ressaltamos a importância dessas operações derivadas de ações públicas e publicizadas, e do papel que intervenções distintas passam a ter em face do acontecimento, que sinalizam para um quadro mais amplo de afetação, que abarca instituições que se veem instadas a falar sobre ele, de fato transformando-o em retorno, com contribuições significativas para os gestos analíticos que vamos depreender desse contato, dessa leitura mais próxima em torno da acontecimentalização das chacinas. Passemos então ao próximo quadro de visada em torno desses fenômenos.

3.2 SOBRE COMO É FEITO O ACONTECIMENTO: ELEMENTOS DE UMA SEMIOSE POLÍTICA

Uma outra vertente de estudo do acontecimento que nos interessa incluir na discussão está relacionada ao que pode ser chamado de sociologia dos acontecimentos históricos, preocupada com aqueles eventos de grande escala e com profundas transformações na sociedade, como revoluções e guerras, ou ainda outras ocorrências que tiveram imensuráveis impactos na cultura mundial contemporânea, como o atentado de 11 de setembro ou a queda do muro de Berlim. Tal abordagem nos oferece um ponto de ancoragem certamente relativo à natureza do evento, assim como nos permite lançar atenção ao escopo das incursões analíticas, já que nem todos os acontecimentos são feitos de forma igual, mesmo que possam ser marcados por elementos de cultura midiática, algo que buscaremos deixar claro ao longo do capítulo.

Nesse domínio, Robin Wagner-Pacifici (2010, 2015, 2017, 2021) pensa acontecimentos assumindo uma certa opacidade, criatividade e imaginação sociológica quando o faz. A pesquisadora sugere que, diante de um momento de irrupção, diferentes reações coletivas e

individuais surgem, porque o vir-a-ser de um acontecimento em algum grau é marcado por um momento de ruptura, que nos levaria a pausar atividades do dia a dia, consultar meios de comunicação, checar com outras pessoas, esteados em um sentimento de que se está deslocado e desorientado. Diante de um acontecimento histórico, seríamos marcados na contemporaneidade por uma sensação de incerteza, de suspensão, de que algo passa por mudanças no mundo ao nosso redor. Isso implicaria, segundo ela, uma dinâmica de “não saber” e de “re-saber” o mundo, agora transformado que está pelo(s) acontecimento(s).

No caso das chacinas noticiadas e postas em circulação em relatos eventivos, é certo que estamos lidando com um acontecimento altamente atravessado por cultura midiática e que tem as características delineadas a partir do que se poderia chamar de sua midiatização. Ainda assim resulta relevante pensá-las em interface com dinâmicas mais amplas, a exemplo de como permitem esse novo saber sobre o mundo e como servem a uma reorientação. Até porque essas ações individuais e coletivas situam-se muito mais em um *continuum* do que existiriam de modo separado, como diferentes momentos do acontecimento. Apesar de haver uma sequência ou uma ordem, manifesta mesmo quando falamos de fases, as ideias de Wagner-Pacifici nos ajudam a compreender o quanto a apreensão dessa ordenação está atrelada à leitura que o analista leva a cabo, algo que faz em face das demais leituras que estão presentes na forma como o acontecimento *é feito* – outra ideia que também desnaturalizaria um poder avassalador do ente eventivo, que pudesse ser independente de estruturas e conhecimentos humanos.

A reboque dessa postura, a autora sinaliza da seguinte forma os termos dentro dos quais podemos olhar para certos elementos de nossa realidade social:

Multidões invadem um prédio, milhares de manifestantes se reúnem em praça pública, aviões voam de encontro a arranha-céus, mercados financeiros entram em queda livre. Tais ocorrências podem iniciar uma série de ações que só de modo gradual e com dificuldade unem-se em um *acontecimento*, que pode ser categorizado, localizado no tempo e no espaço, e nomeado (Wagner-Pacifici, 2017, p. 1, tradução nossa)¹⁰.

Com isso, Wagner-Pacifici expressa como a linguagem científica para falar a respeito deles é altamente metafórica, ainda que requeira uma acurada apreensão das trajetórias e da sua rede de relações sociopolíticas. Algumas dessas metáforas consistiriam nas noções de emergência, formação e mobilidade dos acontecimentos, as quais poderiam ser sintetizadas em um vocabulário marcado pelas ideias de *forma* e *fluxo*. Em outras palavras, os acontecimentos

¹⁰ “Crowds storm a building, thousands of protesters amass in a square, airplanes fly into skyscrapers, financial markets go into free fall. Such occurrences can set off a series of actions that only gradually and with difficulty cohere into an event that can be categorized, located in time and space, and given a name”.

tomariam forma ao lhe serem dados nomes, ao serem codificados como declarações, gestos, ao serem materializados em ações ou mesmo ao serem categorizados. Também teriam um fluxo, por pressuporem e estarem sempre em movimento, já que podem “mudar de mãos”, reconfigurar diversos espaços e temporalidades, impactando a paisagem de compreensão e orientação (Wagner-Pacifici, 2017).

Por conta da necessidade de assinalarmos o tipo de materialização para o qual estamos olhando, somos impelidos a tratar dos relatos midiáticos a partir da ideia de formas, já que elas seriam o substrato concreto no qual estariam encerradas algumas das operações de feitura e por meio do qual outras teriam lugar. A própria ideia de relato – que não dissociamos de uma inteligibilidade narrativa – também pode entrar em diálogo com a ideia de fluxo, já que os relatos explicitam tanto a temporalidade quanto as consequências ao longo de uma trajetória, estando em maior ou menor grau sujeitos a essa dinâmica de movimento. Trata-se de algo que julgamos coadunar-se bem à materialidade escolhida, já que os relatos midiáticos acessíveis através da internet, muito mais do que mídias massivas, existem em diálogo e em disparidade, referem-se ao local e ao externo, articulam momentos diferenciados, tudo simultaneamente, produzindo um fluxo que não é nem óbvio nem previsível.

Voltando à autora, sua proposição tem o mérito de construir uma ponte entre características eventivas que dão conta: i) da sua singularidade, uma vez que há elementos de surpresa, de choque, de desorientação e ruptura em face de seu início, momento em que às vezes este ainda nem recebeu um nome; e ii) de como ele vem a ser, na medida em que agentes empregam mecanismos e práticas capazes de formar e mobilizar acontecimentos em razão de sua contingência. Este último aspecto está relacionado com as formas nas quais o acontecimento se realiza, por meio das quais adquire vida, e como elas são acionadas de modo a impactar a emergência e perpetuação acontecimental em decorrência de uma inquietude (*restlessness*) que marca sua mobilidade. Como expressa quando põe no centro essa inquietude como questão,

Acontecimentos tomam forma. Gestos, declarações, mapas, documentos, trocas, imagens e símbolos são simultaneamente o material concreto e os hospedeiros formais para a cadeia das ações que são identificadas como acontecimentos. É a sua própria mobilidade, sua passagem de uma “hospedagem” para outra, que lhes confere vida e os mantém vivos (Wagner-Pacifici, 2010, p. 1357, tradução nossa)¹¹.

¹¹ “Events take shapes. Gestures, declarations, maps, documents, exchanges, images, and symbols are simultaneously the concrete material and the formal hosts for the relay of actions that get identified as events. It is the very mobility of events, the handings-off from one inhabitation to the next, that brings them to life and keeps them alive”.

É essa assunção que anuncia o seu modelo teórico de uma *semiose política*, o qual pode ser compreendido em três partes, as quais são essenciais no processo de emergência, movimento e tomada de forma dos acontecimentos. A primeira é a *performativa*, que consiste em atos de fala ou outros atos performativos capazes de mudar materialmente o mundo social e/ou político, incluindo as identidades dos atores e suas interações no interior delas – a esse respeito, ressalta que a efetividade de um ato de fala performativo depende da compreensão e do uso feito por agentes sociais, individuais e coletivos, em mundos sociais e políticos estruturados e abertos, tomando-se por base a força das convenções e das realidades contingentes desse uso e compreensão.

A segunda é a *demonstrativa*, que situa o acontecimento em um certo momento e espaço, bem como delinea fronteiras entre “nós” e “eles”, isto é, diz sobre os elementos da linguagem que mudam de acordo com quem os está enunciando em determinado momento de uma relação de comunicação, razão pela qual o aspecto demonstrativo chama a atenção para a natureza situada dos acontecimentos, pois não há acontecimento que ocorra fora de um contexto, mesmo quando o próprio contexto se expande, se contrai e está em constante mudança, além de destacar orientações dentro e em direção de situações determinadas. Já a terceira é a *representacional*, a qual abarca diferentes materializações simbólicas, que em alguma medida se manifestam como “cópias” de trocas originais, as quais têm suas próprias formas e capacidades miméticas, em que o gênero da forma tem papel crítico – por exemplo, narrativa, drama, poesia e imagens pictóricas, que contêm e constroem tempo, espaço e causalidade de formas diferenciadas. Especialmente a respeito dessa última, expressa que:

Cópias do acontecimento, ou aspectos do acontecimento, são gerados e enviados em direção ao mundo das audiências e das testemunhas a distância. As representações são assim recrutadas para a atuação dos performativos que mudam o mundo e dos demonstrativos que reorientam e participam na dialética de convenção e contingência que caracteriza acontecimentos. Cópias representacionais tentam estabilizar e sedimentar a transição histórica em face da incerteza, incoerência, distância e resistência (Wagner-Pacifci, 2015, p. 53)¹².

Como possível ilustração do que ocorre ao longo dessa semiose política, podemos partir de um breve conjunto de textos ainda relativos aos momentos inaugurais do Chacina de Belém, os quais apontam como diferentes descrições articulam diferentes sentidos e como, ainda que

¹² “[...] copies of the event, or aspects of the event, are generated and sent outward into the wider world of audiences and witnesses at a distance. The representations thus recruited for the enactment of the world-changing performatives and the reorienting demonstratives participate in the dialectic, which characterizes events, of convention and contingency. Representational copies attempt to stabilize and sediment the historical transition in the face of uncertainty, incoherence, distance, and resistance”.

sejam dissonantes e contraditórias, são todas elas partes do mesmo acontecimento e dessa inquietude que o acompanha. Assim, também em 5 de novembro de 2014, a BBC News publica em seu website a notícia *Brazil probes deaths in Belem police 'revenge attacks'* (Brasil examina mortes em Belém como “ataques de vingança” da polícia), na qual são informadas as circunstâncias das mortes, sobre as quais “testemunhas dizem que homens em motocicletas realizaram uma onda de assassinatos de seis horas, matando a tiros nove pessoas em diversas áreas de Belém. Seis dos assassinatos foram cometidos ao estilo de execuções, disse a polícia” (BBC News, 2014, tradução nossa)¹³. Há também ênfase em como começaram a se espalhar rumores sobre uma “limpeza” na cidade por meio de mensagens em mídias sociais, o que teria resultado em pânico generalizado.

No mesmo dia, são publicados *Policiais militares são suspeitos de envolvimento com massacre de jovens em Belém-PA*, pela União da Juventude Socialista (UJS), e *Chacina em Belém mostra a necessidade da desmilitarização da PM e o fim das milícias*, no blog As Falas da Pólis. No primeiro, além da menção ao policial morto, da reprodução dos posts em mídias sociais feitos por membros da ROTAM/PA e de um suposto perfil do órgão, a UJS destaca a caracterização de extermínio para essa ocorrência, fala sobre algumas das vítimas, suas idades e ocupações, afirmando que “o massacre travestido de ‘guerra às drogas atinge jovens negros da periferia, e suas mortes são justificadas com ‘autos de resistência’ ou ‘confronto’ com policiais militares” (União da Juventude Socialista, 2014). Por sua vez, na postagem no blog, atribuída ao jornalista Diógenes Brandão, há um texto bastante compreensivo, que pode ser identificado como uma reportagem independente, apresentando diversos agentes, como representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – PA (OAB-PA), da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, da Promotoria de Justiça Militar do Ministério Público do Pará, bem como um conjunto de reações institucionais aos assassinatos em série, fazendo eco a como a Anistia Internacional “classifica o acontecimento como uma ‘chacina’ e pede a investigação imediata” (As Falas da Pólis, 2014).

Diante desses três relatos, podemos fazer um exercício com base no ponto de vista das formas e fluxos. Se pensarmos no aspecto performativo, na dimensão de transformação do mundo pelos atos de palavra, iremos ver como a caracterização desses crimes como execuções e como chacinas ancora-nos em lugar de imediata compreensão no âmbito dos saberes sobre a violência urbana e a violência letal que têm lugar em nossa sociedade, instaurando e mesmo resgatando aspectos como as características de crimes de pistolagem, o papel das polícias como

¹³ “Witnesses say men on motorbikes went on a six-hour killing spree, shooting nine people in several areas of Belem. Six of the killings were carried out like executions, police said”.

perpetradoras de mortes com essas características, de fato apanhando essa emergência e dando-lhe um lugar mais ou menos evidente no “[re]saber” do mundo diante dessa nova ocorrência.

O aspecto demonstrativo vai se manifestar de modo bastante difuso, ao mesmo tempo bastante interessante do ponto de vista analítico, porque vai permitir enxergar diferentes graus de aproximação em relação ao acontecimento violento, tanto do ponto de vista temporal quanto espacial. Podemos ver aí uma temporalidade altamente marcada pelo presente, pela ruptura oriunda da efervescência de uma situação nova que ainda está sendo escrutinada para a definição do que se passou; essa mesma temporalidade irá variar na medida em que novas ligações forem feitas, em que outros acontecimentos venham a integrar a rede de interpretação ou mesmo que outras expansões em direções imprevistas venham a ser feitas.

Desde esses momentos iniciais, estamos aptos a visualizar o quanto a identidade dos atores – que ou se veem instados a falar sobre as chacinas ou são convocados para tal – está ligada à sua localização geográfica em interface com o ocorrido. Por exemplo, a esta altura, as explicações foram altamente dependentes de quem tem o conhecimento mais imediato sobre o que se deu, havendo aí também uma interseção com autoridade ou posição institucional. De modo que a própria polícia do estado do Pará figura como a principal fonte no material jornalístico da BBC, enquanto coletivos locais, como a própria UJS Pará, e organizações da sociedade civil local, como OAB-PA e a SDDH, vêm a público tratar da urgência e da gravidade da situação. Vemos um início da ressonância desse acontecimento para além de sua localidade, tanto na cobertura da BBC quanto na inclusão da Anistia Internacional do rol de atores implicados no publicização e problematização do acontecimento.

Já quanto ao aspecto representacional, vemos como está ligado às transformações nas cópias do acontecimento, que em nosso olhar estarão ligadas sobretudo aos relatos midiáticos. Aqui é o próprio relato sobre as chacinas que encapsula esse potencial de representacionalidade, o que de modo algum indicaria uma uniformidade ou unicidade da sua feitura e circulação, pois os campos sociais nos quais são gestados e os agentes engajados no interior e ao redor dos próprios relatos serão decisivos para compreendermos a imensa heterogeneidade que constitui até mesmo a publicação de textos na internet. Veja-se, por exemplo, como podemos classificar os relatos como jornalísticos ou não jornalísticos, ainda que essa caracterização sozinha não diga tudo, porque, mesmo pertencendo à mesma classificação, nem todo relato será feito igual.

Diante do fato de “vingança de policiais” e os assassinatos em série constarem na manchete da notícia de um portal estrangeiro, enquanto, se lembrarmos dos portais locais mencionados na seção anterior, a ênfase está principalmente na morte do policial, vemos duas formas diferentes de enquadrar segundo uma ordem jornalística, que não poderiam ser tomadas

como a mesma atitude do ponto de vista de atividade de fazer acontecimento. Paralelamente a isso, aquela ideia de gênero apresentada acima resulta absolutamente pertinente ao olharmos para os relatos midiáticos que participam do que estamos chamando aqui de feitura, pois vamos lidar com peças de opinião, textos jornalísticos, como notícias e reportagens investigativas, posicionamentos de partidos políticos e movimentos sociais, bem como com informações político-institucionais, todas contribuindo para uma maior dispersão quer temática ou explicativa em torno das chacinas. Daí a semiose política dar tamanha ênfase a essa rede de inter-relações marcada por multiplicidade, uma vez que diferentes aspectos performativos e demonstrativos estarão presentes de acordo com o tipo de representação em que / por meio da qual toma forma o acontecimento violento.

Além disso, julgamos aqui como esse movimento nos permite vislumbrar de forma bastante clara aquela “inquietação”, já que nos faz prestar atenção tanto na nomeação quando na narração dos acontecimentos, para então derivar vinculações mais complexas, em razão de como esse modelo de semiose política descreve mecanismos semióticos de construção acontecimental. Com isso, por exemplo, a própria dimensão representacional daria ênfase ou consideraria a potencial mobilidade espaço-temporal dos acontecimentos históricos, em suma fazendo-nos atentar para a diversidade de partes moventes que estão em cena quando se trata de encarar aquilo que “faz acontecimento” no mundo e nos olhares que, enquanto analistas, somos capazes de lançar até eles, considerando aspectos como agentividade, temporalidade, espacialidade, e diferentes dinâmicas de formação eventiva, assinalando pontos de vista essenciais para nosso posterior tratamento dos relatos midiáticos.

3.3 MÍDIA E NARRAÇÃO: REPRODUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS POR PRÁTICAS NARRATIVAS

A própria ideia de uma sociologia dos acontecimentos históricos depende altamente da caracterização dessa ordem de eventos. Por essa razão, exploramos nesta seção incursões em torno do que seriam acontecimentos emblemáticos ou, como veremos segundo algumas formulações, “icônicos”, na medida em que têm um potencial de integrar de maneira muito enfática a memória coletiva, serem alvo de diferentes práticas de memória, perdurarem no tempo e até mesmo instaurarem profundas transformações quer em conjunturas quer em estruturas. Além disso, veremos como há uma certa tônica em considerar a comunicação midiática como elemento significativo na emergência e nas trocas relativas a tais acontecimentos.

Uma primeira formulação a abordar seria aquela de Leavy (2007), que propõe reflexões sobre “acontecimentos icônicos”, com constante remissão ao 11 de setembro, ao massacre de Columbine, entre outros, e ao papel das mídias na elaboração da história recente – em um processo no qual se destacam por formularem narrativas, que por sua vez tendem a ser apropriadas por outros grupos políticos –, ao mesmo tempo em que os acontecimentos são cooptados por uma cultura de comercialização. Na sua perspectiva, há uma processualidade capaz de tornar histórico um acontecimento, já que quando de sua ocorrência não tem ainda esse status. Isso se dá na medida em que são considerados como tendo uma natureza extraordinária, ao longo ou mesmo por meio de um processo cultural em que adquirem historicidade.

Leavy também acredita no fato de acontecimentos tomarem diferentes formas, especialmente quando ocupam o espaço cultural de modo quase onipresente, às vezes até o ponto de saturação. Desse modo, define acontecimentos icônicos como “um acontecimento que passa por intensas práticas iniciais de interpretação, mas também se torna mítico dentro da cultura por meio de sua apropriação em outros discursos políticos ou sociais, e seu eventual uso na cultura comercial” (Leavy, 2007, e-PUB, pos. 122, tradução nossa)¹⁴. Ao descrever o rol de sua articulação, expressa que

Acontecimentos funcionam como veículos por meio dos quais um conjunto de ideias e sentidos sociais são comunicados para a sociedade. Alguns acontecimentos, os quais parecem adquirir *status* mítico como parte da cultura, tendem a dominar a paisagem cultural através de uma proliferação de representações que inundam o espaço público (Leavy, 2007, e-PUB, pos. 85, tradução nossa).¹⁵

É interessante perceber aqui a interface entre algumas das ideias da autora e aquelas já sinalizadas nas seções acima, a exemplo do “trocar de mãos” que sofre o acontecimento, ou melhor, das transformações pelas quais passa até se tornar um ente nomeado, com uma identidade mais ou menos estável, capaz de existir em diferentes circuitos que dependem da sua realização discursiva, das relações estabelecidas com / por essas materialidades, bem como pelos agentes sociais e políticos que interagem com o acontecimento, passam a integrá-lo ou o alteram em razão de perpetuarem sua vida social. Nessa esteira, Leavy também menciona que especificamente a comunicação midiática engaja-se em um certo tipo de tautologia, sendo o

¹⁴ “[...] an event that undergoes intense initial interpretative practices but also becomes mythic within the culture through its appropriation into other political or social discourses and its eventual use within commercial culture”.

¹⁵ “Events serve as vehicles by which a range of ideas and social meanings are communicated to society. Some events, which seem to acquire a mythic status within the culture, come to dominate the cultural landscape through a proliferation of representations which flood the public space”.

acontecimento historicamente excepcional ou relevante, sobretudo, quando passa a receber cobertura ostensiva, o que reforçaria sua excepcionalidade histórica.

Quando falamos das chacinas, é inegável que existe um trabalho de memória em torno delas, quer se pensarmos nas ritualizações do jornalismo – como nos “aniversários” de um ou mais anos desde as datas do ocorrido –, quer se olharmos para demandas públicas que podem vir à tona na ação de movimentos sociais, familiares de vítimas e outros ainda, ou mesmo em outras modalidades de relatos públicos. É mesmo possível dizer que a palavra *chacina* e as situações que foram nomeadas como tal fazem seu caminho até a memória coletiva da sociedade brasileira, fazendo com que adquiram certo grau de iconicidade, ainda que nem sempre galguem ao estatuto de acontecimento fora de nosso espaço geográfico ou mesmo em todo o país.

Se pensarmos em um chacina que carregaria essa caráter icônico, instantaneamente poderíamos lembrar de ocorrências como o massacre do Carandiru, em 1992, em São Paulo, a chacina da Candelária e a chacina de Vigário Geral, em 1993, no Rio de Janeiro, a chacina de Eldorado de Carajás, em 1996, no Pará, além de outras mais recentes, como a chacina de Pau D’Arco, em 2017, também no Pará, e a chacina de Jacarezinho, em 2021, no Rio de Janeiro (Dyna, 2022). Todas elas têm em comum o fato de terem sido alvo de intensa cobertura para além de suas localidades, guardadas as devidas especificações, também sendo marcadas pela atuação de policiais em serviço, portanto, atuando em nome do Estado, ou por grupos de extermínio e milícias – que, como vimos, comumente são integrados por policiais, ex-policiais, militares etc.

Portanto, há um forte elemento de cultura midiática, mais especificamente jornalística, de reprodução social de “acontecimentos-chacina” – ora, lembremos o quanto chacina constitui-se em primeiro lugar como uma categoria midiática (Silva; Santos; Ramos, 2019). Em termos mais contidos, essa possibilidade aponta para o que Leavy chama de cultura de comercialização, não sendo comparável a acontecimentos da escala de um 11/9 ou de Columbine, mas nem por isso sendo um elemento ignorável ou insignificante na elaboração de relatos sobre o presente. Ainda em relação aos diferentes espaços nos quais essa iconicidade pode se manifestar, com variados graus de visibilidade pública, por exemplo, vemos a chacina do Carandiru ter seu conhecimento público sedimentado por meio do filme *Carandiru* (Héctor Babenco, 2002) e a chacina da Candelária ser retomada e recontada no documentário *Ônibus 174* (José Padilha e Felipe Lacerda, 2002). Não é nosso escopo entrar nos detalhes sobre que práticas de memória estão sendo feitas aí, mas estes são exemplos de como um circuito midiático heterogêneo se perfaz para dar conta dessa historicidade que adquirem acontecimentos violentos como as chacinas.

Voltando a contribuições teóricas, Sonnevend (2016) baseia-se justamente nessa conceptualização, sob a influência de Leavy, para construir a ideia de um “acontecimento icônico global”, para tratar das formas como recontamos e relembramos de acontecimentos de significância histórica, sobretudo em um cenário de cobertura jornalística e circulação de informação em um contexto internacional. Primeiramente, a autora sinaliza que esse tipo de formação eventiva não é universal, na medida em que, por exemplo, histórias noticiosas – que são seu foco – entram espaços políticos e mesmo jornalísticos altamente fragmentados, o que dificultaria um reconhecimento unívoco nas diferentes partes do globo. Isso, porque “nenhum acontecimento histórico recebe celebração ou lamento universal. Acontecimentos icônicos globais são sempre contestados ou ignorados em algum lugar” (Sonnevend, 2016, p. 3)¹⁶.

Segundo sua formulação, é preciso que haja uma cobertura ampla e detalhada por parte de mídias internacionais e que os acontecimentos cobertos sejam lembrados ritualmente de modo consistente ao longo do tempo, em razão de sua relevância histórica e seus significados em mais de um país ou região. Ao mesmo tempo, faz a ressalva de que “se uma ocorrência recebeu cobertura midiática extensiva inicialmente ou em algum momento no passado, mas desde então desapareceu da memória [coletiva], nós não podemos chamá-la de acontecimento icônico até sua rememoração ritual começar” (Sonnevend, 2016, p. 22, tradução nossa)¹⁷.

Há pelo menos três características que informam o sentido de *icônico* dentro do enquadramento proposto. Trata-se de: a) semelhança (*resemblance*), porque acontecimentos icônicos globais assemelham-se ao acontecimento original, mas passam, com o tempo, a representar algo maior do que ele; b) relevo (*salience*), porque são excepcionais, constituindo um certo tipo de “drama” social com uma presença que se perpetua no cenário mundial; e c) sacralidade (*sacredness*), em razão de ser criada uma mítica para esse tipo de acontecimento, fazendo pessoas e instituições o tratarem com deferência, bem como fazendo com que suas histórias circulem no espaço transnacional e sejam replicadas no que a autora chama de “performances sociais contemporâneas”.

Quando se trata da relação entre acontecimentos e sua narração, a autora aponta para a mídia de modo geral não tanto como uma estrita referência a mídias jornalísticas ou noticiosas, mas como uma função social desempenhada em distintos espaços, com diferentes tecnologias e também formatos. Desse modo, coloca no centro de sua reflexão aquilo que identifica como

¹⁶ “No historic event gets universal celebration or mourning. Global iconic events are always contested or ignored in some place”.

¹⁷ “[...] if an occurrence received extensive media coverage initially or at a given time in the past but has since faded from memory, we cannot call it an iconic event until its ritual remembrance begins”.

práticas narrativas, as quais têm parte em processos de construção de sentidos – que podem ser acelerados no contemporâneo –, e de elevação de ocorrências ao estatuto de acontecimentos, mudando de relevância e significado.

A princípio, uma apropriação direta e sem adaptações dessa ideia de acontecimento icônico global seria algo bastante difícil de se fazer, já que esse aspecto de narração transnacional persistente e recorrente é algo largamente ausente quando pensamos nas chacinas, ainda que muitas delas – como também as que estamos estudando aqui – tenham recebido algum grau de cobertura ou relevância que vai de circuitos locais de informação até entidades ou mídias jornalísticas sediadas no exterior. Apesar disso, é possível trabalhar, sim, com certas extrapolações dessa proposta conceitual, porque, primeiro, lida diretamente com teorização e análise de acontecimentos, e segundo, porque concebe essa forte interseção entre mídias e narratividade. Por isso mesmo, é interessante pensar em como certas práticas narrativas engajam com a memória dos acontecimentos, de outras chacinas, naquilo que figura e também no que desaparece. Se em um primeiro momento podemos nos questionar sobre em que medida essas premissas de iconicidade são presentes na publicização ou debate público das chacinas, também seria possível indagar sobre “para o quê” essa cobertura ou circulação extralocalidade aponta especificamente, com especial atenção para sua dispersão no espaço e no tempo, e a narrativização pela qual passa.

Dito isso, quando tratamos de chacinas, estamos falando de dimensões muito mais afins ao trabalho com ocorrências e sua vida acontecimental no contemporâneo, a uma emergência no presente, em nossa temporalidade, motivo pelo qual não resulta indevido ou mesmo incompatível nos indagarmos sobre características de classe, raça ou gênero, especialmente ao buscarmos complexificar o olhar a ser lançado sobre tais fenômenos. Assim, se demos ênfase até aqui a esses diferentes projetos teóricos, fazemo-lo a fim de ressaltar a força transdisciplinar de partir de uma abordagem centrada no eventivo, para então cotejá-lo com o outro conjunto de preocupações que também informa e move a presente pesquisa, tal como apontamos na seção a seguir.

3.4 ACONTECIMENTO VIOLENTO, MÍDIA E RACISMO

Diante dessa teia complexa de agentes e possíveis mecanismos de instauração de movimento e identidade para os acontecimentos, cabe lançar um olhar mais dedicado a como isso se processa em relação àqueles que impactam a experiência social justamente por conta da violência que os caracteriza, levando em consideração a ação das mídias. Por isso, buscamos

aqui elaborar de modo mais direto uma forma de lermos essa ideia de cobertura midiática dos acontecimentos – e sua conseqüente acontecimentalização – já a partir da noção de que é comum haver no espaço midiático, especialmente quando falamos de mídias corporativas, ecos de cumplicidade com a perpetuação do genocídio negro, sem falar de um reforço do racismo constituinte da sociedade brasileira, cuja manifestação nesse campo resulta indispensável para compreendermos certos expedientes de rotinização da violência na mídia, como o tratamento de vítimas e agressores/acusados, que leva a extremos que já há muito não causam qualquer tipo de choque ou constrangimento – basta lembrarmos do noticiário policial – quando se trata da exploração da imagem de pessoas racializadas em situações de criminalização ou mesmo de brutalização a partir de seus cadáveres.

De modo preliminar, para podermos voltar a tratar das chacinas, de sua publicização e de sua narrativização, é necessário pôr em evidência os meandros dessa relação entre acontecimento, mídia e violência. Especificamente a esse respeito, Carvalho (2020) argumenta que falar de violência em relação a acontecimentos, especialmente em sua ligação com as mídias, envolve ao menos três elementos: em primeiro lugar, como se parte de metáforas, no plano conceitual, que levam a falar de processos violentos como ruptura, eclosão, explosão e transbordamento num quadro de ação individual e coletiva, bem como de interrupção do tempo; em seguida, pontua uma possível agência sobre os acontecimentos, que pode ser pensada justamente no processo de narrativização, no qual são materializadas ou realizadas disputas de sentido e jogos de poder; e, por fim, o fato de as mídias também serem *promotoras de violências*, já que narrativas midiáticas podem ser responsáveis por apagar as vítimas ou amplificar preconceitos, ódio e mesmo outras violências físicas e simbólicas.

Claro, há aí conseqüências relevantes para uma análise da descrição pública da chacinas, já que é inegável a sua existência como ocorrência violenta concreta, que tem vítimas, algozes, testemunhas, que afeta as comunidades nas quais ocorre, que representa perdas para famílias e entes queridos, ao mesmo tempo em que ela toma a sua “vida social” por um prolongamento temporal que envolve as muitas etapas de acontecimentalização, desde a nomeação ou descrições iniciais até as tentativas de conduzir, estabilizar ou fechar os sentidos para o evento, algo que se torna um esforço material que dá forma a cada “acontecimento-chacina”. Especialmente no segundo processo, vem à tona o papel da configuração narrativa na constituição pública, pois é um dos locais nos quais se visibiliza e se realiza essa cadeia de ações coletivas para falar do que aconteceu, além de dar a ver quais foram as reações àquela violência inaugural dos homicídios em massa e às outras violências que são praticadas, algo que se processa no tratamento eventivo que lhe é dispensado.

Diante dessas possibilidades de leitura, o que mais nos interessa nesta seção é olhar para as mídias como promotoras ou reprodutoras de violência(s), tal como sugere Carvalho, direcionando a nossa visada para as tensões presentes naquilo que emerge em termos acidentais. Daí ser importante refletirmos sobre como tem ocorrido já há tempos em nosso contexto uma vinculação entre negritude, violência/risco e até mesmo criminalidade, algo que só toma mais força quando pensamos em práticas midiáticas que são já rotineiras. Ora, se o Brasil é um país extremamente racista, desde o Estado até a cultura, nada mais justo do que indagar sobre como se comporta a nossa mídia, algo que também está no cerne desta pesquisa. Portanto, vamos aqui tentar alinhar um entendimento sobre como podemos ver manifesta essa reprodução e manutenção do racismo quando se trata de olhar para aquilo que é identificado como violência.

Primeiramente, encontramos um diagnóstico muito contundente feito por Conceição (2002) a respeito dos espaços da imprensa no qual apareciam pessoas negras, o qual é parte da coletânea *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Sua pesquisa trata marcadamente de jornais impressos, acompanhando a transição do século XX para o XXI, dando conta de algumas tendências, como o fato de pessoas negras figurarem em editorias específicas como os cadernos de Cultura, nos quais estas eram mais valorizadas por suas contribuições, e de Polícia, em que aquelas apareciam como uma ameaça à sociedade e como inimigos sociais, de um modo geral. Interessa-nos sobretudo essa segunda tendência, a qual está ligada a um imaginário brasileiro que se transmuta em práticas de discriminação racial e difusão de estereótipos sobre o negro. Exatamente por conta disso, indica o autor, essa maior presença nessas editorias de Polícia herdaria a um só tempo crenças a respeito dos negros escravizados e do próprio racismo científico que também influenciou o início da medicina legal brasileira, de modo que, “de tanto ter sua imagem reproduzida nas páginas destinadas ao relato das violências criminais, como vítima ou algoz, o afro-brasileiro acaba confundido com a própria imagem do crime” (Conceição, 2002, p. 157).

Como rotina comum da cobertura da época, o autor aponta até uma certa justificativa técnica para essa exploração da imagem de negros nessas seções:

Vale, desde logo, acrescentar que não existe uma seção na mídia impressa na qual mais se adotem critérios raciais no relato de reportagens que as editorias destinadas aos fatos de violência cotidiana (Polícia, Segurança, etc.). Isso porque, sabem os profissionais responsáveis por abastecê-las, que a *marca racial* é um dado somatório necessário para o curso das investigações, ou para melhor informação do leitor – que irá identificar a vítima (ou acusado) da prática de violência. Nas demais editorias, a cor da pele do noticiado pouca

importância tem, a não ser para destacar valores positivos que a atribuição de cor ressalta (Conceição, 2002, p. 155).

Concomitantemente, um dos aspectos profissionais mencionados teria a ver com a pertinência jornalística de se mencionar ou não características como cor ou orientação sexual, a exemplo de como os textos não abordariam diretamente a identidade racial desses sujeitos que eram retratados nas seções policiais, enquanto esta ficaria evidente pela existência de fotografias daqueles. Pelo próprio período de que trata, vemos então que emerge uma violência racial – e contiguamente violências de gênero e contra pessoas de sexualidade não cis-heteronormativas – que não era nomeada como tal, pois, apesar de fazer parte de demandas do movimento negro há décadas, não se tratava de uma questão incorporada à cultura política ou midiática mais ampla daquele momento, como vemos acontecer hoje, ainda que permaneçam ressalvas a serem feitas.

Do ponto de vista de nossa experiência como pesquisador, podemos dizer que, mesmo antes da ocorrência da Chacina de Belém, em 2014, e posteriormente, esse proceder de mídias corporativas ainda era parte da visibilização e problematização pública da violência nas esferas midiáticas e político-institucionais. Isto é, quaisquer formas de tematização de homicídios e assassinatos sempre foram alocadas no âmbito da discussão de violência urbana, daquelas ideias de risco da cidade insegura, da mobilização do medo da violência difusa, como sintoma da disjunção social ou como ineficácia de certas gestões que estivessem no poder (Ferreira Junior, 2019, 2020; Ferreira Junior; Kabuenge, 2020). Evidentemente, essa não é uma generalização possível para todo o território brasileiro, mas se mostra como parte da realidade social que marca a publicização dos chacinamentos que acontecem no território paraense e amazônico. Voltaremos a alguns detalhes a respeito disso na análise propriamente dita, com o anúncio de que essa insistência em olhar para direções distintas da violência racial é uma das marcas de parte considerável dos relatos midiáticos com que iremos lidar.

A partir da própria Comunicação, autores que chegam a tratar desse entrecruzamento entre mortes e o modo como as mídias lidam com elas também enfrentam insistências similares àquela descrita acima. Poderíamos então pensar, juntamente com Leal e Carvalho (2017), sobre a inteligibilidade que é dada a certas mortes, a qual depende da invisibilização das causas que estão relacionadas às relações sociais e de poder que estabelecem visões de mundo e hierarquias, como gênero e raça. Os autores focam aqui sobretudo em como é possível fazer problema com os assassinatos de mulheres em casos de crime de proximidade, mas reconhecem o quanto é possível extrapolar uma reflexão dessa ordem para casos de homofobia e racismo. Assim, defendem que, processando-se em esferas midiáticas e nos relatos jornalísticos, essa

invisibilização opera uma *segunda morte* para as vítimas, pois parte de noções naturalizadas sobre suas mortes, recusa-se a explicitar as relações sociais que marcam um homicídio, produzindo sentidos específicos sobre o acontecimento, enquanto relegam outros para o pano de fundo, apontando inclusive para disputas sobre o que se passou travadas por diferentes atores sociais. Caberia aí mesmo um espaço para uma intervenção por meio do estudo de como esses acontecimentos são narrados como forma de trazer à tona aquelas dimensões que (se) mantêm invisíveis, especialmente quando são indissociáveis dos condicionamentos concretos que fazem dessas mortes uma realidade, em primeiro lugar.

Resulta disso a seguinte dinâmica na lógica das mídias:

Há uma escolha acerca da abordagem desses acontecimentos que, ao visibilizar alguns de seus aspectos deixa os outros presentes como lacunas, como pressuposto, como “resto” ou “indício” a explorar. Há na conformação dessa notícia um modo de saber os acontecimentos que simplesmente privilegia a forma da morte, deixando de lado as tensões que perpassam a própria condição de emergência desse acontecimento. Assim, se instaura um jogo complexo entre o que se sabe ou se crê sobre esse acontecimento, entre o que se deseja em relação a ele e o que se intenciona fazer com ele. Dessa articulação, emerge a configuração narrativa desse acontecimento, que, por sua vez, conectada a esses processos de inteligibilidade, é composta por visibilidade e invisibilidades, ou seja, por figuras em relevo e por fluxos de crença, saberes e intenções culturalmente marcadas, que quebram as molduras do quadro que produz o que se vê (Leal; Carvalho, 2017, p. 297).

Reiterando, o nosso olhar se volta também para esse movimento de desnaturalização do que é apresentado de forma típica e, algum grau, roteirizada, para desentranhar as dimensões daquilo que Carvalho (2013) identifica como “vinculações sociais” das narrativas quando apanham os acontecimentos. Essa noção sugere um tipo de gesto compromissado com restituir aquelas narrativas produzidas pelas mídias às ambiências sociais de que são parte, o que resulta de formas de cotejamento que considerem os saberes articulados por intermédio de experiências coletivas e individuais, por práticas de produção de memória, tentando compreender como diferentes textos compõem estratégias midiáticas diversas. Por sua vez, estas formas de gestação e circulação das narrativas, no ato mesmo de lançar luz sobre os acontecimentos – dando a ver e escondendo –, demonstram como “é possível interpretar muito do que socialmente faz problema, dinâmicas de interações socioculturais, disputas de sentido em torno dos acontecimentos” (Carvalho, 2013, p. 64), indicando “o quanto o mundo social é a condição para melhor compreensão da arte de narrar” (Carvalho, 2013, p. 65).

Foi em consonância com o espírito desse tipo de abordagem que nos dedicamos no capítulo anterior a explorar processos históricos e sociais concretos que nos habilitassem

posteriormente a compreender as nuances de como a acontecimentalização é operada pelos relatos midiáticos, concebendo essas dinâmicas de atravessamento especificamente em torno da racialização e da violência racial. Então, se nos preocupa a relação entre mídia, racismo e massacre, algo que tentamos operacionalizar a partir do foco no acontecimento violento, trata-se de o fazer para reintegrar o acontecimento-chacina a um quadro mais amplo de interpretação, de fato nos negando a compreender os assassinatos cometidos e as mortes apresentadas pela mídia como algo inconsequente, como simples efeito colateral de uma política de segurança, a qual é, sim, perversa e está orientada para a desumanização e extermínio desses cidadãos no próprio território em que deveriam ser protegidos.

Por isso mesmo, ainda nos interessa visitar esses pontos de interseção entre lógicas midiáticas e fomento/perpetuação do racismo. Daí fazemos aqui recurso às reflexões de Corrêa e Bernardes (2019) sobre a visibilização de pessoas negras em nossas mídias, a respeito da qual afirmam tratar-se de uma dinâmica de (des)aparição, em que ora sujeitos negros desaparecem por conta da ostensiva associação da negritude a características negativas, fazendo com que sejam percebidos como inadequados para ocuparem certos espaços; ora, figuram no espaço midiático apenas como ícones de uma pretensa tolerância de pessoas brancas ou mesmo como indicador de sua benevolência. Por isso chamam a atenção para um dado flagrante nesse contexto, que é o fato de, até o Censo de 2010¹⁸, as pessoas negras constituírem 54,6% da população brasileira, mas com uma esparsa ocupação de posições de destaque ou poder, ou ainda presença significativa no ambiente midiático. Segundo apontam, há na verdade uma sobre-representação de pessoas brancas nesses lugares, muitas vezes justificada por critérios subjetivos que buscam se distanciar de uma caracterização racista, a exemplo de quando “os responsáveis pela escolha dessas pessoas [...], especialmente para a televisão, costumam argumentar que os critérios para a contratação não passam pela questão racial, e sim pela competência, experiência, beleza física, carisma, popularidade” (Corrêa; Bernardes, 2019, p. 210). O que haveria aí seria apenas reprodução de estereótipos que tanto opera para atribuir características negativas às pessoas negras, quanto para atribuir características positivas a pessoas brancas.

Daí, mais uma vez, não nos espantar o lugar relegado ao negro nos muitos recortes midiáticos que podem ser feitos. Prevalece então a lógica de sub-representação, a qual coexiste

¹⁸ Atualmente, após a realização do novo Censo, os dados do IBGE sobre o perfil étnico-racial dão conta de que pretos e pardos constituem 55,5% da população (com 10,2% e 45,3%, respectivamente). Ainda de acordo com o IBGE, a região Norte seria aquela com a maior concentração de população parda, com 67,2%, com o estado do Pará tendo o maior índice de população parda, com 69,9% (Brasil, 2023a, on-line).

tranquilamente com a sua presença constante naqueles espaços que foram naturalizados como os “lugares de negro” dentro da cobertura midiática. Assim, é necessário voltarmos aqui à questão da violência, na medida em que é um domínio exemplar para evidenciar esse *modus operandi* da mídia, sendo onde repousa o nosso interesse analítico. Com isso, passamos brevemente a como ocorrências de chacina escancaram como essa violência é apanhada pelas mídias, sem descurar de como se processam a racialização e sua visibilização em meio aos jogos midiáticos.

Mencionamos então a análise de Quirino e Moura (2019) referente ao material jornalístico relativo à Chacina de Costa Barros, quando 5 jovens negros foram alvo de 111 disparos desferidos pela polícia, enquanto passavam de carro pelo bairro de Costa Barros, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Segundo pontuam, uma das características da cobertura realizada na ocasião era sobretudo sua fragmentação, com a demarcação da chacina como evento episódico, sem ancorá-la no cenário mais amplo, que abarcaria questões como o racismo, a maior vulnerabilidade a que estão expostos jovens negros, os dados oriundos de relatórios sobre a violência contra pessoas negras em nosso país, além de, em momentos posteriores, furtar-se a mencionar ação no âmbito legislativo, como as CPIs sobre Assassinatos de Jovens, ou de outros organismos engajados em denunciar o genocídio.

Em expedientes como esse, de acordo com as autoras, essa cobertura isolada vem acompanhada de uma ausência de fontes relacionadas às vítimas, enquanto há ênfase naquelas fontes oficiais, que são representantes dos órgãos de segurança pública. Isso fomentaria uma maior descontextualização, cindindo a ocorrência de um entorno no qual ocorre a ação de diversos atores sociais que reivindicam o enfrentamento dessa violência, como associações de mães das vítimas ou movimentos sociais que lidam com a temática do genocídio negro, bem como do mundo social que a informa, fugindo de outras possíveis formas de compreender as chacinas, por exemplo, por meio de uma tematização intencional da perda e do luto das vítimas, e ainda pela preocupação em humanizar os jovens negros assassinados, cuja evidência para além de nomes e números é largamente ausente.

Em outro momento, é mesmo Quirino (2017) quem aponta o quanto um debate sobre racismo na mídia, especialmente em interface com o campo da violência, é altamente marcado por uma dinâmica de invisibilidade, até mesmo em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, ou em relação à própria ideia de que as pessoas não brancas (negros e indígenas) são tão parte da sociedade brasileira quanto as brancas. Isso se manifestaria ainda em situações nas quais casos violentos vêm à tona, mas sem o devido destaque de sua motivação ou atravessamento racial, de modo que “as opressões oriundas de raça, gênero e classe não são

relacionadas quando o jovem negro é assassinado” (Quirino, 2017, p. 66). Por outro lado, ecoaria uma tendência nos estudos sobre jornalismo, racismo e violência de reconhecer o papel das mídias na reprodução das relações raciais, pois elas também tomam parte nesse processo de exclusão, invisibilização e silenciamento, que, como declara Quirino, se manifesta quando há um vácuo na narração da vida das vítimas, de exposição de elementos como sua história e aspirações, fazendo com que o corpo morto de um jovem negro seja encarado apenas como “mais um corpo de um homem, negro, jovem e pobre que foi assassinado e [...] por trás dessa morte há toda uma negação de acesso a políticas públicas, de inferiorização e de desumanização do corpo negro” (Quirino, 2017, p. 68).

Trazendo outra chacina à cena, a análise de Guerra (2023) debruça-se sobre a Chacina de Jacarezinho, que ocorreu na comunidade de mesmo nome no Rio de Janeiro, em 6 de maio de 2021, tendo um saldo de 28 mortos – 27 civis e um policial. O massacre ocorreu durante a realização de uma operação policial sob o pretexto de combate ao tráfico de drogas naquela favela, num período no qual as operações em favelas no Rio haviam sido proibidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por conta da pandemia de COVID-19. As vítimas – e não há surpresa aí – são jovens negros. As versões oficiais sustentam que se tratava de um confronto, mesmo que não houvesse testemunhas, algo que foi bastante enfatizado na cobertura midiática a respeito da ocorrência. Sobre essa cobertura, Guerra (2023) aponta como os homicídios foram encarados naquele momento como uma espécie de “vitória para o Estado e para a sociedade”, já que os “suspeitos” mortos não seriam sequer encarados como um dano colateral, mas como um resultado almejado em ações como aquela. Daí a passagem para aquela ideia também presente no ambiente midiático – algo que já discutimos anteriormente – de que os territórios periféricos são de modo incontestável aqueles marcados exclusivamente por crime e violência, precisamente como forma de justificar o injustificável dessas incursões belicosas e genocidas até esses espaços urbanos.

Por fim, para encerrarmos esta seção, um ponto relevante está em pensar as formas como uma chacina encontra outros acontecimentos, e aquilo que a sociedade diz dela. Simões (2016) realiza uma justaposição entre dois acontecimentos que ocorreram em um intervalo bastante curto entre si. O primeiro é a Chacina de Osasco e Barueri, em 13 de agosto de 2015, e as manifestações na Avenida Paulista contra o governo do PT, em 16 de agosto de 2015. A autora sinaliza que acontecimentos como esses podem de fato se entrecruzar a partir do trabalho das mídias, ao passo que iluminam lógicas de segregação relacionadas ao espaço público e à busca por segurança. Uma das formas de encarar essa segregação estaria no contraste entre esses dois eventos e no fato de que aqueles engajados no protesto sequer parecem levar a chacina em conta

– ainda que uma de suas demandas seja a segurança e a proteção, a qual seria garantida por aqueles mesmos agentes que, em outras partes da cidade, são os responsáveis pela brutalização e pelo extermínio.

A chacina não sensibilizou a sociedade a ponto de indignar amplamente as pessoas e impulsionar grandes protestos contra a violência na periferia ou a violência dos policiais. Inscrevendo-se nesse campo problemático da violência, esse acontecimento revela o *estado de terror* que reina nas periferias de São Paulo e outras capitais do país (Simões, 2016, p. 81-82, grifo da autora).

Ainda que a autora não aborde diretamente o papel da racialização na configuração daquela chacina, fica evidente o quanto essa segregação identificada diz, sim, respeito a uma segregação racial e distribuição diferencial da segurança e da violência. Se lembrarmos das diversas manifestações de direita e extrema-direita que ocorrem não só na avenida Paulista, mas em todo o Brasil, instantaneamente percebemos que se trata de um corpo de manifestantes brancos, para os quais, podemos dizer, o racismo não se apresenta como problema de importância política; por outro lado, todo o histórico de violência do Estado contra as populações periféricas é altamente marcado pelo racismo e por sua desumanização desses grupos. Assim, gestos de indiferença, a manutenção da ignorância e a cisão de distintos mundos sociais presentes em um só são elementos a que é necessário questionar, a fim de compreender o trabalho não só político, mas narrativo em torno das chacinas. Os casos acima são exemplares em relação a isso, com uma realidade que ficará mais evidente ao passarmos ao exame detalhado em torno da acontecimentalização da chacina de Belém.

Se de fato quiséssemos nos deter sobre o amplo rol de ocorrências de chacinas levadas a cabo pelo Estado e seus agentes, para compreender essa articulação entre mídia, violência e racismo, poderíamos percorrer o tema por páginas a fio. No entanto, por agora, cabe ressaltar que o papel de instituições culturais, como as mídias, na justificação e manutenção quer do racismo quer da violência racializada é algo que não pode ser menosprezado, pois é uma das marcas de como lidamos pública e politicamente com instâncias do genocídio negro em pleno andamento em nosso país. Então, se insistimos em olhar para esse acontecimento violento como tal, é para perceber sua constituição para além da aparência, com atenção para esse alinhavo sócio-histórico que sempre vai marcar a violência e as formas como a encaramos socialmente. Olhar para as chacinas como acontecimento, antes mesmo de apenas uma incursão teórico-científica, é repensá-las no revés de um movimento de naturalização ou indiferença com as vidas que são perdidas, aquelas que são afetadas e o tipo de sociedade que permanece, a qual se busca distanciar da barbárie e disfarçar a sua constante repetição.

4 PERCURSO ACONTECIMENTAL COMO PISTA METODOLÓGICA DIANTE DO ACONTECIMENTO VIOLENTO

O recurso feito nos dois capítulos anteriores tem a ver com compreender como ocorreram as execuções, quem foram seus perpetradores, suas vítimas, e todo o quadro do genocídio que informa o olhar que aqui lançamos, bem como com alinhar os tipos de operação na cena pública que em última instância buscam explicar e interpretar as chacinas no campo social e mesmo político, operações as quais têm origens institucionais diversas, intencionalidades distintas, sendo capazes de apontar para a multiplicidade de agentes e contextos que informam e dão forma àquilo que vem a ser chamado de chacina, na medida em que esta é também resultado de muitas ações de dizer o que aconteceu.

Ao modular o olhar sob um ponto de vista comunicacional, recorreremos acima aos estudos do acontecimento, que nos ajudam a lidar com esse trabalho coletivo de determinação do que se passou, com tentativas de conferência de identidade e sua estabilização, com a redução da contingência de interpretações, tudo podendo ser sintetizado como as partes moventes daquilo que *faz* acontecimento. Por isso mesmo, cabe fazer eco à importância de realizar uma incursão que permita encarar o acontecimento como ocorrência desencadeadora de sentidos, tal como indica França (2012, p. 46), ao expressar que:

[...] a ocorrência de um acontecimento (um Acontecimento) representa um momento relevante no desenrolar da vida de uma sociedade, e potencialmente rico para nossas análises. Ele descortina níveis velados da vida social, aponta possibilidades, suscita, mobiliza, provoca reações e mudanças [...] Acontecimentos revelam o tecido vivo da vida social. Eles não apenas fazem falar; eles colocam questões, relevam aspectos e abrem possibilidades.

Desse modo, tal como vimos explorando até aqui, lidamos com uma noção de acontecimento que não pode ser subsumida à noção de acontecimento jornalístico, por exemplo, mas que aponta para um rol de diferentes ações em torno de uma ocorrência sobre a qual se fala, em relação à qual se reage, com essas mesmas ações impactando e transformando aquele ente apreendido como acontecimento, algo que tem a ver com a organização da experiência na própria sociedade em meio à qual ele emerge. Tal postura conduz nosso olhar então para o modo como distintas abordagens de acontecimento se complementam na literatura que trazemos para esse esforço investigativo, buscando dar conta dessa dimensão multifacetada em torno do fenômeno.

Há aí consequências relevantes para uma análise da acontecimentalização das chacinas, já que é inegável a sua existência como ocorrência violenta concreta, que tem vítimas, algozes,

testemunhas, que afeta as comunidades nas quais ocorre, que representa perdas para famílias e entes queridos, ao mesmo tempo em que ela toma a sua “vida social” por um prolongamento temporal que depende do trabalho discursivo ou linguageiro, que envolve as muitas etapas de acontecimentalização, desde a nomeação ou descrições iniciais até as tentativas de conduzir, estabilizar ou fechar os sentidos para o evento, algo que se torna um esforço material que dá forma a cada “acontecimento-chacina”. Por isso, é importante não perdermos de vista essa cadeia de ações coletivas para descrever o que aconteceu, além de dar a ver quais foram as reações àquela violência inaugural dos homicídios em massa e às outras violências que são praticadas, algo que se processa no tratamento que é dispensado em sua formação.

4.1 PERCURSO ACONTECIMENTAL, RELATOS MIDIÁTICOS E SUA INSCRIÇÃO EM FLUXOS

Em face da necessidade de explanarmos o que seriam os aspectos metodológicos aqui acionados, enfatizamos como ponto de partida uma metodologia nativa aos estudos de acontecimento, que é a de *percurso acontecimental* ou *percurso eventivo* (Babo-Lança, 2006; Barthélémy; Quéré, 1991), indissociável daqueles aspectos do acontecimento apresentados anteriormente. A propósito desse acionamento, cremos que se justifica pela noção de “pertinência” de que falam Carvalho e Lage (2012), pesquisadores que defendem a necessidade de os estudos da Comunicação procurarem realizar “gestos metodológicos” que sejam capazes de superar uma certa incompatibilidade entre teorias, métodos e empiria, algo que afirmam tratar-se de prática recorrente na construção dos objetos de pesquisa dentro da área. A opção por esse gesto então levaria a uma visada na qual esses elementos estejam organizados de modo equilibrado e a reboque uns dos outros. Por conta disso, abaixo iremos detalhar o gesto metodológico que nos guia em relação às perspectivas teórico-conceituais que o animam, para em seguida apresentar elementos do corpus e as questões que deles derivamos.

A noção de percurso acontecimental é originalmente proposta por Barthélémy e Quéré (1991), em pesquisa na qual analisam aquele que ficou conhecido como o “caso Carpentras”, quando, em 1990, houve a vandalização de túmulos em um cemitério judeu da comunidade Carpentras, e a atenção pública se voltou para ele, pois a ocorrência passou a ser descrita e problematizada como ato antissemita, com consequentes mobilizações políticas e coletivas em seu entorno, fazendo com que o caso se tornasse um acontecimento. Formulado para analisar essa situação, o percurso acontecimental teria como base a atenção às fases pelas quais o acontecimento passa por meio da determinação mútua entre ocorrência e suas descrições ao

longo de sua emergência e transcurso públicos. De acordo com a própria perspectiva dos autores:

[...] o que acontece está inscrito em um ambiente social; está afiliado a um curso de ação, a uma intriga ou a uma textura causal. Consequentemente, um acontecimento não é nem um instantâneo nem uma ocorrência isolada submetida à observação; como parte de uma intriga, ele está afiliado a uma história em andamento; desperta julgamentos e desencadeia ações. É por isso que podemos falar de um *percurso acontecimental*. O que significa duas coisas. Primeiro, que a constituição social da factualidade do acontecimento (ou a estabilização de sua identidade e sentido) tem uma duração ou um processo de desenvolvimento. Depois, que o acontecimento emerge como componente de um curso de ação ou como elemento de uma intriga: é com base no que aconteceu antes e no que se segue – essencialmente ações e acontecimentos anteriores e posteriores – e de acordo com a ação e os personagens configurados pela intriga, que o que aconteceu em um dado momento adquire a sua determinação (Barthélémy; Quéré, 1991, p. 23–24, tradução nossa)¹⁹.

Essa prescrição, por um lado, estabelece a formulação do acontecimento como uma entidade temporal, atrelada a uma duração e a um senso de progressão e desenrolar – que pode ser gradual ou não, o que justifica a atenção para suas fases, na medida em que a própria ação social não se dissocia de uma temporalidade também social. Por outro, a inteligibilidade diante dessa característica pode ser pensada em termos de uma narrativa posta em andamento, razão por que falam de intriga para uma história que se desenrola, na qual ações, personagens e os seus próprios tempos podem ser enredados de modo a integrar essas descrições.

Desde já cabe ressaltar como a adoção do percurso acontecimental permitiria falar dessa trajetória tanto em termos de experiência coletiva vivida quanto de um objeto de análise social. De acordo com essa associação, tem-se um tipo de análise com base na “reconstituição’ de um fato social pelo pesquisador sobre os aspectos de um objeto sociológico identificável por meio da dispersão de enunciados e a descontinuidade de um material textual” (Barthélémy; Quéré, 1991, p. 24, tradução nossa)²⁰.

¹⁹ “[...] ce qui arrive est inscrit dans un environnement social ; il est affilié à un cours d'action, à une intrigue ou à une texture causale. De ce fait un événement n'est ni un instantané ni une occurrence isolée soumis à l'observation ; en tant qu'élément d'une intrigue, il est affilié à une histoire en cours ; il y suscite des jugements et déclenche des actions. C'est pourquoi on peut parler d'un *parcours événementiel*. Ce qui veut dire deux choses. D'abord que la constitution sociale de la factualité de l'événement (ou la stabilisation de son identité et de sa signification) a une durée ou qu'elle est un processus qui se développe. Ensuite que l'événement émerge comme composante d'un cours d'action ou comme élément d'une intrigue : c'est en fonction de ce qui a eu lieu avant et de ce qui va suivre - essentiellement des actions et des événements antérieurs et ultérieurs -, et aussi en fonction de l'action et des personnages configurés par l'intrigue, que ce qui s'est passé à un moment donné acquiert sa détermination”.

²⁰ “[Il s'agit alors de la] "reconstitution" d'un fait social par le chercheur sous l'aspect d'un objet sociologique identifiable à travers une dispersion d'énoncés et la discontinuité d'un matériau textuel”.

Vemos a retomada desse conceito na obra *A configuração dos acontecimentos públicos: o “Caso República” e as manifestações nos Açores em 1975*, de Isabel Babo-Lança (2006), que o identifica como percurso eventivo. Ela expressa que, ao adotá-lo, é possível abordar um conjunto de ações coletivas interconectadas e seus resultados. Isso, por defender que acontecimentos podem ser pensados como uma série interligada de ocorrências, característica que a leva a reafirmar a importância de os acontecimentos serem conceptualizados como fenômenos de duração e de sentido.

Nessa esteira, a autora defende um trabalho analítico capaz de lidar com as operações de descrição, explicação, categorização e narração dos acontecimentos públicos, processos todos que se dão ao longo do percurso eventivo. Este acaba por ser composto pelo contexto do acontecimento, a situação inaugurada, suas consequências, a elaboração pública e as ações desencadeadas como resposta. Desse modo, assinala como aquelas operações acima dependem de sua realização discursiva por meio das próprias mídias. Em síntese, ressalta que:

[...] A noção de percurso eventivo detém um carácter descritivo e um carácter operativo. Enquanto “categoria descritiva”, corresponde a uma acção coletiva que se temporaliza; enquanto “categoria analítica” permite reconstituir um acontecimento social em termos de composição de ocorrências mais ou menos dispersas. [...] A noção apresenta por isso: duas vantagens: (1) graças ao seu carácter operativo, permite restituir o encadeamento de um curso de acontecimentos dispersos; (2) como “categoria descritiva” supõe uma duração e um desenvolvimento na configuração do acontecimento público (Babo-Lança, 2006, p. 28).

O percurso acontecimental, portanto, resulta como um dos principais elementos a fundamentar nossa visada e como esse caminho teórico-metodológico preocupado com as transformações por que passa o acontecimento, que, a um só tempo, apontam para o lugar de suas reverberações e seu potencial de intervenção em torno daquilo que toma identidade ao ser objeto de saber pela sociedade. Ao mesmo tempo, essa noção de percurso nos permite articular ao longo da análise as dimensões de dispersão e singularidade, ambas indissociáveis de formações acontecimentais.

A princípio, essa singularidade seria tributária tanto do carácter de imprevisibilidade e irrepetibilidade, quanto da sedimentação de uma identidade para certo acontecimento, manifestando-se ainda na nomeação e na sua inserção numa cadeia causal, apontando para seu início, meio e fim. Por outro lado, no caso da chacina, ela não pode ser presumida sem muitas tensões, porque o tipo de acontecimento violento com o qual lidamos é marcado, na verdade, por um forte potencial de repetição, que inclusive se torna condição para o estudo da sua emergência e consequências, bem como da identidade que adquire ao longo das décadas. Em

outras palavras, o percurso acontecimental nos permite, sim, lidar com um acontecimento de cada vez, mas não podemos tratar desses massacres como entidades únicas, irrepetíveis, sob o risco de comprometer o tipo de reflexão que buscamos aqui, a qual pressupõe uma violência racializada num *continuum* de práticas racistas e genocidas que representam sempre a iminência de um retorno.

Paralelamente, ao falarmos de relato midiático, estamos tentando identificar uma modalidade de artefato social que é resultado da ação das mídias e participa das operações em torno do acontecimento, o qual seria capaz de abarcar materialidades diversas e, por exemplo, pode ou não estar restrito a um campo social ou profissional específico – como o político ou jornalístico. Como explicaremos mais à frente, a materialidade com a qual lidamos diz respeito sobretudo a textos publicados e disponibilizados na internet, levando à necessidade de uma categoria sob a qual agruparmos o tipo de objeto que nos permite levar a cabo a análise. Além disso, pensar esses textos enquanto relato nos ajuda diante de um grau de dispersão maior do que se, por exemplo, estivéssemos trabalhando com a cobertura de uma mídia jornalística apenas ou com um histórico de declarações de uma instituição só, de fato nos preparando para contornar a alta descontinuidade presente neles. Assim, quando falamos de uma incursão a textos disponibilizados na internet, como detalharemos a seguir, não há a princípio um único projeto narrativo que possa ser destacado, se não o curso de feitura de um acontecimento que aponta simultaneamente para muitos lugares, sentidos e intencionalidades.

Por isso, a inspiração que nos leva a falar em relatos midiáticos está em como Becker (2009) identifica “relatos sobre a sociedade” como conjuntos de produtos organizacionais, que apresentam, contam sobre a realidade social, oferecem visadas parciais, mas que sempre se justificam em decorrência do propósito para o qual são orientadas, uma vez que são produzidas em campos que vão desde as ciências até as artes e a vida cotidiana – daí ele citar romances, filmes, fotografias, histórias, estatísticas, relatos etnográficos –, cujos relatos sempre desempenham algum tipo de trabalho representacional e dizem sobre determinados aspectos da vida social. A articulação que fazemos aqui serve para dar um nome àquilo em que o acontecimento é animado e posto em circulação.

Além disso, ajuda-nos a entender as tarefas que desempenham esses relatos, uma vez que vamos tratar de um conjunto bastante amplo e descontínuo dessa materialidade, que pode ser agrupada em decorrência de como seu papel, sua “função”, está vinculada a uma forma midiática e a saberes que passam a integrar-se ao mundo social pela sua publicização. Por essa razão, pensamos como temos aí um relato midiático, que se constitui como o substrato a partir

do qual, em conjunto, é possível depreender a acontecimentalização, que resulta da interação e da justaposição desses relatos ao longo da duração do acontecimento.

Nesse caso, para tratar dos relatos midiáticos da chacina de Belém, pensamos também naquelas ideias de forma e fluxo sugeridas em Wagner-Pacifici (2017). Com ela, consideramos a forma expressa dos objetos ou atos diversos – cartas, apertos de mão, manifestos, mapas, artigos de jornais, fotografias –, que são a um só tempo os materiais concretos e os portadores formais das cadeias de ação e codificação identificadas como acontecimentos. Exatamente por isso é possível falar de estabilização ou inscrição acontecimental em formas, as quais têm capacidades de significação e modos de operação particulares, que por sua vez vão caracterizar o próprio acontecimento. Encaramos então os relatos midiáticos como as formas privilegiadas onde se materializa o acontecimento-chacina, segundo os recortes e os limites da abordagem aqui realizada. Por sua vez, os fluxos nos levam a pensar na mobilidade dos acontecimentos, inevitavelmente ligada às mudanças pelas quais eles passam, aos pontos de virada, à maneira como oscilam e como são dinâmicos. Segundo a perspectiva de Wagner-Pacifici, ao tratarmos dos fluxos, precisamos focar em como o acontecimento afeta a sociedade de maneira repentina, em como é capaz de reconfigurar espaço-temporalidades, e em como eles se espalham, crescem, transformam-se ou decantam/estagnam.

4.2 DEFINIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Como mencionado anteriormente, sempre que uma chacina ocorre, há uma multiplicidade de declarações, matérias jornalísticas, notas, documentos etc. que concorrem publicamente para definição do que aconteceu, tal como sugerido pelas ideias de descontinuidade e dispersão já apresentadas. Por isso, neste trabalho fazemos a opção de olhar para textos sobre a chacina de Belém de 2014, publicados e disponibilizados na internet, em uma ampla variedade de websites e portais, não apenas jornalísticos, mas de origens e filiações diversas.

Esse recurso a materiais on-line se dá por algumas razões, dentre as quais estão a inexistência e a falta de preocupação com a criação de acervo das mídias jornalísticas locais, quer impressas, quer televisivas, pois seriam os primeiros lugares a partir dos quais se poderia identificar a emergência inicial das chacinas na cena pública por meio da cobertura midiática. Ao verificarmos que esse material não está disponível, passamos a fazer buscas na internet e constatamos haver uma diversidade de textos on-line sobre diversas chacinas no Pará, especialmente a que nos interessa analisar aqui. Também pudemos ver a pluralidade de agentes

sociais e políticos que se engajaram publicamente na tematização das chacinas, de modo que podemos até mesmo elaborar uma tipologia dos portais, que em alguma medida coincide com a pertença institucional desses agentes (Quadro 3).

Desse modo, coletamos os textos referentes ao período de um ano após a ocorrência da chacina. Portanto, o intervalo temporal a ser considerado para a chacina de Belém foi de 2 de novembro de 2014 a 7 de novembro de 2015, período que compreende um total de 53 semanas, que começam um pouco antes do episódio inaugural da chacina, e vão até um pouco depois do que seria o “aniversário” de um ano da ocorrência. As buscas on-line foram feitas no próprio motor de buscas da Google Inc./LLC, por meio do uso de filtros de data que permitissem pesquisar semanalmente páginas que fizessem referência ao ocorrido. Para tanto, foi utilizada como palavra-chave o termo de busca *chacina de Belém*, além desta acompanhada por datas específicas – *chacina de Belém dd/mm/aa* – como forma de garantir que estaríamos coletando o máximo de resultados possível. A partir desse levantamento, pudemos coletar 70 textos relativos à chacina de Belém. Abaixo apresentamos os locais nos quais encontramos esse material e a descrição de sua categorização.

Quadro 3 - Tipos de mídias/portais que produziram conteúdos sobre a chacina de Belém

Tipo	Descrição
Alternativo local	Blogs que comentam assuntos sobre Pará, Brasil e mundo, e são produzidos a partir de Belém
Alternativo regional	Blogs ou portais de jornalismo alternativo que comentam temas em geral ou questões políticas e podem ser relativos às regiões Nordeste, Sudeste ou demais estados do Norte
Corporativo local	Portais jornalísticos do Pará, sediados em Belém – p. ex. <i>GI Pará</i> e <i>Diário Online</i>
Corporativo sudestino	Portais jornalísticos da região Sudeste pertencentes a empresas ou organizações de comunicação – p. ex. <i>Portal R7</i> , <i>UOL</i>
Institucional	Instituições da sociedade civil, de caráter geral ou específico
Internacional	Portais jornalísticos ou de outro tipo, com cobertura realizada por correspondentes internacionais e textos publicados em inglês
Movimento social	Organizações não governamentais ou coletivos políticos
Partidária	Websites de partidos políticos – geralmente tendem a ser partidos de esquerda
Público local	Websites de organizações públicas ou governamentais vinculadas a governos municipais ou estaduais no Pará
Público nacional	Websites de organizações públicas ou governamentais vinculadas ao governo federal
Universitário	Websites de instituições de ensino superior

Fonte: elaboração própria.

Como podemos ver, trata-se de um rol bastante heterogêneo de mídias on-line, das quais nem todas são informativas, mas com igual relevância para nossa visada, já que nos interessa pensar em como esses relatos midiáticos participam da feitura deste acontecimento-chacina. Por meio dessa seleção, foi possível vislumbrar como cada relato tornou-se parte da descrição da chacina por meio de sua implicação em seus desdobramentos. Em alguma medida, os relatos não só informaram sobre a chacina, mas eles mesmos se integraram ao acontecimento e permitiram que pudéssemos acompanhar um conjunto de tendências ao longo desse um ano de cobertura, efetivamente contribuindo para conferir-lhes identidade e inteligibilidade.

Dentre as ressalvas a se fazer, está o fato de estarmos olhando para uma fatia bastante específica das operações sociais de feitura ou formação acontecimental. Em outras palavras, os relatos midiáticos disponíveis na internet não são capazes de subsumir a totalidade de cada um desses casos e de outras formas por meio das quais o acontecimento se inscreve na experiência coletiva. Isso, porque há outros tipos de relato e de ações públicas que ficam de fora ao fazermos esse recorte acima, como as próprias mídias impressas, sonoras e televisivas que realizaram cobertura sobre essa chacina.

Por outro lado, reconhecemos que focar nesse material on-line também tem a vantagem de permitir visualizar os múltiplos agentes sociais e políticos que atuam sobre e integram o percurso acontecimental, em um processo “menos controlado” do que aquele que ocorreria exclusivamente na seleção por mídias jornalísticas. Isto é, segundo as presentes opções, não se dependeria apenas do projeto narrativo de uma mídia jornalística a orientar o tom e as escolhas de cobertura por sua linha editorial e suas relações com a vida política local, processo que impacta a extensão dos agentes convocados para participar da constituição do acontecimento e o enquadramento daquilo que colocam como questões ao longo da trajetória do evento violento.

Olhando para a tendência que se desenha a partir da coleta dos textos sobre a Chacina de Belém²¹, vemos que há uma concentração de publicização de textos na primeira semana, com 34 textos de portais diversos, e na segunda semana, com 14 textos; nesse primeiro momento, segundo aquelas categorias acima, há mídias das seguintes naturezas: Alternativa local; Alternativa nacional; Alternativa regional; Corporativa Local; Corporativa sudestina; Institucional; Internacional; Movimento social; Partidária; e Pública nacional. Ao longo do período selecionado, vemos que ocorre uma espécie de rarefação na produção dos relatos, com semanas nas quais não foi possível encontrar qualquer resultado direto ou mesmo menção sobre

²¹ A tabulação completa dos textos, de acordo com cada categoria à qual pertencem, com os detalhes sobre sua produção e publicação, encontra-se no Apêndice A.

a chacina (Apêndice A). Esse fato não chega a causar tanta surpresa porque, sobretudo se lembrarmos da lógica de formação acontecimental, podemos compreender que o momento mais crucial para um certo acontecimento se processa a partir do seu surgimento, da sua irrupção pública, a reboque da qual as ações e os relatos então tomam corpo.

A partir de uma leitura preliminar dos relatos, concomitante à etapa da coleta do material, pudemos classificar os relatos segundo a disposição abaixo. Desde já, vemos a prevalência de mídias jornalísticas corporativas na publicização mais imediata daqueles desenvolvimentos factuais, que lida com as fontes oficiais – nesse caso, o governo do Estado do Pará e representantes da segurança pública – de formas distintas, a exemplo de como nas mídias locais não há qualquer tipo de contestação substancial de declarações, ao passo que mídias internacionais têm um teor crítico mais acentuado em relação a políticas e posturas institucionais nesse domínio. Por outro lado, vemos que perspectivas de problematização vão estar mais fortemente presentes em outros tipos de relato midiático, aqueles que têm origens no jornalismo alternativo, com alta incidência de blogs, e diversas instituições da sociedade civil, que vêm à público marcadamente para questionar as respostas dadas ao massacre, a repetição, a impunidade, entre outros aspectos.

Quadro 4 - Tipos de relato midiático presentes na cobertura da chacina

Tipo de relato midiático	Caracterização das descrições	Mídias
Relatos do chacinamento	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de relatos sobre a ocorrência imediata da chacina e desdobramentos públicos, políticos ou jurídicos; • Prevalência de material jornalístico; • Ênfase em perspectivas oficiais e institucionais. 	Corporativo local Corporativo sudestino Internacional Público local
Relatos de tensionamento e redescrição	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de relatos de (re)contextualização e crítica sobre a chacina; • Prevalência de peças de opinião e de material institucional diverso; • Ênfase em posturas de problematização pública do fenômeno das chacinas; • Caracterização de violência racial de modo explícito. 	Alternativo local Alternativo regional Institucional Internacional Movimento social Partidária Público nacional Universitário

Fonte: elaboração própria.

A partir de uma leitura mais detida sobre como o acontecimento vem à cena nesses relatos, precisamente segundo a compreensão dos fluxos, podemos delinear o percurso acontecimental conforme expresso no quadro abaixo, em que vamos ter justamente esses muitos

câmbios de estado em torno da acontecimentalização, em que vemos uma articulação de diferentes ações segundo certos “episódios”, com agentes políticos e sociais atuando de modo específico para dar contornos ao ocorrido, até mesmo passando pelas recontextualizações que se dão no interior desse processo.

Quadro 5 - Fluxos mapeados no percurso acontecimental da Chacina de Belém

Fluxo	Síntese da dinâmica
O momento do chacinamento	<ul style="list-style-type: none"> • Produção das primeiras informações sobre o massacre; • Foco predominante nas mortes como contagem de homicídios; • Imprecisão de informações oficiais; • Circulação de imagens, áudios e vídeos sobre as mortes em redes sociais; • Ausência de atenção dispensada para as vítimas.
A reação político-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação dos órgãos de segurança pública para deslegitimar a identificação da chacina; • Hesitação em admitir participação de policiais ou de milícias; • Prevalência de retórica oficial sobre crime e criminalidade.
A reivindicação da chacina	<ul style="list-style-type: none"> • Forte oposição e crítica às posturas dos órgãos oficiais; • Demanda pela nomeação do massacre como chacina e de devida investigação sobre ela; • Problematizações da violência de Estado, racial e do genocídio da juventude negra; • Aparição e manifestação pública contra a violência em Belém.
A CPI das Milícias	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de informações e declarações públicas sobre a instauração e andamento das investigações da CPI das Milícias; • Publicização dos achados por meio do relatório final da CPI pela Alepa.
O arrefecimento do acontecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase na perspectiva das vítimas por meio de iniciativas dos moradores da periferia; • Cruzamento da chacina com outros temas de violência de Estado; • Aparição e manifestação pública contra a violência em Belém, com forte presença de familiares das vítimas.

Fonte: elaboração própria.

Por fim, é por meio dessa articulação metodológica que podemos fazer um exame mais detalhado de como se processa a formação acontecimental da Chacina de Belém, atentos para o fato de, ao longo do período selecionado, as descrições e interpretações públicas serem inseridas em um cenário de disputas, que certamente desafia qualquer tentativa de inscrever essa chacina em um prisma unívoco de leitura, impossível para acontecimentos em torno dos quais há demandas tão distintas, sendo em meio a esses fluxos que situamos a violência racializada enquanto buscamos depreender a concretização do genocídio negro ao longo desse percurso.

5 CHACINA DE BELÉM: ACONTECIMENTO VIOLENTO COMO INSTÂNCIA DO GENOCÍDIO NEGRO

Quem andar em Belém, sobretudo, vindo de fora, percebe o quanto o perfil étnico-racial de sua população é variado, havendo evidentemente especificidades, já que falamos de uma cidade amazônida, nortista, com uma grande parte de sua população tendo ascendência afro-indígena. Então é inegável que falamos de uma população racializada, com experiências e vivências socioculturais bastante próprias, que, por tudo que vimos discutindo até aqui, é implicada no teatro do terror que reencena o genocídio negro nos mais distintos territórios do nosso país. Ainda assim, não deixa de chamar a atenção a persistência de alguns títulos “exotizantes” até hoje atribuídos a essa cidade, como o de “Cidade Morena”, que sempre retorna com um tom ufanista quando se quer comemorar seu aniversário, quando se faz publicidade turística sobre suas “belezas e encantos”, o que leva inclusive à evidência dos rostos e dos corpos das mesmas pessoas racializadas como uma extensão dessa metáfora.

Porém, é uma metáfora claramente limitada, muito mais orientada para a projeção de uma paisagem “para inglês/estrangeiro/turista ver”, calcada em um imaginário algo datado sobre o “caboclo” ou do “ribeirinho”, o que seria a nossa versão de “gente simples”, muitas vezes apresentada de modo justaposto a elementos como a natureza, a dança e a cultura alimentar tradicional. Se é verdade que muitas pessoas ainda vivem dessa forma, não podemos deixar de notar que essa visibilização praticada pelo Estado e, em certas ocasiões, reproduzida nas mídias constitui-se como condição esvaziada, sob a qual esse corpo racializado, esse corpo negro, tem a sua aparição permitida e tutelada. Ora, essa visão oficial, idealizada e higienizada, por assim dizer, oculta o revés dessa celebração restrita, manifesto no fato de a tal Cidade Morena – e o elemento *moreno* aqui é bastante significativo – ser um grande palco de extermínio da sua população negra urbana, algo que acontece diariamente e continua a acontecer.

A essa altura, não resta dúvida de que a motivação deste trabalho dialoga com a necessidade de enfrentar negações que ainda teimam em permanecer diante do intercruzamento de leituras díspares sobre violência policial e violência racial no âmbito de Belém e do Pará, de modo mais amplo. Olhar para as chacinas como acontecimento tem a vantagem de percebermos um conjunto de operações que revolve em torno desse extermínio, com partes moventes que nos permitem, na fragmentação mesma que existe em processos de feitura acontecimental, lançar um olhar engajado num reexame daquilo que foi dito, de como o massacre foi encarado, dos silêncios, levando-nos a também retecer alguns fios dessa complexa tapeçaria, talvez pontas

soltas, de modo a não aquiescermos a recusas ou nos calarmos diante de uma tarefa urgente como essa.

Então, antes de analisarmos propriamente o percurso acontecimental da chacina de 2014, perguntemo-nos sobre esse estatuto de “povo moreno”, que certamente resulta relevante quando estivermos lidando com a reverberação do massacre. Pinheiro e Rodrigues (2020) indicam haver um impasse em torno das identidades raciais na sociedade belemense, em que as elites sempre se pretendem brancas – o que acontece muito comumente com a evocação de ascendência europeia, marcadamente portuguesa –, enquanto aos demais caberia barganhar com o marcador da morenidade, que, não sendo nem “índio” nem branco, é principalmente algo que é mobilizado para afastar-se da negritude. Dessa forma, a morenidade materializa ideais de mestiçagem, diante dos quais esse mestiço/moreno seria a maior parte da população que, a um só tempo, não se veria enquanto negra e, em alguma medida, poderia usufruir de benefícios simbólicos com tal assunção, o que de nenhuma forma aplaca o quanto se trataria de uma “construção regional violenta que nasce da tentativa de anular a negritude e se aproximar de algum tipo de brancura” (Pinheiro; Rodrigues, 2020, p. 51).

Refletindo sobre essa categoria de morenidade, Conrado, Campelo e Ribeiro (2015) apontam como é possível concebê-la no Pará e na Amazônia em conjunto com a ideia de que a presença negra em sua história teria sido pouco significativa e expressiva, inviabilizando a negritude como viés de leitura da realidade até mesmo dentro do âmbito acadêmico. Em face disso, prevaleceram noções como o mito da identidade indígena como dominante na formação racial dessas sociedades, mito que prosperou diante do apagamento histórico tanto da exploração de mão de obra escravizada ao longo de seu período colonial quanto dos muitos fluxos migratórios que trouxeram uma população negra do Nordeste e do Caribe, o que também teve seus impactos no perfil e nas relações raciais ali. Por outro lado, morenidade diria respeito a uma espécie de prescrição, dentro desse *script* de hierarquizações raciais, como forma de escamotear a negação, a rejeição e a violência dispensadas a essas pessoas, consolidando-se com o tempo como uma identidade racializada, mas não negra, como forma de integração a partir de uma possível autoimagem positiva. Em outros termos,

Em uma sociedade em que a negação do ser negro(a) é marca do processo histórico e cultural, constatando-se um alto grau de baixa estima, a busca de uma identidade alternativa abriu-se como uma possibilidade quase que naturalizada. A ideia do moreno(a) ameniza os confrontos, atenua o sentimento de exclusão e faz com que as pessoas se sintam integradas ao dizerem com ênfase: “Eu sou morena”. Ter consciência da cor preta aponta para uma busca de identidade que não atinge toda a população negra do Pará. Ser moreno torna-se a possibilidade de inserção na sociedade, mediante um

pacto silencioso e perverso: *eu nego minha cor e você finge que não me vê*. Os homens e mulheres que insistem na negritude acabam por ferir este pacto implícito de “inclusão” (Conrado; Campelo; Ribeiro, 2015, p. 221, grifo nosso).

Se bem podemos falar de identidades negociadas, que emergem dessas interações entre brancos e não brancos, vemos um atravessamento de uma lógica racista, que produz esses lugares diferenciados em relação à racialidade, em que esse negro – tornado moreno – deve contentar-se com uma identidade racial pretensamente pacificada, porque apontaria também para um distanciamento do conflito que surge com a afirmação política da sua negritude. Como vamos ver ao longo deste capítulo, essa ideia de fato não se realiza quando somos postos diante da hecatombe que é originada de conflitos em que raça e racialização, juntamente com a classe social, são determinantes. Por isso, não podemos perder de vista que, segundo essas posicionalidades raciais, “a dor, o corpo, a voz política, e o sentido de pertencimento, para o sujeito da democracia racial [o branco], são concretos e legíveis na mesma medida em que a dor negra, o corpo negro, a voz política negra, e o pertencimento negro são oxímoros” (Vargas, 2016, p. 26).

Por isso mesmo, parece-nos bastante adequado que essa cidade que se rotula como a “Metrópole da Amazônia”, possa receber um outro nome, dessa vez dado por Taketa (2019), para quem essa Belém, cidade em que vemos um cortejo de corpos mortos brutalizados, vítimas de violências de gênero, de raça e de classe, por meio de crimes cometidos pelo Estado contra seus cidadãos, seria sim o exemplo de uma “Necrópole na Amazônia”, ideia que assume a racialização como parte das disputas em torno do imaginário, das condições concretas de vida dos indivíduos e da constante exposição à morte que ali se processa. Isso não é muito dissimilar da ideia necropolítica de Mbembe (2018) em que os sujeitos matáveis tornam-se despojos e restos sem relevância, aqueles cuja morte é prevista e justificada na gestão da morte, nem da ideia de Nascimento (2016) sobre como o negro é concebido fora da ordem social, sempre a partir de uma exclusão que tem como horizonte sua eliminação material e simbólica.

Nos capítulos anteriores, apresentamos um panorama das problemáticas que cercam o fenômeno da racialização das mortes no Brasil, da ação das mídias, sobretudo, diante da violência de Estado relegada às populações negras, e como isso tudo pode ser apreendido em meio a dinâmicas de acontecimentalização. Tendo já enfrentado essa tarefa, sempre pensando no âmbito de interface com o qual podemos perspectivar as chacinas, passamos aqui ao exame mais detalhado daquilo que consideramos ser o percurso acontecimental da chacina de Belém, percorrendo a um tempo a sua duração e os sentidos engendrados para o massacre, que lida com as formas escolhidas para a nossa análise, isto é, os relatos midiáticos e os fluxos nos quais esse

acontecimento se realiza, que coincidem com a possibilidade de a chacina poder ser separada e lida a partir de seus episódios ao longo do período de um ano. O desafio de unir as partes moventes desse todo heterogêneo se manifesta aqui na eleição dos momentos que perfazem a chacina dentro daquele contexto que está relacionado com a temporalidade imediata de sua emergência e aquela de sua elaboração na cena pública, buscando-se inclusive perceber os elementos que retornam e aqueles que são deixados pelo meio do caminho.

A partir do que pudemos encontrar ao longo do período de 2014 a 2015, trazemos esse conjunto de “fluxos” que depreendemos a partir dos relatos midiáticos coletados, os quais nos permitem organizar a análise segundo uma lógica afim à feitura eventiva que teve lugar, mobilizando ainda aqueles elementos marcadamente pertinentes para trazer à tona os meandros e conflitos do massacre racializado, de modo a explorar como as práticas de chacinamento enquanto materialização do genocídio negro são encaradas ao longo de toda essa disputa pública pelo sentido do que aconteceu, em torno de como foi feito mais este acontecimento-chacina, implicando ainda um esforço de narrar a narração da chacina.

Uma última ressalva a fazer está em como, ao levar a cabo tal gesto, cabe sempre manter em mente os elementos do mundo social que informam nossa leitura da chacina e que nos atravessam, em razão da própria trajetória que marca a nossa própria constituição enquanto pesquisador, que durante muitos anos esteve diante desse mundo de morte evidenciado na cotidianidade de uma cidade como Belém e escancarado na emergência de acontecimentos violentos como esses, bem como pela própria territorialidade que marca nossa subjetividade, pois a constituição como sujeito negro se deu nessa Cidade Morena / Necrópole e, para além dela, hão de advir leituras racializadoras em qualquer que seja o contexto no qual estiver, sendo este um marcador que informa nossa existência no mundo, não podendo ser algo a ignorar mesmo em um investimento heurístico como a presente tese.

5.1 PERCURSO ACONTECIMENTAL DA CHACINA DE BELÉM

Na noite de 4 de novembro de 2014, teve início em Belém-PA um dos episódios mais marcantes de sua vida social e história recentes, justamente aquele que viria a ser conhecido como a Chacina de Belém. Ela se deu após o assassinato do Cabo da ROTAM/PA, Antônio Marcos da Silva Figueiredo, também conhecido como Cabo Pet, quando chegava de carro a sua residência no bairro do Guamá. De acordo com informações presentes no relatório da CPI das Milícias (Pará, 2015a), a reação de homicídios em cadeia foi resultado de uma “resposta” imediata de dezenas de policiais militares, tanto fardados quanto à paisana, convocados pelo

colega de farda, o PM Rossicley Silva, por meio de postagem em suas redes sociais para agir em retaliação à morte do Cabo Pet. Ao total, houve 11 vítimas da Chacina de Belém, mortas entre os dias 4 e 5 de novembro de 2014; dentre as vítimas 10 civis e o policial. Também conforme a investigação conduzida pela CPI, que chamou o evento de "Chacina de Novembro", as localidades atingidas foram os bairros da Terra Firme, Guamá, Marco, Jurunas, Sideral e Tapanã.

Como apresentamos anteriormente, ela não foi a única nem é a mais recente a ocorrer nesse território nortista, mas é particularmente importante para o cenário regional, por realizar uma profunda alteração na maneira como se vinha falando de homicídios na periferia do estado do Pará e sobre a morte da juventude negra e empobrecida desse espaço. Também foi relevante em nível de Brasil, por demandar um olhar acurado em torno do chacinamento e por somar-se ao contexto de mortes violentas pelo Estado e por milícias. A própria instalação da CPI das Milícias pela Assembleia Legislativa do Pará, em 2015, é um exemplo disso, já que foi mobilizada justamente pela Chacina de 2014. Como resultado direto disso, Couto (2018, p. 221) sinaliza que

Quando se faz referência aos grupos de extermínio em Belém, é preciso destacar que: primordialmente, o termo milícia só foi incorporado recentemente às ações dos grupos de extermínio no estado do Pará, pois havia uma forte resistência dos órgãos de segurança pública que não admitiam a existência de tais grupos, mas após as investigações da chacina de novembro de 2014, tiveram que admitir que esse episódio ocorreu em função da morte de um dos líderes da milícia do Guamá.

Isso é só um exemplo das operações sociais em torno da chacina, muitas das quais vão depender das ações que têm lugar ou são consequência do trabalho narrativo a seu respeito, quer nas mídias quer fora delas. Não só temos aí um acontecimento, como também, ao olharmos para essa chacina, estamos diante de um acontecimento violento de ordem bastante complexa, pois tem uma historicidade própria, depende do contexto sociocultural no qual se processa, é resultado de diferentes ações, as quais carregam consigo os matizes do mundo sociopolítico no qual se manifestam, incluindo aí o racismo e o desprezo pelo corpo negro e sua morte. Em meio a tudo isso, o cenário de reverberação vai envolver mídias jornalísticas, mídias não jornalísticas, organizações da sociedade civil, órgãos da segurança pública e do governo do estado do Pará, mães e outros familiares das vítimas, adicionando ainda mais a essa inquietude e a como a vida que o acontecimento violento toma tem a ver com a disputa em torno dele.

Em face de tudo isso, propomos a realização de um trajeto analítico capaz de abarcar o primeiro fluxo, em que há uma "irrupção", a qual inclui os momentos inaugurais desse

acontecimento-chacina, representados pela ocorrência do chacinamento e as respostas iniciais a ele, até aqueles fluxos que acontecem quase que concomitantemente ou que se mantêm ao longo do período analisado, representando as diferentes reverberações da chacina. Apesar de apostarmos em uma certa linearidade ou progressão do acontecimento, como ressaltamos antes, a opção pela noção de fluxo nos permite perceber os movimentos intensos que se dão com a dispersão dos relatos midiáticos²², de algum modo tributários daquela inquietude dos acontecimentos de que nos fala Wagner-Pacifci (2017), cabendo até mesmo antecipar que, como uma tendência percebida nessa leitura, vemos desde já que, mesmo esse percurso sendo marcado por uma tensão própria de acontecimentos em disputa, chega a uma certa conclusão anticlimática, que muito mais se assemelha a um desaparecimento do que a um fechamento propriamente dito.

5.1.1 O momento do chacinamento

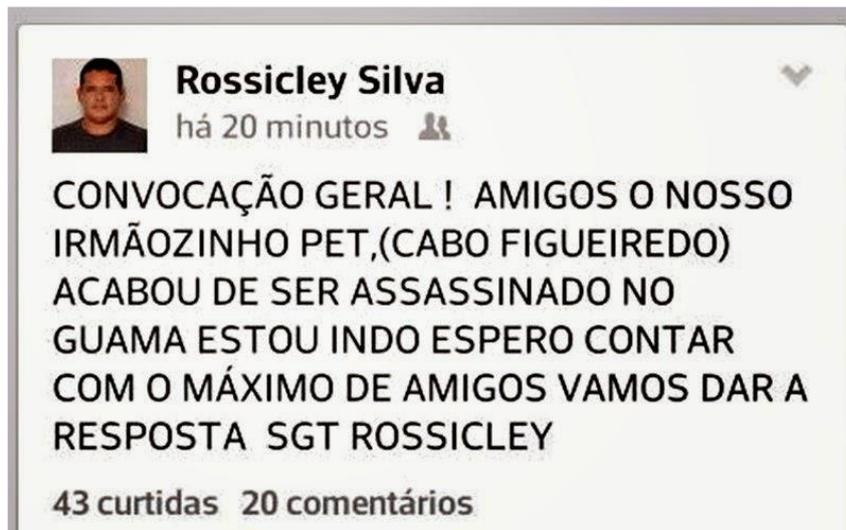
Como já mencionado acima, a chacina tem início com a morte do Cabo Pet – em alguns momentos também identificado como Cabo Pety –, com os primeiros relatos das mídias locais, ainda na noite de 4 de novembro, dando conta de que foi assassinado a tiros próximo de sua casa, recebendo cerca de 20 disparos (Diário Online, 2014a; G1 Pará, 2014a). Já aqui começam a aparecer os elementos que mais tarde vão, de modo claro, caracterizar a chacina, ao passo que, por ora, esses relatos apresentam a perspectiva de representantes da Polícia Militar do Pará (PM/PA), que informam que estariam sendo realizados esforços e acionadas viaturas para buscar os suspeitos; paralelamente, moradores do próprio Guamá e de bairros periféricos no entorno declararam que diversos tiros foram ouvidos após a morte de Pet, começando ainda a ver nas mídias sociais imagens de jovens possivelmente mortos durante abordagens policiais naquela noite.

Aí se anunciam dois elementos cruciais para compreendermos a especificidade da chacina de Belém. O primeiro diz respeito ao tom de “caçada” que começa a tomar contornos a partir dos relatos iniciais e que fica mais evidente a partir do dia seguinte à chacina. O segundo trata-se do uso de redes sociais digitais para difundir e obter informações enquanto a chacina

²² Cabe aqui uma breve ressalva sobre a maneira como os relatos são mobilizados aqui. Apesar de, em grande parte, nos interessar uma exploração que lida com a processualidade do acontecimento-chacina, com sua gradual transformação ao longo do seu decorrer, haverá momentos em que a menção de fatos ou recuperação de certos relatos não será de todo linear, na medida em que o principal foco aqui é poder recontar essa história que é alinhavada no espaço midiático. Haverá ainda também momentos em que recorreremos a elementos que orbitam em torno dos relatos, como publicações em mídias sociais, material audiovisual e relatórios político-institucionais, em razão de nos ajudarem a remontar os elementos para o que se passou e para o tipo de descrição proposta.

estava acontecendo. Um fato que une ambos os aspectos é a “convocação” à ação pelo PM Rossicley Silva, sargento da PM/PA, que no circuito das mídias corporativas também servia de fonte sobre as ações oficiais da polícia naquele momento. Como é possível ver nas Figuras 1 e 2, é inegável que essa convocação é ao uso da violência e à perpetração de homicídios como forma de revidar pela morte de seu colega de farda.

Figura 1 - Post de sargento da PM/PA incitando "resposta" da corporação



Fonte: Relatório da CPI das Milícias (Pará, 2015a, p. 152).

Figura 2 - Post da ROTAM/PA sobre a morte do Cabo Pet



Fonte: Relatório da CPI das Milícias (Pará, 2015a, p. 152).

Esse chamamento ao massacre tornou-se crucial para compreender o *modus operandi* de grupos milicianos nesse momento e em ocorrências posteriores, tornando público o quanto a população periférica da RMB estava à mercê da ação violenta até mesmo de agentes do Estado envolvidos com essas atividades. Esse foi o fator que levou a um intenso enfrentamento de diversas entidades após aqueles dias de massacre vividos da capital paraense, fazendo inclusive com que o governo do estado – ainda que tardiamente – se visse instado a não buscar eximir-se de seu papel e ignorar a ocorrência sob o pretexto de que seria mais um grupo de criminosos ou traficantes a se enfrentar, como já havia feito em chacinas anteriores.

Percorrendo os textos publicados por Diário Online (2014a) e G1 PA (2014a), vemos que ainda não havia uma identificação completamente formada, porque o próprio elemento chacina ainda não era de todo evidente ou ainda estava em andamento. Nessa presença dos tiros como elemento que já causava uma reação entre os moradores desses territórios, na ênfase em torno da ação policial na busca ou caçada, e na simultânea distribuição de imagens violentas, temos um anúncio do que estaria por vir neste dia, quando a chacina seria consumada, e nos próximos, quando passaria a ser experimentada como acontecimento, indo desde catalisador de medo e desorientação entre a população da região metropolitana, até receber um nome e uma descrição, sendo alvo de ostensivo escrutínio público a partir de então.

No dia seguinte à madrugada da chacina, houve uma ênfase em apontar o quanto as redes sociais estavam sendo usadas para divulgar fotos de pessoas assassinadas, inclusive como forma de sinalizar que estaria acontecendo uma “limpeza” na cidade, isto é, uma matança (Diário Online, 2014b; G1 Pará, 2014b). Nesse momento, também começaram a ser apontadas as principais informações relacionadas à morte do policial e às mortes que ocorreram na noite do dia 4 e na madrugada do dia 5, com o fornecimento de mais dados que vinculam essa ocorrência ao histórico de chacinas na região (Diário Online, 2014c; G1 Pará, 2014b). A princípio, os perpetradores da chacina foram identificados apenas como “criminosos”, que teriam anunciado uma “revanche”, exatamente como resposta à morte do cabo. Conforme consta no portal G1 PA:

Após a morte do PM, ainda na noite de terça, começaram a circular informações nas redes sociais de que estaria ocorrendo uma chacina nos bairros periféricos da cidade, e que dezenas de pessoas já haviam sido mortas [...].

Diversos vídeos e áudios de supostos tiros sendo disparados estão sendo publicados na internet e compartilhados entre moradores de Belém. *Alguns perfis atribuídos a policiais convocavam para a "chacina"*. Uma mensagem de voz chegou a ser compartilhada por meio do aplicativo WhatsApp em que uma pessoa pedia para que moradores do bairro Guamá não saíssem de casa

porque um policial havia sido morto e eles iriam fazer uma "limpeza" na área [...].

O secretário de Segurança Pública informou ainda que todas as vítimas são homens e, pelo menos, seis têm características de execução [...].

Investigações da polícia revelaram que os assassinos chegaram de moto e com capacete na execução da maioria das pessoas (G1 Pará, 2014b, grifo nosso).

Esse primeiro momento manifesta a reedição de chacinas que aconteceram antes – e das que aconteceriam depois –, pois todos os elementos se mantinham ali, a morte de um policial, seguida de diversos assassinatos brutais em bairros periféricos, a existência de algozes não identificados que portavam armamento pesado. Podemos lembrar aqui Smith (2016, p. 159), quando expressa que cada novo conjunto de homicídios por esquadrões da morte é como uma “reprise” que contém as conotações de vingança, disciplina e punição para as comunidades, em que “o espetáculo do policiamento do corpo negro, como o roteiro de uma peça, é performado individualmente por um elenco de personagens em diferentes posições e lugares, de acordo com a interpretação criativa dos autores daquele momento”²³. Com isso, esses grupos e a polícia falam com suas ações no momento mesmo do chacinamento e pelo que essa ritualização das mortes representa, buscando mandar uma “mensagem” para que fique claro o tipo de sanção que vem com o desafio a esses grupos.

Voltando ao momento inaugural da chacina, começa a haver nele uma série de reações institucionais, marcadamente de representantes da segurança pública do estado, algo que exploraremos na próxima seção. No momento, é pertinente olharmos sobretudo para como os relatos lidaram com a própria ocorrência da chacina e que tipo de tratamento deram às vítimas naquele momento. No que diz respeito a como as vítimas figuram, podemos dizer que sua identificação surge de maneira precária, longe de qualquer humanização, de detalhamento, o que demonstra, em acontecimentos como esse, um profundo desinteresse das mídias noticiosas pelas vidas perdidas e pelo lastro de dor e sofrimento deixado por um evento tão traumático como o massacre. Em texto publicado no portal G1 Pará (2014c), mídia local que a princípio poderia ter um acesso imediato a familiares e pessoas afetadas, a fim de remontar um quadro o mais completo possível, não vemos outra coisa que não uma lógica de obituário, em que aquilo que importa são sobretudo as circunstâncias das mortes.

Em *Famílias identificam corpos de assassinados em Belém* (G1 Pará, 2014c), o mote está na identificação das vítimas feita por suas famílias no Instituto Médico Legal. Há menção aos nomes de quatro vítimas: Eduardo Galucio Chaves, de 16 anos; Bruno Barroso Gemaque,

²³ “The spectacle of policing the black body, like the script of a play, is performed individually by casts of characters in different places according to the creative interpretation of the authors of the moment”.

de 20 anos; Alex dos Santos Viana, de 20 anos; e Nadson da Costa Araújo e Jean Oscar Ferro dos Santos, sem idade indicada – todos eles jovens cujos rostos não chegamos a ver. Constam ao menos as declarações de duas testemunhas, a namorada do adolescente Eduardo Chaves, e do pai adotivo de Alex dos Santos Viana. Segundo a namorada, “*A gente foi na casa da avó dele, e fomos abordados por várias pessoas encapuzadas. Mandaram eu soltar a mão dele e ir embora. Eu comecei a agarrar ele e me puxaram pelo braço. Foi na hora que aconteceu, que mataram ele*’, desabafa” (G1 Pará, 2014c, grifo nosso). Já o pai adotivo de Alex declara: “*Me espantei com o disparo. Foram pra mais de 30 tiros. Os meliantes que fizeram isso passaram de moto*” (G1 Pará, 2014c, grifo nosso).

O foco sobre vítimas e familiares aqui resume-se a esse tratamento superficial, que os torna mero detalhe em uma ocorrência de violência urbana, revelando também uma inclinação policialesca que acompanha o expediente midiático de perspectivar a chacina, antes de mais nada, como um “problema” de segurança pública, sem maiores considerações sobre que experiência essa população periférica está tendo, sobre quais perdas estão ocorrendo ali naquele espaço da cidade, quase como se a violência que atinge os moradores dessas localidades fosse um dado inconsequente, relevante apenas na medida em que reforça o caráter perigoso e arriscado que se sobrepõe a qualquer outro tipo de imagem que pudesse haver a respeito dessa periferia urbana. Em meio a esse vácuo relacionado às vítimas, a nomeação dos assassinatos em série como *chacina*, apesar de já ter sido mobilizada antes, permanecia até então apenas como uma possibilidade nesses relatos dos portais noticiosos e não como uma identificação definitiva, mais uma vez algo que tem a ver com a alta dependência de fontes oficiais por parte das mídias corporativas. Como veremos mais adiante, o revés dessa negação do massacre e da invisibilização das vítimas advém daquele que chamamos de fluxo de reivindicação da chacina.

Podemos atribuir essa desimportância ao estatuto das vítimas, cuja maioria é de pessoas negras e pobres, que têm suas mortes naturalizadas e normalizadas, especialmente quando vamos falar dos espaços e da cultura midiáticos. Basta considerar a persistente profusão de programas e jornais policialescos em que o corpo negro morto e ferido é por vezes a evidência da eficácia policial no combate ao crime e na guerra às drogas, sem que excessos e a violência do Estado sejam postos em xeque. Não é apenas sobre tratar-se de mortes de anônimos; é sobre não haver lugar para uma reflexão politicamente informada sobre o significado dessas mortes e a perpetuação de mitos sobre crime e criminalidade que elegem no corpo negro figuras do inimigo em potencial ou do risco à segurança, não sendo incomum essas mortes serem encaradas pela presunção da culpa, de que, se foram mortas, é porque teriam “envolvimento

com o crime”, algo pelo que pagar, o que funciona como a absurda justificativa de uma violência extrema.

Quando começa a haver a recuperação do incidente inaugural, diferentes mídias noticiosas dão diferentes dimensões àquilo que se passou. Se considerarmos informações publicadas no segundo dia da chacina pelo blog jornalístico amazonense Portal do Holanda (2014), em *Belém vira praça de guerra: oito bandidos mortos*, repete-se o tom presente nas matérias corporativas, alinhado com esse olhar mais “oficial” e impessoal, chegando até mesmo a chamar-se o que aconteceu de “confronto”. Esse relato reproduz a linguagem oriunda de cobertura policial, algo que se vê desde a utilização de “bandidos” no título até a utilização de notas e dados da PM/PA como informação oficial que tem centralidade no relato, ecoando a versão da chacina como uma possibilidade não confirmada. Já uma matéria em inglês da BBC News (2014) apresenta de maneira sintética, porém, bastante compreensiva, aquela série de homicídios em Belém. Ao olharmos para a matéria, a única imagem a acompanhar a notícia é de um mapa do Brasil, no qual estão destacados o estado do Pará e sua capital, muito provavelmente para situar a audiência internacional que pode estar pouco familiarizada com demais regiões e localidades do Brasil fora do Sudeste.

Figura 3 - Mapa do Brasil reproduzido na BBC News



Fonte: BBC News (2014).

Intitulado *Brazil probes deaths in Belem police 'revenge attacks'* (Brasil examina mortes em Belém como “ataques de vingança” da polícia), o texto da BBC dá ênfase aos mesmos elementos que vimos apresentando até aqui, como a morte do cabo Figueiredo como incidente catalisador da situação, além de outros, tratando de como as autoridades locais estariam investigando as informações de que policiais fora de serviço teriam matado nove pessoas na terça-feira. Apresenta como testemunhas informaram que os crimes foram cometidos por

homens em motocicletas, passando pela circulação de imagens e informações nas mídias sociais, como segue:

Boatos de um suposto ataque de vingança se espalharam rapidamente através de mídias sociais durante a noite, causando pânico entre moradores da cidade, que é a capital do estado do Pará.

Muitos preferiram ficar em casa, depois de receberem mensagens dizendo que muitas áreas da cidade seriam “limpas”.

As autoridades dizem que “uma linha de investigação” é de que os assassinatos foram um ato de revanche por parte de colegas do policial morto. Porém, a Secretaria de Segurança Pública do Pará disse que muitas das imagens sendo postas nas redes sociais continham informações falsas e usaram imagens de pessoas mortas em incidentes não relacionados a esse (BBC News, 2014).²⁴

Apesar de se tratar de um relato breve, o fato de eleger os “ataques de vingança” como ponto de entrada para o tema da chacina aponta para uma mudança de foco algo sutil, mas relevante para pensar em outras descrições possíveis, que vão além do roteiro policialesco que envolve bandidos vs. polícia. Se até aqui acompanhamos o quanto as próprias mídias e os representantes se esquivavam de colocar no centro a participação de agentes do Estado, tratando-a apenas de maneira vaga, entretendo a versão de que as autoridades deveriam apurar para então dizer o que representavam aquelas mortes em sequência, o panorama muda de figura aqui, permitindo um questionamento mais direto em torno da brutalidade e violência policiais, tom que é largamente ausente nas matérias dos portais noticiosos, que não concebem esses assassinatos como uma investida contra os próprios cidadãos, já que os vícios da cobertura policial conduzem tão somente a essa contagem de mortos e consulta aos órgãos de segurança.

Em um estudo recente sobre a Chacina de Salgueiro, no Rio de Janeiro, e a Chacina de Belém, no Pará, Costa, Bernardo e Ramos (2024) e Nunes (2024) apontam que a violência policial continua sendo uma das maiores fontes de violência letal para as comunidades que vivem em favelas e em periferias em todo o Brasil, pois ainda prevalece a percepção de que unicamente incursões armadas, operações de invasão e trocas de tiros seriam o trabalho da polícia, com as mortes sendo uma consequência natural, um mal necessário, por assim dizer – tão pouco valeriam as vidas das pessoas nesses espaços. Por isso, é relevante quando situam o quanto “a violência policial não é um desvio isolado, mas um padrão sistêmico que reflete o

²⁴ “Rumours of an alleged revenge attack spread quickly through social media overnight, causing panic among residents of the city, which is the capital of Para state. Many preferred to stay at home, having received messages saying that several areas of the city would be “cleaned up”. The authorities say “one line of investigation” is that the killings were an act of revenge by the dead policeman’s colleagues. [...] But the Para’s Security Secretary said many of the images being posted on social media had false information and used pictures of people killed in unrelated incidents”.

racismo que também estrutura as instituições de segurança pública do país” (Nunes, 2024, p. 13). De modo similar, Smith aponta como essas constantes investidas policiais de modo muito preciso seriam as responsáveis por definir as periferias como esse pano de fundo e território tanto da pobreza quanto da violência, o que se dá social, espacial e epistemologicamente – realidade também apontada em pesquisas que lidam com a territorialização da violência na cidade de Belém (Couto, 2021; Julião, 2024; Ramos; Miranda; Araújo, 2024).

Daí a importância de, na esteira dos relatos sobre o chacinamento, apontarmos o portal Geledés (2014), plataforma de debate das questões raciais, com texto que, tendo caráter noticioso, apresenta aqueles elementos que vimos anteriormente nas mídias locais, como a própria ocorrência dos homicídios, a divulgação de imagens, vídeos, áudios e outras informações sobre a matança nas mídias sociais sob uma nova luz. Aborda um comunicado oficial feito pelo governo do estado, falando sobre como o cabo não estava em serviço e estava tendo investigadas as circunstâncias de sua morte. Ainda que não apareça de modo explícito nesse texto, a vinculação com uma pauta racial vem pela sua produção e publicação nesse espaço, que lança luz sobre as relações raciais em nosso país, abordando problemas como a violência contra as populações negras e periféricas. O portal então é categórico ao afirmar que “*Trata-se de uma das maiores chacinas dos últimos tempos. E, ao que parece, devidamente anunciada*” (Geledés, 2014, grifo nosso). É algo que chama particularmente a atenção quando o texto também transcreve o que seria um dos áudios que circulava no WhatsApp naquele dia:

[...] em um dos áudios um suposto policial anunciava: “Senhores, sério, por favor, façam o que for preciso, mas não vão para o Guamá nem para Canudos nem para o Terra Firme hoje à noite. É uma questão de segurança dos senhores, tá? *Mataram um policial nosso, e vai ter uma limpeza na área. Ninguém segura ninguém, nem o coronel das galáxias*” (Geledés, 2014, grifo nosso).

Se há aí um retorno da compreensão de que se estava realizando uma caçada, essa caçada não é contra outro que não o corpo negro, que será objeto de uma limpeza com inegável atravessamento racial, ainda que isto não seja explicitamente dito em nenhum momento. E como vai se dar essa “limpeza”? Por meio de uma violência letal irrestrita, de uma brutalização extrema, que inclusive desloca essa população do seu lugar cidadão, botando em prática uma pena de morte enraizada apenas no estatuto sociorracial da juventude periférica, que, como vimos, foi o maior perfil das vítimas da chacina. Por isso mesmo é tão importante a assunção do genocídio, já que, como indicam Gomes e Laborne (2018), tomar o extermínio enquanto tal é uma forma de politizar essa mortandade, que está atrelada a raça e racismo. Cabe tomarmos como a criminalização e eliminação desses jovens opera de acordo com saberes reproduzidos

no senso comum, consolidando-se a ponto de fazerem seu caminho até ordens institucionais de entendimento e organização da realidade, como as mídias e o Estado:

No nosso cotidiano é comum ouvirmos frases como: “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos só servem para proteger criminosos”. “O ECA só serve para proteger a adolescência criminosa e violenta, por isso é preciso reduzir a maioria penal”. “Negro parado é suspeito e correndo é ladrão”. O estereótipo do suspeito número um e a imagem que amedronta a classe média é: *o jovem negro da favela com alguma coisa na mão que sempre será interpretada pela polícia como arma ou droga*, mesmo que seja somente um saquinho de pipoca. Como nos disse um jovem negro militante: “No Brasil, a cor do medo é negra!” (Gomes; Laborne, 2018, p. 4, grifo nosso).

Todas essas afirmações, infelizmente muito familiares e recorrentes, operam como justificativas para o assassinato dessa população e são subjacentes aos muitos exemplos de violência cometida por agentes estatais. Voltando ao portal Geledés, o fato de seu texto ter sido classificado sob a temática “Violência racial e policial” é o prenúncio da natureza das reivindicações que serão feitas num sentido contrário desse imaginário difundido em nosso país e da naturalização que propala. Isso, porque aponta a relação de mais esta chacina com a pauta do genocídio negro no Brasil, algo que vai em uma direção completamente oposta ao que vimos nas mídias locais, espaço no qual não só não é apontado um caráter de violência policial quando da perpetração da chacina, como também quaisquer menções ou discussões sobre violência racial estão antes de tudo ausentes, manifestando um distanciamento de descrições que incorporem a leitura do massacre como manifestação de violência racial orquestrada de modo típico em meio aos encontros entre Estado e populações negras. Portanto, aqui é feita uma ponte entre essa demanda política, que de fato é capaz de reenquadrar a chacina, reinserindo-a no quadro de problemas sociais de que faz parte mais amplamente, diante dos quais é imprescindível acionar o racismo e a violência racializada.

Discorrendo sobre o incidente inicial na cronologia da chacina e voltando para os relatos noticiosos, no segundo dia após as mortes, 6 de novembro, a maior parte dos relatos recupera as demais informações já expostas anteriormente, que já haviam sido publicadas de modo fragmentado ao longo dos últimos dias, como as características de execução, a ausência de informações consolidadas sobre a identidade dos assassinos, assim como o espalhamento de boatos e o anúncio da “limpeza”, identificados como possíveis “troles” pelas autoridades governamentais. No entanto, um desdobramento diz respeito à morte de uma das pessoas atacadas na madrugada do massacre, que ocorreu dois dias depois enquanto a vítima estava hospitalizada (G1 Pará, 2014d; UOL, 2014a). Tratava-se de um homem de 37 anos, chamado Arlesonvaldo Carvalho – as matérias apresentam seu nome como Allesson –, morador do bairro

da Terra Firme, que era uma pessoa com deficiência intelectual, sendo a décima vítima da chacina de Belém.

Algo que nos chama a atenção então é o fato de uma das fontes oficiais permanecer na figura do sargento Rossicley Silva, o mesmo que convocou à chacina nas redes sociais em primeiro lugar, o qual, mesmo em declarações à imprensa, mantém o tom belicoso, que demonstraria seu engajamento nessa “caçada”. Em entrevista na ocasião, o sargento da PM afirmou que havia suspeitos, dizendo: “‘Estamos indo pra lá no intuito de fazer o levantamento e poder ir atrás desses elementos que vitimaram nosso companheiro. *Isso não vai ficar assim. Vamos dar uma resposta*’” (UOL, 2014a, grifo nosso). Sobre a possibilidade de as diligências que saíram às ruas naquela noite estarem envolvidas com a chacina, a própria polícia informou às mídias que não houve mortos durante a procura dos assassinos, ainda que os moradores vocalizassem o contrário, como na seguinte declaração: “‘*Matar o que matou não mata porque eles já estão longe. Estão pegando quem tá na rua e matando inocentes*’, disse o morador do Guamá, André da Silva Ribeiro” (UOL, 2014a, grifo nosso).

Mais uma vez, emerge esse descompasso entre fontes oficiais, que seriam aquelas credíveis, e os residentes dos bairros periféricos, muitos deles testemunhas do que aconteceu. Trata-se de uma tendência que aponta o quanto a atuação do Estado é diversa daquilo que preconiza seu papel e prescrições presentes desde a Constituição, segundo as quais ele deveria estar comprometido principalmente com o direito à vida. Esse descrédito àquilo que é dito pela população de alguma forma está instalado nesse fazer jornalístico das mídias corporativas, ainda que possa haver algum grau de tensionamento, já que só pode ser considerada de fato uma fonte uma pessoa ou instituição que tem algum tipo de credencial que lhe habilita a falar sobre certas informações, enquanto aos demais caberia o estatuto de “personagem”, cuja experiência ou vivência serviria para ilustrar um tema abordado. No entanto, diante de uma chacina, essa divisão torna-se, antes de tudo, altamente precária, pois, mesmo acuada, as pessoas afetadas encontram uma força que vem de sua indignação e revolta para informar o que aconteceu, enquanto os órgãos de segurança buscam preservar sua imagem e distanciar-se de qualquer responsabilidade e envolvimento.

Portanto, é bastante relevante a apresentação a respeito da extensão que teve aquele massacre a partir das circunstâncias das mortes de algumas vítimas, quando, no dia 6 de novembro, tanto algumas mídias locais quanto nacionais trazem testemunhas e pessoas afetadas, que contam alguns detalhes sobre os assassinatos, dando maior perspectiva da truculência com que os grupos armados agiram, bem como ao tipo de impacto deixado pelas mortes violentas dessas pessoas no espaço de sua cotidianidade.

"Depois da morte do PM, começou a circular na Terra Firme a informação que era para as pessoas se recolherem, que haveria uma matança. Ainda assim ele saiu de casa, dizendo que ia comprar um churrasquinho. *Na rua ele foi atingido por disparos de um motoqueiro encapuzado, tentou fugir pulando um muro mas foi acertado com cinco tiros. Depois disso parou um carro preto, e disse que não era pra ninguém socorrer ele*", afirma um parente da vítima [Declaração de familiar não identificado sobre o assassinato de Arlesonvaldo Carvalho] (G1 Pará, 2014d, grifo nosso).

"Queremos esclarecer que, ao contrário do que está sendo dito, meu sobrinho não era bandido. Ele trabalhava, ajudava a mãe dele e estudava, tanto que todas as professoras dele vieram aqui conosco nos dar apoio. E é o único apoio que temos, ninguém das autoridades veio nos dar uma satisfação, nada, nós não queremos que, como ele, a morte das outras pessoas fique impune", disse Walter Rego, tio-avô do adolescente. [Declaração de Walter Rego sobre o assassinato de Eduardo Chaves] (G1 Pará, 2014e).

"Dez para meia-noite de terça recebemos a notícia da morte dele. *Me espantei com os disparos balísticos. Foram pra mais de 30 tiros. Os meliantes que fizeram isso passaram de moto, eram duas motos*", disse Fonseca em entrevista à TV Liberal, logo após fazer o reconhecimento do corpo do rapaz no IML (Instituto Médico Legal) de Belém. Viana foi assassinado no bairro Sideral. [Declaração de Walmir Fonseca, padrasto da vítima, sobre o assassinato de Alex Viana] (UOL, 2014b, grifo nosso).

"A gente foi à casa da avó dele, e fomos abordados por gente encapuzada. Mandaram eu soltar a mão dele e ir embora. *Eu comecei a agarrar ele, segurar, mas me puxaram pelo braço. Foi na hora que aconteceu, que mataram ele*", disse a jovem, bastante emocionada em entrevista à TV Liberal [Declaração de Leonice Viana, namorada da vítima, sobre o assassinato de Eduardo Chaves] (UOL, 2014b, grifo nosso).

Esses testemunhos apresentam o que mais tarde vai ser conhecido amplamente como o roteiro de ação dos grupos de extermínio no contexto paraense, que invariavelmente vai contar com a ação de homens encapuzados, que chegam abruptamente a diferentes pontos da periferia, em veículos como motos ou carros, geralmente portando armamento pesado, para atirar contra quem ali estiver, diretamente ou a esmo, algo que veio a ser parte dos relatos dessa e de chacinas que ocorreriam nos anos posteriores, como na Chacina da RMB, em janeiro de 2017, e na Chacina do Guamá, em maio de 2019. Até mesmo os automóveis, sobretudo quando se fala de carros pretos, carros de cor prata, passam a ser incorporados à mítica da violência em Belém, representando a possibilidade de as milícias estarem rondando uma certa região da cidade em busca de vítimas ou de alvos de justificação, passando a significar um medo para a população desses territórios, que se vê à mercê da ação desses grupos, sem que possa haver um recurso a quem lhes proteja, já que as polícias, conhecidas por seu corporativismo e por sua brutalidade

direcionada a essas populações, estão muitas vezes diretamente relacionadas às milícias ali, como fica comprovado mais tarde.

Por fim, voltando um pouco ao início, cabe abordar a circulação de supostas imagens dos ataques que estariam circulando nas mídias sociais, como WhatsApp, Twitter e Facebook, que tiveram caráter bastante difuso, havendo inclusive o compartilhamento de fotografias de vítimas do incêndio da boate Kiss, em Santa Maria-RS, como se fossem de vítimas da chacina. Diversos áudios também foram compartilhados no WhatsApp naquela noite, em que constavam os supostos envolvidos nas ações, que ora instruíam as pessoas a permanecerem em suas casas para evitar que fossem “confundidas” com bandidos, ora informavam que invadiriam escolas, universidades, realizariam arrastões, e que matariam mais pessoas. A extensão de veracidade desse conteúdo era questionável, mas ainda assim contribuiu fortemente para um clima de “cidade sitiada”, como se costumava afirmar à época.

Em meio às diferentes informações difundidas, é interessante apresentarmos alguns vídeos que foram compartilhados por meio do WhatsApp, até serem republicados no YouTube, no dia 5 de novembro de 2014, plataforma onde é possível encontrá-los ainda hoje. Nos deteremos um pouco sobre eles porque, se verdadeiros, constituem algumas das poucas evidências imagéticas da chacina a que ainda temos acesso e que foram registradas durante sua ocorrência. É possível dizer que muitas das imagens dos corpos mortos resultantes da chacina foram publicadas nos cadernos policiais dos jornais impressos locais, mas devido à impossibilidade de acesso a esses dados, os vídeos abaixo nos ajudam a compreender um pouco da dimensão das perdas materiais, do medo e do terror da chacina, como expresso até aqui e capturado em algumas dessas imagens. Daí a importância de as percorrermos antes de passarmos aos demais relatos midiáticos do próximo fluxo.

Figura 4 - Vídeo "Chacina em Belém" no YouTube, 5. nov. 2014



Fonte: YouTube (Chacina..., 2014a).

No primeiro vídeo (Figura 4), vemos uma rua que pode ser de qualquer um dos bairros que foram palco da chacina, Guamá, Terra Firme, Jurunas, Marco, Sideral ou Tapanã. A princípio, ouvimos um conjunto de vozes de pessoas que falam ao mesmo tempo, com um tom de urgência, ainda que não seja possível entender muito do que é dito ali, apenas um “Bora! Bora! Para um táxi”; enquanto elas sobem a rua, em direção a sua saída, carregam um homem jovem que possivelmente foi atingido por disparos, o qual ainda se move, mas provavelmente não poderia andar. O vídeo é bem breve, tendo apenas 53 segundos; pela data de publicação e pelo título dado, é perfeitamente plausível que este seja um dos registros da chacina, sobre o qual não é possível dizer muito, já que não sabemos quem é aquele jovem nem onde a imagem foi gravada. Por outro lado, mostra o quanto esse cenário de violência afeta a todos ali, já que é possível ver nas imagens pessoas adultas, adolescentes e crianças, que marcham em busca de socorro para aquela vítima que está sendo carregada.

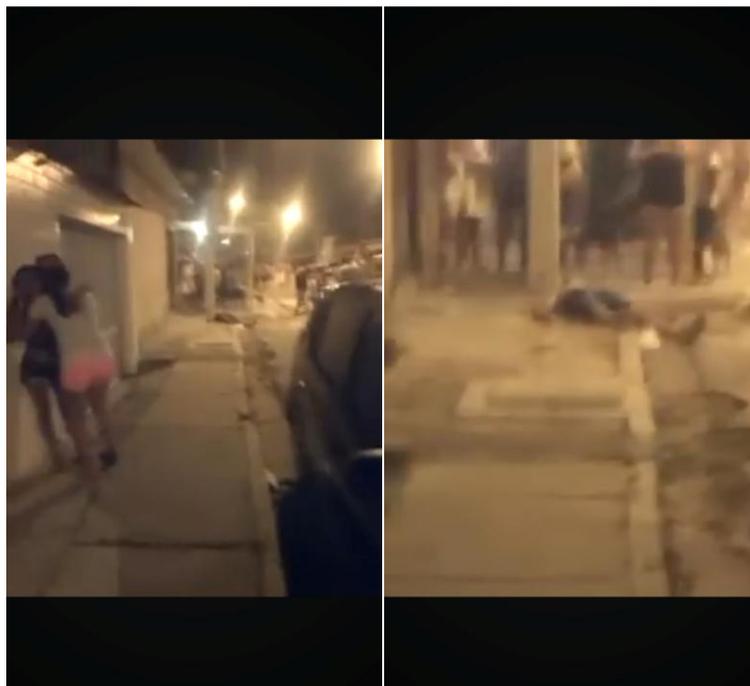
Figura 5 - Vídeo *Tiro Belém caraio pdu* publicado no YouTube, 5. nov. 2014



Fonte: YouTube (Tiro..., 2014).

No segundo (Figura 5), uma jovem filma, de dentro de sua casa ou apartamento, dois policiais militares enquanto abordam um homem em uma motocicleta. Imediatamente há um tiro, que faz com que a jovem grite, enquanto um homem que está com ela diz “Para de gritar, Manuele. Se for, nem olha”, provavelmente se referindo a uma possível execução que estaria acontecendo ali, já que diz “Matou o vagabundo! É sal nele!”. É possível ouvir a respiração da jovem, ofegante e amedrontada, enquanto ela diz “É assalto com refém”. Além dos segundos iniciais da imagem dos policiais na rua, não é possível visualizar mais nada, pois a jovem volta para dentro de casa. A menção ao assalto pode indicar que ou não se tratava de uma ocorrência relacionada à chacina, podendo mesmo ter sido gravada em outra ocasião, ou de que as pessoas que assistiam àquela cena não tinham noção do que de fato se tratava, até porque a chacina estava em andamento em diferentes pontos da capital.

Figura 6 - Vídeo *Chacina em Belém* publicado no YouTube, 5. nov. 2014



Fonte: YouTube (Chacina..., 2014b).

O último vídeo que trazemos aqui é o mais curto, tendo apenas 8 segundos, apresentando aquilo de mais pungente que pode haver diante de um massacre. Se até aqui o trabalho de produção de relatos pouco deu importância ao impacto da perda e ao luto vividos por familiares e demais pessoas afetadas, aqui tanto vemos quanto ouvimos quais são os rastros deixados pelo extermínio nesses espaços da cidade supostamente insegura – *insegura para quem?*, resta a pergunta. Aqui vemos duas jovens abraçadas, uma se movimentando de modo inquieto e chorando em voz alta, enquanto a outra tenta contê-la e consolá-la, também lamentando em voz alta. Ao fundo, há o que aparenta ser o cadáver de um jovem no chão, ao lado de um poste, com parte de seu corpo sobre uma calçada e os pés tocando o asfalto. Pessoas se aproximam, e podemos ouvir a jovem que chora dizer: “Meu amigo! Quero meu amigo!”. A dor corporificada, a imagem de um cadáver, evidências empíricas desse mundo da morte que se instala ali e oferece aos cidadãos a iminência de tornar-se despojos no chão de uma via pública.

Essas imagens, que se somam ao relatos midiáticos aqui analisados, nos dão a ver aquilo que Ferreira da Silva (2014) identifica como uma atuação estatal que não se distingue de ações de violação da lei e que, em última instância, manifestam um papel estatal de subjugação racial, em cujo âmbito se inclui a morte, algo que se dá quando operações buscam “reconquistar” territórios dominados por grupos criminosos, mas igualmente quando temos a ação de grupos de extermínio nas favelas e periferias. Como resultado disso, vemos os corpos caídos no chão,

os cadáveres de jovens sendo empilhados diante dos olhos de seus pares, seus vizinhos, familiares, por sua escolha enquanto inimigos movida pela racialização que tem como consequência o exercício violento da afirmação de um pretense combate. Desse modo, tanto “os corpos mortos dos adolescentes negros e pardos não contam como baixas de guerras humanas”, quanto “nesse território *sujeitado*, o Estado atua na (in)diferença; pois os moradores das favelas são ninguém” (Ferreira da Silva, 2014, p. 105, grifo da autora).

5.1.2 A reação político-institucional

Do ponto de vista de mais um fluxo que podemos projetar para a chacina, esse é bastante relevante e revelador do que como o poder público age em face do massacre, bem como de tendências mais amplas que, por sua vez, afetam a maneira como a sociedade pode vir a lidar com eles. O empenho político-institucional em deslegitimar a inscrição daquelas mortes sob o caráter de chacina mostra-se persistente aqui, originado neste caso a partir dos representantes da Segurança Pública e do governo do estado, que vinham sendo mobilizados desde as horas iniciais para prestar algum esclarecimento sobre o que se passou. Também vai ficar evidente aqui o distanciamento de leitura relacionada à racialização vinda desses agentes políticos, o que de certa maneira vai se alinhando àquelas leituras já propostas pela mídia, o que em grande medida também aponta para uma espécie de retroalimentação entre a ação das mídias locais e do Estado para relatar a violência contra os cidadãos.

Na manhã seguinte à madrugada do dia 5 de novembro, enquanto a indefinição, a difusão de informações, a proliferação de imagens e áudios eram a marca daquilo que se processava ali, o secretário de Segurança Pública do Pará à época, Luiz Fernandes Rocha, vinha a público para declarar, durante coletiva de imprensa, que não teria acontecido qualquer confronto entre policiais e “bandidos” (Diário Online, 2014c), que a preocupação generalizada e reação da população eram infundadas e se deviam a boatos da internet, ao mesmo tempo em que confirmava a morte de 9 civis e do policial. Essa reafirmação de que não haveria razão para as pessoas terem medo de sair de suas casas e ir a locais públicos se devia à atitude que se espalhou pela cidade, com o fechamento de estabelecimentos diversos e instituições de ensino, e com a permanência de pessoas em suas residências. Certamente, essa perspectiva não era unânime mesmo ali naquela “cúpula” da Segurança Pública, de modo que chama a atenção a declaração do promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), presente na coletiva:

MEDO

O promotor de Justiça Armando Brasil não concorda com a opinião do secretário Luis Fernandes e destacou o medo da população na capital paraense. *“Temos que tratar toda esta situação com bastante cuidado, não sabemos o que pode ocorrer e não podemos descartar a hipótese de policiais estarem envolvidos nos crimes. Até mesmo postagens com possíveis ameaças e retaliações de criminosos não podem ser ignorados”*, disse.

Armando Brasil lembrou que o cabo Figueiredo era combatente e temido pelos criminosos. Em 2007, foi considerado suspeito de executar uma pessoa e respondia a inquérito na Polícia Civil (Diário Online, 2014c, grifo nosso),

Aqui emerge um dado relevante e que mais tarde vai ser retomado com bastante ênfase durante a CPI, o fato de o Cabo Pet estar sob investigação de homicídio, o que de modo algum é incongruente quando se trata da conduta de um policial que está envolvido com milícias. Por outro lado, a versão oficial continua a ser essa, segundo a qual se trataria de mortes ou sem conexão entre si ou sem a ligação com policiais militares. Em vez disso, explica-se que houve sim um “reforço” na segurança, com a colocação de mais policiais nas ruas após a eclosão dos boatos espalhados naquela noite (Portal R7, 2014; O Dia, 2014; Correio do Brasil, 2014). Ainda assim, o próprio secretário dá conta de que as mortes tiveram de fato característica de execução em bairros periféricos, como Jurunas, Terra Firme, Sideral, Marco e Tapanã. Sobre isso, as mídias informavam que “investigações revelam que os criminosos chegaram de moto e com capacete na execução da maioria das pessoas. A Corregedoria da PM disse que não descarta e nem confirma a participação de policiais no caso” (O Dia, 2014). Dentre as informações sobre aquele momento, consta também que não havia ainda suspeitos e ninguém tinha sido preso (UOL, 2014c).

Aí nós temos já um vislumbre do que são as posições das instituições oficiais e de sua retórica conservadora, a qual encontra eco na mídia. Do ponto de vista daquilo que faz problema ou dos tipos de problemas públicos que são enredados pelo estado/Estado, a tentativa de dizer que não houve nada, de tratar a chacina como uma suposição, de focar nas informações falsas, indica que, mesmo diante do massacre consumado, os representantes estatais engajam-se muito mais na responsabilização da sociedade por uma espécie de histeria, que teria levado ao cenário de medo generalizado na cidade. Com o desdobrar do acontecimento, essa postura vai inevitavelmente ser tensionada, enquanto os sentidos de problema público vão se transformando, mas permanecendo essa dupla insistência na tentativa de desimplicar a polícia da autoria da chacina e de sequer chegar a admitir o atravessamento de caráter racial do chacinamento.

Sobre a primeira ordem de problema, ela tem lastro em uma produção institucional da violência por parte do Estado, que, como expressamos antes, é tributária de uma continuidade

de práticas surgidas na ditadura militar no país, como a tortura e as diversas formas de materializar a morte e o terror (Ferreira da Silva, 2014; Flauzina, 2017). Há ainda a dimensão de uma estratégia de autopreservação, prevista nos processos mesmos de administração política e judicial, que consiste em não admitir a participação de seus agentes nesses exemplos de relações conflituosas com a sociedade – mais uma vez, diversas do papel estatal –, para que não haja sua deslegitimação e eles possam continuar atuando da mesma forma ou, no caso da polícia, recrudescer sua militarização. Já a segunda tem sua origem em uma negação profunda do valor das vidas das vítimas, que condensa a exclusão de pessoas negras como parte da sociedade, como não habilitadas a disfrutar da cidadania, o que toma forma de modo mais claro pela inexistência de menções oficiais a aspectos raciais, movida, por sua vez, pela racialização que no Pará se dá pela via da morenidade, levando a uma assunção implícita do tipo “não se pode falar em racismo, pois são morenos, não negros” ou “não são apenas negros que morrem na periferia”. Trata-se de tendências que não se desfazem ao longo desse acontecimento violento, ao mesmo tempo em que são postas em evidência por agentes outros que não estes setores do Estado e as mídias corporativas, especialmente nos demais fluxos que apresentaremos a seguir.

No dia seguinte, 6 de novembro, o governo dobra a aposta para desvincular a ocorrência da chacina da ação de policiais e outros agentes do Estado, declarando às mídias locais o posicionamento oficial: “A Secretaria de Segurança Pública informou que as informações que circulam nas redes sociais não são verdadeiras, e que só as informações oficiais divulgadas pelo governo devem ser levadas em consideração” (G1 Pará, 2014d). O mesmo pode ser visto em outras declarações do secretário:

"O que aconteceu não foi um crime comum, foi uma afronta ao Estado democrático de direito", disse o secretário. [...]

A secretaria informou que um grupo formado por oito delegados – incluindo policiais da Divisão de Homicídios, investigadores e escrivães – é responsável pela investigação dos dez assassinatos ocorridos em Belém.

O caso também está sendo acompanhado pela Corregedoria da PM. Segundo o coronel Vicente Braga, "até agora não há nenhum dado concreto da participação de PMs nos assassinatos" (UOL, 2014b).

Com isso, há a proposição de um antagonismo entre a Segurança Pública e os criminosos, tratados como grupo não identificado de assassinos, resultando nessa leitura de um problema criminal antes de qualquer outro tipo. Ainda na esteira desse posicionamento advindo da polícia, voltamos ao sargento Rossicley – o mesmo que convocou à chacina no seu perfil on-line –, que durante a coletiva forneceu explicações sobre as possíveis causas daqueles homicídios, tendo declarado que “a série de mortes teria ocorrido por confronto entre facções

rivais dos bairros da Terra Firme e do Guamá. [...] Rossicley argumentou que seis pessoas foram mortas por um mesmo grupo, de *uma única facção, sem a participação de policiais*” (As Falas da Pólis, 2014, grifo nosso). Naquele mesmo dia, foi dito que as mortes tinham características de execução, o que estranhamente se alinha com informação de que não houve confronto com policiais naquela noite, mas também não sustentaria a ideia de que grupos rivais estivessem, eles sim, envolvidos em um confronto, o que aponta novamente para um certo desencontro entre o que vinha sendo informado pelos representantes institucionais ali presentes. Com isso, vemos as brechas nessas iniciativas provisórias de situar o chacinamento, que permanecem algo cambiantes e dissonantes ao longo dessa etapa inaugural, sem que possamos ignorar como os agentes do Estado buscam eximir-se de qualquer possibilidade de ligação com o massacre, sendo essa a característica mais marcante dessa reação político-institucional.

Por isso mesmo, diante dessas declarações oficiais, vemos de modo muito claro a tentativa de conter as descrições possíveis para a chacina, inclusive não nomeando o massacre como tal. Como vimos anteriormente, os processos de nomeação e descrição são partes fundantes da formação de qualquer acontecimento. Então, quando há agentes engajados em evitar o uso de certos termos, estamos assistindo justamente a um esforço de fechamento de sentidos, para que não transbordem para além daquilo que lhes interessa, um esforço de controle para as possíveis problematizações que podem ser feitas, apontando para uma proposta de interpretação que vai contra o reconhecimento da barbárie e do genocídio, tentando mesmo reinscrever esse chacinamento no campo da violência difusa, uma vez que este já é comumente acessado na cotidianidade e se torna altamente inteligível para as mídias e os públicos.

Isso não se dá sem tensões, evidentemente, já que os agentes do governo do estado não são os únicos a agir dentro da esfera político-institucional, mas, como instituição de referência nesse âmbito da segurança – no Brasil, os estados são responsáveis pelas atividades de policiamento, algo estabelecido já na Constituição de 1988 (Brasil, 1988) –, estes têm papel bastante relevante para considerar o papel desempenhado pelo Estado na execução e materialização da política dessa área, que, também como já vimos, pelo pretexto de guerra às drogas e do risco, continua a levar a cabo essas investidas contra seus cidadãos, transformando-os em vítimas iminentes ou em potencial. Reproduz-se então, nessas reações iniciais, um expediente roteirizado e ensaiado a partir do qual prevalece aquela retórica conservadora de combate ao crime, que na verdade oculta um sem-fim de problemáticas subjacentes ao emprego da violência estatal, de caráter racialmente orientado.

Essa subseção acaba sendo mais breve por não haver uma grande variedade na forma como essa aparição desses agentes na cena pública ocorre. Evidentemente, por se tratar da

instância oficial, voltaremos ainda a resoluções e resultados que forem informados por elas. Porém, desde já fica explícito o quanto a desorientação inicial que marcou esse acontecimento-chacina não se processou apenas entre a população em geral, pois também atingiu órgãos como a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar, que se viram convocadas a agir por meio de medidas específicas e da comunicação às mídias e ao público. Em razão de todo o histórico de violência e ação das polícias que vimos acompanhando até aqui, não é possível ignorar as maneiras como esse chacinamento racializado vai ser circunscrito. Porém, é justamente por conta dessa leitura limitada que todo um outro rol de propostas emerge, tal qual apontamos a seguir.

5.1.3 A reivindicação da chacina

Aqui ocorre um acirramento da disputa em torno da chacina, pois vemos o quanto a elaboração pública para o que se passou extrapola os enquadramentos fornecidos pelo Estado e pelas mídias corporativas. A própria ideia de uma reivindicação para a chacina tem a ver com a nomeação clara para aquele evento violento, que não é arbitrária, se não informada pelo contexto de ocorrências similares, pelo passado desse acontecimento quer em Belém, quer em outros territórios do Brasil. Se antes víamos uma certa concentração de informação em alguns agentes específicos, quando passamos ao exame de onde se expressa essa reivindicação, as origens são as mais diversas, mas tendo em comum a contestação daquilo que tem um cariz oficial ou policialesco, que oferece interpretações pouco complexas, sem tensões, para dar conta do que aconteceu e também para justificar a violência do chacinamento.

Tomemos, por exemplo, a declaração de Francisco Batista, morador do bairro da Terra Firme, engajado em projetos culturais na região para combater a violência e a estigmatização das periferias, os quais são concebidos de maneira não imposta por entes externos, mas feitos pelos próprios moradores e pela juventude que ali reside. Em 2014, ele era coordenador da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica que atuava ali em seu bairro, tendo dito ao blog As Falas da Pólis, do jornalista Dióneges Brandão, o seguinte:

“Nenhum dos mortos tinha ligação com o assassinato do policial. Pode ser que até tivessem ligação com outros crimes, mas não com esse. Deram cinco tiros em um doente mental que ficou assustado com o barulho e correu. Covardia! Quem matou o cabo ainda não foi encontrado, mas disseram que vão abrir investigação” [...].

“O policial morto era conhecido pela atuação dele como miliciano, justiceiro nos bairros pobres de Belém. Depois da morte dele deu pra ouvir muitos fogos de artifício. Todo mundo ficou feliz com a notícia, pra você ter uma ideia de

como ele agia na região” conta Francisco (As Falas da Pólis, 2014, grifo do autor).

Como hoje se sabe, essa hipótese de ação de milícias foi confirmada depois de investigações, sobretudo, da CPI das Milícias, com o envolvimento do Cabo Pet e o fato de que ele era líder da Milícia do Guamá também sendo confirmados. O interessante aqui é perceber a descrição muito precisa daquilo que era a realidade do bairro e de como a vivência desses moradores fornecia um conjunto de evidências que estava ausente entre as causas que eram informadas ao público pelos agentes políticos e midiáticos até então, fosse por serem de fato ignoradas, fosse por se querer evitar identificar o Estado como origem de toda aquela violência.

Brandão apresenta ainda as reações oficiais, como a coletiva realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA), em que foi levantada a hipótese de represália pela morte do policial. Durante esse evento, o mesmo Sargento Rossicley Silva, que mencionamos na seção anterior, teria declarado que “a série de mortes teria ocorrido por confronto entre facções rivais dos bairros da Terra Firme e do Guamá” (As Falas da Pólis, 2014). Em relação a isso, Brandão indica que as características de execução faziam com que essa versão oficial fosse refutada pelos demais presentes. Na própria publicação, o jornalista justapõe a declaração e a negativa do sargento à captura de tela do post feito por ele no Facebook, já mostrada antes, que seria a convocação para policiais irem às ruas para vingar a morte do “irmãozinho Pet”, o cabo Figueiredo. Trata ainda da coletiva no Comando Geral da Polícia Militar, durante a qual o Secretário de Segurança afirmou não ter sido registrado qualquer confronto entre policiais e “bandidos”, nem mesmo no momento do assassinato do cabo Figueiredo, que estava fora de serviço, reiterando que a população não teria com o que se preocupar.

Percebemos então o quanto o ponto de partida para o tensionamento que começa a tomar contornos a partir dessa negação institucional sobre a associação entre polícias e milícias, o que vai levar jornalistas independentes, movimentos sociais, partidos políticos, ONGs etc. a se manifestarem publicamente contra essas declarações que buscam apaziguar todo esse contexto de brutalidade policial e negação do racismo presente das chacinas. É disso que estamos falando quando dizemos haver uma reivindicação da chacina, pois a disputa para a nomeação do acontecimento violento tem lugar de modo a mobilizar o máximo de elementos capazes de tirar esse massacre de uma leitura de tipicidade, como se vinha apresentando então. São formas de apontar e questionar o terror de Estado de modo mais amplo e como se abate sobre pessoas negras de maneira específica.

Voltando ao relato do blog, no rol de outros agentes políticos, cabe enfatizar a OAB-PA e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Na ocasião de coletiva realizada pela Ordem, foi feito um pedido de investigação e apuração rigorosa da OAB-PA à Secretaria de Segurança Pública, o qual teria sido encaminhado para a Presidência da República, para o Ministério da Justiça e para o Conselho Federal da OAB. Já a representante da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), na figura de Ana Cláudia Lins, oferece uma declaração que reforça a hipótese de resposta de policiais à morte do cabo, muito em razão das características dos assassinatos.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB), promoveu uma coletiva para tratar das execuções e contou com a presença de Ana Cláudia Lins, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), que destacou que não está descartada a hipótese de represália de policiais por causa da morte do cabo Antonio Figueiredo, da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) (As Falas da Pólis, 2014).

A advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Ana Cláudia Lins, afirmou que a entidade está acompanhando o caso e não descarta a hipótese de retaliação policiais à morte de Figueiredo. *“Todas mortes têm características de execução. Os crimes ocorreram com pessoas que estavam nas ruas na noite e madrugada de hoje. Ou foram mortas a tiros na cabeça ou no peito, sem qualquer pista dos assassinos, que estavam em motos”*, disse Lins (UOL, 2014c, grifo nosso).

No texto de Brandão, o termo chacina é sobretudo acionado como uma classificação dada pela Anistia Internacional em nota publicada naquele dia, reproduzindo trechos: “O texto da instituição afirma que ‘a chacina foi cometida supostamente por policiais militares como vingança pela morte de um cabo membro da ROTAM’, se referindo a morte do cabo Antônio Figueiredo, e que ‘há indícios de que a ação foi convocada por meio de redes sociais’” (As Falas da Pólis, 2014). Com isso, torna-se evidente então o escopo das contestações que se põem em andamento a partir de uma maior clareza em relação ao que aconteceu e da necessidade de enfrentar aquela ocorrência como um ato de chacinamento e não como conjunto de crimes incidentais sem relação entre si. Abaixo constam as notas da Anistia Internacional e da SDDH a respeito da chacina:

Figura 7 - Notas da Anistia Internacional e da SDDH sobre a chacina de Belém



Fonte: Anistia Internacional (2014) e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (2014).

É interessante nos determos sobre essas notas, pois vão na contramão dos relatos oficiais até então apresentados. Primeiramente, na nota da Anistia, os mesmos bairros periféricos voltam a ser mencionados, sendo estes Terra Firme, Marco, Guamá, Jurunas e Sideral, com a autoria da chacina atribuída a policiais militares que agiram após a morte do cabo da ROTAM, havendo menção ao uso das redes sociais para convocar a ação. Agora, um detalhe que chama a atenção está em como a Anistia dá ênfase ao que disseram os moradores desses bairros. Consta na nota que viaturas oficiais da PM teriam interditado o bairro da Terra Firme, impedindo o trânsito dos moradores, enquanto homens encapuzados e armados invadiam casas e assassinavam pessoas, sendo apontado que o número de vítimas poderia ser maior do que o governo estimava no dia 5, motivo pelo qual o órgão pedia uma investigação independente da chacina e a garantia de proteção aos moradores dos bairros afetados.

Na nota da SDDH, apresenta-se uma articulação entre órgãos da sociedade civil, como o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) e a OAB-PA, dando-se importância ao papel de moradores e lideranças comunitárias como fontes capazes de informar sobre o que ali aconteceu. O órgão chama o que aconteceu de série de assassinatos, de massacre e de chacina, em face do qual a SDDH (2014) manifesta “extrema preocupação diante de tais declarações e dos abusos cometidos no afã de se fazer justiça com as próprias mãos”. Aponta também como “após esse ‘toque de recolher’ no decorrer da madrugada, em tempo real, diversas gravações de áudios, vídeos e fotos mostravam um verdadeiro massacre. As comunidades afetadas não conseguiram dormir e a população foi desperta com uma onda de pânico” (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, 2014). É digno de nota o posicionamento da instituição, segundo o qual as ações de grupos de extermínio e milícias no Pará já vinham sendo denunciadas, ao passo que

a sociedade civil, segundo a SDDH, vinha sendo excluída dos debates sobre políticas públicas de segurança, o que gerava um vácuo no questionamento de práticas repressivas, que só potencializava a vitimação da juventude negra das periferias. A nota então finaliza:

Manifestamos também nossa total *solidariedade aos familiares do policial militar e dos familiares das demais vítimas* e que tragédias como estas sirvam de lição a todos que ainda insistem em atuar como "Poder paralelo" de que tais práticas serão devidamente punidas e que através de forte mobilização e organização de todas as forças sociais atuantes na sociedade possamos superar toda essa violência que vem exterminando a juventude negra nas periferias e que criminaliza a pobreza em nosso estado e nosso país (SDDH, 2014, grifo do autor).

Vale lembrar que, não sendo uma categorização jurídica, chacina é mais uma terminologia midiática – e, por extensão, social, que faz seu caminho até as mais diversas formas de conversação e interpretação, sendo mobilizada para se falar de massacres com grandes números de mortos, geralmente a partir de três, como indica a literatura sobre o tema (Costa; Bernardo; Ramos, 2024; Dyna, 2022; Ramos; Miranda; Araújo, 2024; Silva; Santos; Ramos, 2019; Vedovello, 2015; Vedovello; Rodrigues, 2020). Por isso mesmo, por essa conformação de chacina entre os saberes sociais que dizem respeito a formas de descrever certos acontecimentos violentos, é muito importante que estejamos atentos para como o termo volta e como ele é politicamente usado, uma vez que pode levar a traçar dinâmicas de incentivo à letalidade policial, políticas ou posturas armamentistas e a negligência no combate a milícias; no caso específico da chacina de Belém, aponta o lugar dessa intencionalidade, de uma premeditação do extermínio, da articulação coletiva desses grupos, da tentativa de dissimular a ocorrência de execuções (Oliveira Neto, 2020).

Dito isso, esse posicionamento presente no relato e nas notas da Anistia Internacional e da SDDH seria uma primeira tendência em termos de contestação àquela reação político-institucional local, botando em foco a ação das polícias, as práticas de brutalidade policial e como a origem desses massacres está em organizações criminosas, nesse caso identificadas como milícias. Esse fato não pode ser ignorado, porque vai de encontro à relutância e à resistência de admissão dessa realidade a partir dos lugares institucionais, ao mesmo tempo em que aponta para a complexidade de leituras e interpretações que se tornam possíveis quando falamos do rol de agentes que podem vir à cena pública para dizer o que se passou. Como dissemos, essa é apenas uma primeira, havendo outras ainda, que expandem o campo temático de abordagem da chacina, indo desde aquelas às adjacências do debate da segurança pública mais típico até, como nos interessa aqui, aquelas que trazem para o primeiro plano o caráter de violência racial.

Vemos então alguns conjuntos de relatos que tratam da letalidade policial, abordando: i) o envolvimento do cabo morto na execução de jovens periféricos e a relação da chacina com um quadro mais amplo de guerra às drogas, que contribuiria para a perpetuação de conflitos como esses, que são justificados por noticiários como combate ou uma “guerra necessária” (Cultura Verde, 2014); ii) a chacina como uma das manifestações de repressão/violência policial similar às ocorridas em anos anteriores, como a desocupação de Pinheirinho, em São José dos Campos-SP, a violência da PM contra os manifestantes do Movimento Ocupe Estelita, em Recife-PE, a truculência das forças de pacificação contra as populações das favelas do Rio de Janeiro, e até casos emblemáticos no Pará, como o massacre de Eldorado dos Carajás, quando trabalhadores sem terra foram mortos por policiais militares sob as ordens diretas do governo do estado, muitos dos quais foram executados, com dois dos mandantes sendo presos e condenados só em 2012 (A Tal Mineira, 2014); iii) a chacina como expressão política da criminalização da pobreza, em razão de os bairros periféricos serem o alvo dessa violência letal e de quem mais sofre com ações como essa e passa a viver em pânico serem as populações das periferias, favelas, havendo, no caso da Chacina de Belém, vítimas de origem da classe trabalhadora, como Bruno Gemaque, de 20 anos, que era um cobrador de ônibus, e Jefferson Cabral Reis, de 27 anos, que trabalhava em um supermercado (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, 2014); iv) a necessidade de desmilitarização da PM, em face de uma chacina identificada como limpeza orquestrada pela PM, que transformou os bairros afetados em “verdadeiros cenários de guerra” pela ação de um “braço armado do estado que age como milícia” (Partido dos Trabalhadores, 2014).

Justamente na esteira dessas problematizações, vem então, junto com a reivindicação da chacina, a reivindicação também da violência racial e do genocídio negro, que se encontra dispersa em vários relatos de mídias alternativas. Por exemplo, na nota *Chacina na periferia de Belém espalha pânico na cidade*, publicada no portal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), a chacina é atribuída ao que o texto chama de falência da segurança pública, diretamente ligada à maneira como a população negra e periférica é tornada alvo de uma violência letal por parte das polícias, a qual é parte de uma brutalidade que é histórica em sua constituição:

O que acontece hoje é fruto da falência da segurança pública em Belém e no Pará, que persegue os pobres na periferia e pratica um verdadeiro genocídio com a juventude, principalmente negra. A violência orquestrada é tanta que faz com que o Pará seja o 4º estado que mais mata jovens negros em todo o país. Várias dessas mortes, inclusive, nem são investigadas a fundo ou sequer julgadas, pois são enquadradas nos “autos de resistência”, mecanismo criado

na Ditadura Militar para legitimar a violência da polícia. A partir da alegação da “resistência na prisão”, justifica-se o assassinato de várias pessoas. *Como uma pena de morte não institucionalizada, sem direito à defesa ou resposta* (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, 2014, grifos nossos).

Se todo o cenário de problemáticas possíveis de articular à emergência da chacina já mostra o quão limitadas vinham sendo as leituras propostas pelas mídias corporativas locais e pelo Estado, ao se passar a pensar em como os próprios mecanismos de policiamento preveem a morte entre suas disposições legais, havendo bases para o abuso desse poder, é imprescindível reconhecer o quanto isso se traduz em uma eliminação genocida ao se olhar para aqueles que de fato são as vítimas eleitas. Por isso, o genocídio resulta como categoria bastante eloquente e politicamente potente nesse esforço de trazer à tona arranjos genocidas socialmente sancionados e promovidos pelo Estado (Flauzina, 2014), chamando atenção para o quanto essa matança está relacionada com a formação social do país e o quanto é dependente da morte física e social do corpo negro (Vargas, 2018). Daí que encarar a chacina como uma das manifestações exemplares desse genocídio em andamento nos leva a montar esse panorama de reações e reelaborações do acontecimento, de modo a avaliar aquilo que o trabalho político de definição do acontecimento revela a esse respeito.

Ainda sobre o relato do PSTU, similarmente ao que já apontamos, a entidade responsabiliza as autoridades locais por essa situação de caos em razão dos poucos investimentos em políticas de segurança pública, educação, esportes e lazer destinados às regiões periféricas, fazendo com que estivessem no lugar de “cúmplice de mais esse massacre”, que faria os “trabalhadores continuarem reféns do medo e da falta de segurança” (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, 2014). A publicação é encerrada com um tom de protesto, expressando que “é preciso intensificar os debates e a luta pela desmilitarização da PM. Essa instituição, filha da ditadura militar, já deu provas de que não serve aos trabalhadores e à população pobre da periferia” (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, 2014). Ao apresentar a demanda pela investigação e punição dos perpetradores dos crimes, argumenta que a morte do cabo não poderia justificar o massacre cometido pela polícia na periferia da cidade, sendo crucial não ignorar o fato de a chacina ter acontecido justamente no mês da Consciência Negra, apontando a necessidade de a população, sobretudo, a negra, resistir a quaisquer formas de intimidação vinda desses agentes implicados em crimes violentos.

Um tom parecido se repete em *Polícia anuncia e cumpre chacina em Belém do Pará*, publicado no site da Fração Trotskista Quarta Internacional, uma organização social de defesa do socialismo, que contém um relato da chacina e seu eco nas redes sociais digitais, indicando que “Represálias anunciadas pela polícia e milicianos aterrorizaram moradores dos bairros da

região metropolitana de Belém do Pará” (Fração Trotskista Quarta Internacional, 2014), apontando a matança como ação conjunta entre as polícias e grupos armados, e como resposta à morte do cabo da ROTAM/PA. A seguir, transcreve um dos áudios já mencionado acima²⁵ e fala da convocação nos perfis policiais no Facebook, provavelmente em referência à postagem de Rossicley e da ROTAM. Cita como esse uso das redes sociais tanto por policiais, para incitar o massacre, quanto pela população, para denunciar “o terror e as execuções”, fez com que tivesse expressão uma represália que é recorrente “nas regiões pobres e segregadas das capitais brasileiras” (Fração Trotskista Quarta Internacional, 2014). Sob o subtítulo “A marcha fúnebre contra o povo negro prossegue”, o texto prossegue afirmando que os bairros afetados pela onda de mortes “são pobres e seus moradores são na maioria negros”, apontando as interfaces entre essa ocorrência violenta e outras semelhantes que contam com o envolvimento de policiais Brasil afora:

Em momentos como esse, de guerra declarada entre crime e polícia, a principal vítima é a *juventude negra periférica* que acaba estando muito mais exposta à violência social. Essa é uma dura realidade que mata cotidianamente milhares de negros moradores de favelas e periferias. De tempos em tempos se aprofunda essa política, como nos processos de pacificação dos morros do Rio de Janeiro com as UPPs ou com a guerra entre PCC e polícia que marcou maio de 2006 em São Paulo e outras inúmeras chacinas (Fração Trotskista Quarta Internacional, 2014, grifo do autor).

Ao fim, o texto aborda o quanto a campanha eleitoral do governador naquele momento, Simão Jatene, esteve baseada na promessa de combate ao narcotráfico e de aumento do aparato policial, apontando como essa justificativa é a base de diversos outros partidos (PSDB, PT, PMDB) e fomenta ocupações militares de favelas e periferias, resultando em mais brutalidade policial e chacinas. Também com um tom de protesto, demanda que “é preciso levantar um programa que seja capaz de organizar os oprimidos ao lado dos trabalhadores para combater a violência Estatal e o genocídio” (Fração Trotskista Quarta Internacional, 2014) – e forças de repressão que seriam herança da ditadura militar –, exigindo uma investigação independente, com comissão formada pela sociedade civil, para garantir uma punição rápida dos assassinos, bem como para responsabilizar o governo do estado e a secretaria de Segurança Pública.

Relembrando sobre a importância de novembro, o texto *No mês da consciência negra, nenhuma novidade: mata-se gente preta* traz um extenso relato em primeira pessoa da jornalista

²⁵ “Senhores, sério, por favor, façam o que for preciso, mas não vão para o Guamá nem para Canudos nem para o Terra Firme hoje à noite. É uma questão de segurança dos senhores, tá? Mataram um policial nosso, e vai ter uma limpeza na área. Ninguém segura ninguém, nem o coronel das galáxias” (Fração Trotskista Quarta Internacional, 2014).

e ativista Thiane Barros, publicado no portal Pragmatismo Político. Apesar de ter sido publicado em uma mídia alternativa de caráter nacional, Thiane é paraense e apresenta algo como a perspectiva de quem estava na cidade de Belém enquanto a chacina era vivenciada pela população. Inicia seu relato falando sobre os fogos de artifício que era possível ouvir na madrugada de 5 de novembro, ressaltando que eram em comemoração à morte de um cabo da PM/PA conhecido por ser miliciano, que estava de licença, sob investigação da corporação por associação ao crime organizado. “Resultado: ‘vingança’ da polícia militar em cima da favela”, enfatiza Barros. Comenta como o dia seguinte foi marcado por confusão e pesar, com imprecisão de informações, chegando a ser contatada por uma amiga que residia na Alemanha, que soube da chacina e pedia por notícias da jornalista.

Começamos a caça por informações, por fontes confiáveis, por alguma verdade. Passei a mão no telefone e liguei pra minha melhor fonte, uma amiga que mora na quebrada da TF [Terra Firme]: “Lu, vocês estão bem? A comunidade está bem? As crianças estão bem?”. Ao que ela responde: “*Estamos vivos, sim. Mas não dormimos a noite toda. Foi horrível. Ficamos no meio do fogo cruzado. Pedi aos meus filhos que não voltassem pra casa, que dormissem por onde estivessem. Mataram um rapaz aqui na entrada da rua, ele não tava fazendo nada. Montes de homens encapuzados, carros sem placas, muita viatura também e moto. A gente sabe que eram os milicianos se vingando*” (Barros, 2014, grifo nosso).

Barros narrou que a sensação de confusão e desnorтеio tornava-se ainda maior ao olhar para o que circulava nas mídias sociais, enquanto as únicas informações oficiais eram aquelas que vinham das corporações militares, sem que fosse ouvida “nenhuma fala coletiva das favelas atingidas, nenhuma voz do lado de quem estava no centro desse filme de terror” (Barros, 2014). Fala então de uma imagem que teria evidenciado a dissonância entre a cobertura midiática e a sensação que se espalhava na cidade, representada por um repórter de um jornal televisivo que declarava que estava tudo tranquilo, enquanto trajava um colete à prova de balas e estava próximo de uma viatura da PM. Com isso, aponta o quanto o tom da mídia corporativa era sobretudo de fazer eco aos dados fornecidos pelos órgãos do governo, sem haver qualquer questionamento ou efetiva participação das populações afetadas.

O fato de se tratar de alguém que estava na cidade e acompanhou o desenrolar de diversos dos fatos aqui narrados é bastante significativo para pensar o quanto a dinâmica dos acontecimentos pode estar ligada ainda a um dentro e um fora, cujos limites, enquanto o acontecimento emerge em tempo real, é difícil de circunscrever, como indica Wagner-Pacifci (2017). Isso envolve tentativas de os indivíduos tentarem compreender o que se deu, qual sua posição diante do acontecimento – se espectador, testemunha ou personagem – e quais as

mediações que condicionam suas interações com ele. Em um caso como esse, a experiência de Barros tem um elemento concomitante de dentro/fora, pois fala sobre aquilo que viveu na noite do massacre, ao passo que, por sua perspectiva, ela se posiciona como alguém que não foi afetado diretamente, não estava exatamente nos pontos onde o massacre aconteceu. Por outro lado, é possível perguntar sobre o quanto caberiam nesse acontecimento aqueles que, em sobressalto pelos anúncios das mídias sociais, permaneceram em suas casas por conta do medo ou ainda onde caberiam aqueles que vivenciaram a chacina tornada acontecimento a partir do espaço midiático ao longo dos dias. Como vemos, há aí um potencial de implicação bastante alto e esparso, ligado a como acontecimentos são contingentes e suscitam estados de mudança os mais heterogêneos possíveis.

Barros prossegue descrevendo que:

Em um segundo momento liguei para minha família que mora no bairro do Guamá para conferir as informações de que estavam ateando fogo nos ônibus: “não é verdade, mas tem muito PM nas vielas, aqui em casa estamos de portas e janelas fechadas, já viste né, todo mundo bebe conosco, quem rouba, quem mata e os de farda, não temos como prestar contas disso, crescemos juntos”. E crescemos mesmo. Eu cursei universidade, o mano da porta esquerda bate carteira e o outro mano lá da ponte virou pastor. Favela sitiada, quarto de despejo. Imprensa lucrando audiência. Juventude com o sangue exposto na calçada. Carne barata. Estado de opressão (Barros, 2014).

Sua perspectiva dá noção do terror vivido pelos moradores da periferia, especialmente em face de informações díspares, mas também do que podiam ver e ouvir – o trânsito dos PMs, os tiros –, apontando para o quão desorientadas as pessoas estavam naquele momento. No excerto acima, Barros também oferece um vislumbre das relações de sociabilidade nesses territórios, que estão longe de ter um cariz maniqueísta, mas têm um caráter de negociação e coexistência entre os diferentes indivíduos que ali habitam. Por outro lado, aponta Barros, não deve ser ignorado o fato de a “etnia predominante entre os mortos” ser a de pessoas negras, que deveriam estar sendo homenageadas na cidade durante o mês de novembro, período em que no máximo haveria “Consciência de folhinha: calendário promocional pra fazer anúncio de jornal e imprimir cartilha educativa” (Barros, 2014). Menciona o fato de o tema da chacina ter alcançado os *trending topics* do Twitter com a hashtag #ChacinaEmBelem, e contrapõe à contabilização de 10 mortos pelo estado aquela contagem que continuaria a ser realizada na periferia, enquanto naquela noite de dia 5 o ambiente permaneceria marcado pelo silêncio e pelo medo até de sair às ruas da cidade.

Por fim, destacamos aqui entre essas reivindicações iniciais o protesto que foi anunciado no dia 7 e ocorreu no dia 11 de novembro. Na ocasião do anúncio, feito pela Federação de

Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), foi informado que o protesto contaria com a participação de diversas entidades da sociedade civil, como associações de moradores, coletivos e organizações de lutas por direitos humanos, partidos de esquerda atuantes em Belém e seus representantes, e sindicatos (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2014; Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, 2014). De acordo com um dos textos sobre o protesto, “as entidades alertam sobre um problema de todo o país: ‘a ineficiência da política de segurança adotada’, centrada no ‘aparelho repressivo e na guerra aos pobres’” (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2014). Essa problematização é enfatizada pelo fato de o protesto servir como contraponto direto às afirmações de representantes do governo do estado, que teria responsabilidade diante do envolvimento de policiais com milícias e grupos de extermínio, algo que, segundo ambas as ONGs, teria ligação com condições precárias de trabalho e baixos salários dentro da corporação.

Ainda sobre esses relatos, são apresentados dados da Ouvidoria de Segurança Pública do Pará, segundo os quais no ano anterior, 2013, teriam sido cometidos 135 homicídios por agentes de segurança (122 por PMs, 12 por policiais civis e 1 por bombeiro militar). Ocorre ainda a crítica das entidades em relação à política de segurança praticada no estado, que não deveria basear-se apenas em repressão e ações pontuais, mas na adoção de um escopo mais amplo para tais políticas de modo a atender à juventude exposta a essa vulnerabilidade nas periferias do país (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2014; Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, 2014). Em razão disso,

As organizações exigem do governador Simão Jatene (PSDB) a devida apuração desse extermínio em Belém. “Em defesa da vida, não nos calaremos!”, reforça a nota assinada por mais de 100 entidades, dentre elas a FASE, a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDH), o Conselho Regional de Psicologia, e outras. Além dos assassinatos, o documento lembra que houve “agressões físicas e violências simbólicas, como o toque de recolher imposto por policiais, que relembrou os anos de chumbo da Ditadura” (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, 2014).

Outro elemento a considerar diz respeito à pauta que foca nessa necessidade de fim do extermínio nas periferias, manifestada pela demanda de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), para investigar a ação das milícias no Pará e os responsáveis por este e outros massacres que ocorreram naqueles anos recentes. No dia do protesto, houve uma diversidade de organizações e indivíduos presentes, reunidos ali em prol daquelas vidas que foram perdidas durante o bárbaro ato de chacinamento e contra a violência que ameaça todos os dias os moradores da periferia por meio da ação de

uma polícia truculenta e criminosa. Nas imagens abaixo, podemos ver que aquela chacina foi encarada como mais um exemplo de extermínio negro nas periferias, chamando a atenção para o perfil das vítimas da violência policial na capital paraense. Além dos cartazes que pediam a instalação da CPI, chamam a atenção aqueles que de modo claro enunciam quem são essas vítimas.

Figura 8 - Protesto contra a violência das chacinas de Belém



Fonte: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (2014).

Figura 9 - Cartaz utilizado durante o protesto



Fonte: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (2014).

Figura 10 - Cartazes com foto e nomes de vítimas da violência no Pará



Fonte: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (2014).

Figura 11 - Protesto em frente ao Palácio Cabanagem, sede da Alepa



Fonte: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (2014).

Em um dos cartazes acima (Figura 9), o desenho de um busto de uma pessoa negra sobre a qual há uma mira vermelha ilustra o fato de a juventude negra estar sob constante ameaça e vigilância por parte da polícia, independentemente de circunstâncias ou contexto, indicando como o genocídio hoje se materializa com a perpétua eleição dos corpos negros como alvo da mortandade. Já na Figura 10, veem-se os cartazes das diversas entidades que vieram a público para reclamar justiça pela violência cometida pelo Estado, com um pedido direto “Pelo fim do *extermínio* da juventude negra” pela Rede Ecumênica da Juventude, e com um banner do Movimento pela Vida (Movida), que tem vários metros e compila pequenos relatos e fotografias

sobre vítimas das mais diversas violências no estado do Pará, inclusive aquelas mortas por integrantes da PM.

Por fim, algo a chamar a atenção nessa cena do protesto tem a ver com a localização em que estava ocorrendo o protesto, que se dava no bairro da Cidade Velha, próximo à sede da prefeitura e da Assembleia Legislativa. Em certo momento, a manifestação se concentrou em frente ao Palácio da Cabanagem, onde fica sediada a Alepa, realizando-se uma interessante justaposição. Primeiramente, a Cabanagem foi uma revolução popular, sobretudo, negra e indígena, que tomou o poder da Província do Pará em 1835, sendo a população brutalmente reprimida quando houve a retomada da cidade mais de um ano depois. É um dos poucos episódios na história oficial do estado a ter a população negra e indígena em seu centro, ainda que não haja uma memória tão consolidada sobre quem exatamente eram essas pessoas. De todo modo, há uma certa ironia em, naquele momento, parte da sociedade civil belense estar protestando contra a violência racializada em frente a um órgão do governo que leva o nome de uma rebelião popular conduzida justamente pela população racializada de outro momento histórico, de alguma forma, atualizando o conflito e apontando para uma irresolução quanto à integração desses indivíduos àquela sociedade, retomando a ideia de que o negro ainda hoje não é previsto na proposição da nação brasileira.

Em meio a esse fluxo, percebe-se haver o revés da ação do Estado e de certos setores midiáticos, mas principalmente do Estado, que se recusam a admitir a possibilidade de vínculos entre a chacina e sua perpetração por agentes ligados ao aparato estatal, tendência acompanhada de um clamor por justiça daqueles que se põe em cena para contestar e oferecer um descrição alternativa à hegemônica, algo que se dá à revelia de tentativas de estabilizar sentidos restritos e fechar o acontecimento em campos de compreensão que não contemplem a violência estatal e racial que se materializa em ocorrências como essa. Daí ser bastante pertinente o fato de, na reivindicação feita na esteira das muitas reações à reverberação inicial do acontecimento violento, vermos instalada a demanda pelo enfrentamento do genocídio negro, prisma pelo qual a constante reemergência de chacinas toma outra forma, apontando para uma matança sempre iminente e para o extermínio como uma possibilidade à espreita, que ronda a vida dessas populações negras e sua juventude.

5.1.4 A CPI das Milícias

Após o período inicial da emergência desse acontecimento violento, vemos que o escopo das tematizações em torno da chacina acaba variando, mas ainda havendo o tom de reação

àquilo que havia ocorrido há pouco tempo. Por exemplo, na semana seguinte ao chacinamento, vemos a repercussão de diferentes fatos relacionados àquele episódio, como a ideia de que a matança havia tido caráter único e coordenado, especialmente pelas características similares dos assassinatos, como indicado pelas testemunhas (Diário Online, 2014d); a cobertura do protesto mencionado acima, com pedido de investigação por meio da CPI (G1, 2014f); e o assassinato de uma jovem que teria ligação com o Cabo Pet, dez dias depois da chacina (G1, 2014g). Além destes, podemos ressaltar o relato do jornalista Dom Phillips²⁶ para a revista *Time*, intitulado *Militia Slayings in Brazil Shed Fresh Light on Police Brutality* (Assassinatos por milícias no Brasil lançam luz sobre a brutalidade policial), em que novamente vemos a chacina ser diretamente tematizada a partir do tópico da violência policial, com especial importância para as instituições de defesa de Direitos Humanos na apresentação do massacre como originado da ação das polícias e como resultado de um investida premeditada (Phillips, 2014). Ainda segundo o relato do jornalista:

Dez civis foram executados na última terça-feira nos subúrbios pobres de Belém, uma cidade no estado amazônico do Pará, no Brasil, em uma noite de violência que durou até as primeiras horas da manhã. O massacre, aparentemente levado a cabo por um único grupo de homens mascarados, ocorreu depois do assassinato de um policial, horas mais cedo, que era acusado de estar envolvido com uma “milícia” – no Brasil, termo para uma organização criminal que inclui oficiais na ativa e/ou reformados. [...] Um grupo de homens mascarados em motocicletas e dois carros posteriormente dirigiram pelos bairros com ruas de terra batida e marcados pela criminalidade da Terra Firme e do Guamá, entre outros, aleatoriamente matando moradores até o início da manhã. Desde então, a polícia abriu uma investigação (Phillips, 2014, tradução nossa)²⁷.

Se, a essa altura, estas já não são informações novas, sobretudo, por resumirem aquilo que já havia sido amplamente noticiado no país, é necessário ressaltar que se trata de um texto publicado em uma mídia jornalística de alcance internacional, com audiências internacionais,

²⁶ Dom Philips era um jornalista britânico que atuava como correspondente internacional na América Latina, colaborando com mídias jornalísticas como o *The Guardian*, *The New York Times*, *Financial Times*, *The Washington Post*, entre outros. Ele tinha um extenso trabalho de cobertura em área de conflito, mas também com os povos indígenas na Amazônia. Ele foi morto em 2022, durante o governo Bolsonaro, junto do indigenista Bruno Pereira, um servidor licenciado da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que atuava como consultor União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Ambos foram assassinados em Atalaia do Norte, no Amazonas, por conta de seu trabalho de proteção e defesa do direito dos indígenas da região contra a exploração de recursos naturais (Brasil, 2023b).

²⁷ “Ten civilians were gunned down last Tuesday in the impoverished suburbs of Belém, a city in the Brazilian Amazon state of Pará, in a bloody night of violence that lasted until the early hours of the morning. The massacre, apparently carried out by a single gang of masked men, followed the killing of a police officer hours earlier who was accused of being involved in a “militia” – in Brazil, the term for a criminal organization that includes former and/or serving police officers. [...] A convoy of masked men on motorbikes and in two cars later drove through the dusty, crime-ridden neighborhoods of Terra Firme and Guamá, amongst others, randomly killing residents until the early hours. Police have since opened an investigation”.

conferindo o potencial de expansão da visibilidade sobre o acontecimento. Em razão disso, o relato de Philips faz paralelos entre as taxas de homicídio do Pará e de Los Angeles à época (41.7 e 7.8 por 100 mil habitantes, respectivamente), ou ainda entre a ação das milícias no Rio de Janeiro, que naquele estado envolveria a cobrança por proteção e controle de acesso a gás e televisão a cabo em áreas pobres. De fato, a reportagem de Phillips apresenta um quadro bastante compreensivo do que se passou inicialmente, com detalhes sobre o tipo de resposta que a sociedade civil vinha dando àquela ocorrência e – podemos mencionar mais uma vez – com uma postura diversa àquela das próprias mídias jornalísticas locais.

Com isso, fazemos um salto temporal para lidar com um evento bastante singular e relevante que integra a Chacina de Belém. Trata-se da instauração da CPI das Milícias, ainda no final de 2014, que evidentemente é bastante marcante para essa chacina, mas também para todo o cenário de tematização e compreensão da violência no estado do Pará, especialmente a violência policial e a ação das milícias contra as populações das periferias urbanas. Damos ênfase a esse episódio porque, do ponto de vista acontecimental, ele permite reavaliar chacinas que são marcadas por diferentes temporalidades, isto é, abre para uma recontextualização daquelas que aconteceram no passado da cidade, enquanto deslinda a possibilidade de enquadrar para aquelas que viriam a ocorrer posteriormente, como nos anos de 2017, com a Chacina da RMB, e em 2019, com a Chacina do Guamá.

Também é por conta da CPI que vemos uma resposta de caráter político-institucional que se alinha aos debates que vêm sendo consolidados nas últimas décadas, marcadamente a partir de movimentos sociais e de defesa de direitos humanos, e aqueles imediatamente implicados no desdobrar do acontecimento-chacina, quando houve protestos e reivindicação do genocídio por setores da sociedade civil, admitindo a dimensão racializada da violência sofrida por vítimas desses assassinatos e de outros ainda que não eram parte das chacinas e não tinham o mesmo tipo de reverberação pública. Daí passarmos a ver na própria CPI a referência ao extermínio da juventude negra como ponto de entrada para a denúncia daquilo que se passou na cidade de Belém. Exatamente por isso certas características, como o perfil de vítimas a partir da raça, a ação das polícias como parte de estratégias de segregação sociorracial e de territorialização da violência, passam a constar nas discussões na cena pública e a integrar as conceptualizações que fazem parte do processo mesmo de acontecimentalização das chacinas.

Antes de passarmos diretamente ao relatório da CPI, é interessante analisarmos como os relatos midiáticos abordaram esse episódio político que faz parte do desenrolar do acontecimento-chacina. Ainda em dezembro de 2014, ocorre a proposição da Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), cuja finalidade seria

apurar a ação de grupos de extermínio no estado do Pará, conforme as denúncias e as manifestações públicas que vinham crescendo após a Chacina de Belém. É anunciado que haveria 10 parlamentares integrando a comissão, dentre os quais Edmilson Rodrigues (PSOL), Carlos Bordalo (PT), Chicão (PMDB), Fernando Coimbra (PSD) e Tetê Santos (PSDB), como membros titulares, e Airton Faleiro (PT), Nilma Lima (PMDB), Augusto Pantoja (PPS), Zé Francisco (PMN) e Hilton Aguiar (SDD), como suplentes. Destes nomes, os deputados estaduais Edmilson Rodrigues, autor da proposta, e Carlos Bordalo e Augusto Pantoja – ambos membros da Comissão de Direitos Humanos da Alepa – foram aqueles que atuaram de maneira mais vocal em defesa da realização da investigação e no resgate do tema em entrevistas à imprensa, durante e após a CPI (G1 Pará, 2014h; Diário Online, 2014e).

É interessante perceber que, na ocasião do anúncio da comissão, a porta que dava acesso à galeria de visitantes havia sido fechada com correntes e cadeados, com “a segurança [que] também foi reforçada no prédio pelos policiais militares do efetivo lotado na Alepa” (G1 Pará, 2014h), pois se tinha “o receio que os militantes de movimentos sociais voltassem à Assembleia para pressionar pela instalação da CPI” (G1 Pará, 2014h) – algo no mínimo irônico, já que se tratava de uma demanda da sociedade civil contra a repressão e violência policiais, com sua participação interdita naquele momento por membros da polícia.

A CPI começou sua agenda de trabalhos em 18 de dezembro de 2014, ainda na terceira semana daquele mês, continuando-a durante o mês de janeiro de 2015, quando também seria divulgado o resultado das investigações. No início de janeiro, as mídias corporativas locais noticiavam que a iniciativa já tinha recolhido diversos depoimentos de familiares e dos representantes da Segurança Pública, como o então secretário, a ouvidora do sistema de Segurança Pública e a diretora da Delegacia Geral (Diário Online, 2015a; G1 Pará, 2015a). É importante ressaltar como, até mesmo nesse momento, as vítimas e aquelas pessoas que perderam seus familiares permanecem ausentes, sendo mencionadas quase como se fossem parte de uma nota de rodapé, havendo, por outro lado, a prevalência de uma urgência de esclarecimento sobre os crimes e seus perpetradores. Nesse momento também, Edmilson Rodrigues assume um certo protagonismo nos relatos por conta das razões pelas quais justifica a ação da CPI e pelo modo como condena a brutalidade do chacinamento. Vejamos as declarações que deu naquele momento:

"Temos a clara convicção de que o Cabo Pet comandava um grupo de extermínio, que agia como justiceiro e cobrava taxas diferenciadas de famílias e empresários, oferecia serviços de segurança privada, quase como uma imposição, pois quem se recusasse teria a casa invadida ou assaltada".
Essa é a opinião do deputado Edmilson Rodrigues (PSOL), autor e membro

da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a existência de grupos de extermínio no Pará (Diário Online, 2015a, grifo nosso).

De acordo com Edmilson, é possível afirmar que grupos de extermínio atuam no Pará. "Uma coisa é certa: há grupos de extermínio e de milícias. É possível afirmar, com base nos depoimentos colhidos, sem medo de errar, que não há crimes isolados - como o de Icoaraci, onde o autor está preso, condenado a 100 anos de prisão - mas faz parte de uma ação coletiva, sistemática e complexa, que envolve pagamento de empresários por serviços de extermínio, proteção dos negócios e outros e a relação criminosa com grupos de tráfico de armas e de drogas", declarou o deputado estadual (G1 Pará, 2015a, grifo nosso).

Permeia suas declarações a enfática caracterização daquelas mortes como um chacinamento articulado e dos algozes como parte de grupos milicianos, cuja atividade envolve todos esses aspectos já apresentados, como o justicamento, a pistolagem, o fornecimento de segurança privada condicionada a pagamentos, bem como ligações com esquemas de narcotráfico. É pertinente aí a menção à chacina de Icoaraci, em 2011 – quando seis adolescentes de 12 a 17 anos foram executados por dois homens em uma motocicleta –, pois se dava a entender que essa também foi cometida por grupos milicianos, como se constatou depois. Na época, não era de conhecimento público a extensão das atividades desses grupos criminosos, mas a própria CPI mais tarde permite divisar o espalhamento dessas ações na RMB no estado do Pará. De modo a não perder de vista o que esses grupos representam, cabe lembrar o quanto o uso de força e violência por esses agentes faz parte de um controle social e de gestão militarizada dos espaços periféricos, transitando por esses lugares de justiceiros, provedores de segurança e até mesmo, em alguns casos, como “heróis” por eliminarem “bandidos” (Couto, 2018; Ramos; Miranda; Araújo, 2024).

Ainda no mês de janeiro, houve avanços relevantes na investigação da CPI, sendo noticiado o fato de os parlamentares terem obtido acesso a escutas telefônicas de membros de grupos milicianos que negociavam mortes por valores entre R\$ 200 e R\$ 15 mil reais (G1 Pará, 2015b). Além disso, o relator da CPI, Carlos Bordalo, veio a público para comentar o caso, que começava a tomar contornos mais concretos a partir daquilo que vinha sendo apurado. Segundo Bordalo, haveria pelo menos uma milícia relacionada à matança naquela noite, a milícia do Guamá que dominava esse bairro. Daí que a chacina pudesse ter resultado de um conflito de território entre este e algum outro grupo. Naquele momento também se apontava de modo mais direto a participação de membros da Polícia Militar, ainda que a instituição não estivesse ela mesma envolvida.

Segundo o relator da CPI, o deputado Carlos Bordalo (PT), os depoimentos apontam a existência de duas milícias na Região Metropolitana de Belém. “Há

uma milícia forte atuando no Guamá. Há desconfiança séria e indícios muito fortes de que seria desta milícia do Guamá a ação que resultou naquele teatro de guerra e naquelas execuções que a cidade conviveu de uma forma dramática na noite do dia 4 e 5 de novembro”, diz o deputado (G1 Pará, 2015b, grifo nosso).

Ainda no mesmo relato, há um breve vislumbre de menção às vítimas, por meio da ouvidora do sistema de Segurança Pública, Eliana Fonseca, que menciona a perda sofrida pelas famílias daqueles jovens, e de uma mãe não identificada, por óbvias razões de segurança, que oferece uma declaração à mídia jornalística sobre o difícil momento que estava vivendo.

A ouvidoria de Segurança Pública também acompanha o trabalho. *“Eu acredito que o que a sociedade espera, que os familiares estão em uma ansiedade de ver ser feito justiça pela morte dos seus filhos”, afirma a ouvidora da Segup, Eliana Fonseca*

[...]

A mãe de uma das vítimas, que prefere não se identificar, relata que ainda não conseguiu voltar à rotina. *“É um pedaço que foi arrancado de hora para outra e que eu tenho certeza que nunca vai cicatrizar. Dói muito. Viver eu não estou vivendo, estou sobrevivendo”, diz a mãe (G1 Pará, 2015b, grifo nosso).*

Especialmente sobre a fala dessa mãe, profundamente impactada pelo luto, o vídeo que acompanha a matéria – um dos raros casos em que isso acontece ao longo da cobertura da chacina – apresenta-a em um cenário doméstico, com a reportagem indicando tratar-se de sua casa, na qual ela mantém intocados os objetos do filho (Figura 12), a exemplo dos CDs e DVDs, que havia dois meses permaneciam na mesma estante, como forma de preservar a memória do jovem cuja vida foi perdida naquela noite de horror na periferia de Belém.

Figura 12 - Entrevista de mãe de vítima da Chacina de Belém



Fonte: G1 Pará (2015b).

Passados alguns dias, a chacina voltou às mídias quando se deu a divulgação do relatório final da CPI das Milícias, com as várias constatações que houve ao longo de seus trabalhos. O relatório foi apresentado em sessão na Alepa, no dia 31 de janeiro, com o compartilhamento do documento com a imprensa no dia anterior. Vemos a concentração das informações sobre esse desfecho das investigações nas mídias corporativas locais (Diário Online, 2015b, 2015c; G1 Pará, 2015c), cujos relatos jornalísticos sintetizam os principais fatos apurados pelos parlamentares. Entre os principais, houve as constatações de que:

- a) Quatro grupos de milícias estavam atuando no Pará – dois na RMB, as milícias do Guamá e de Icoaraci, e outras duas em Marabá, no sudeste do Pará, e em Igarapé-Miri, no nordeste do estado;
- b) O assassinato das 10 pessoas em 4 e 5 de novembro foi, sim, uma retaliação à execução do Cabo Pet dada pela milícia do Guamá, da qual ele era líder;
- c) As milícias forneciam proteção a pequenos traficantes, vendiam drogas apreendidas em operações policiais, cometiam o extermínio de pessoas mediante a contratação por empresários e agiotas, além de assaltos a cofres públicos, entre outras atividades ilegais que garantiriam seu financiamento;
- d) Esses grupos eram formados majoritariamente por PMs, mas também por traficantes, mototaxistas, comerciantes e outras pessoas com ocupação não identificada;
- e) O alcance do domínio das milícias era condicionado pelos territórios que ocupam, inclusive com a possibilidade de exercício de poder político sobre essas regiões; e
- f) Os PMs comumente são membros especializados nas ações de execução, sendo respeitados na corporação policial como combatentes do crime ou temidos por outros policiais que tinham medo de serem mortos caso se opusessem às atividades milicianas.

Sobre esse último dado, na ocasião da sessão, o deputado Carlos Bordalo declarou que houve até o caso de um delegado que se propôs a investigar a atuação das milícias e teve de se mudar diversas vezes, muito provavelmente por ameaças ou mesmo por temer represálias desses agrupamentos criminosos. Por isso mesmo, Bordalo expressa que os parlamentares poderiam estar em risco por investigarem e elucidarem publicamente esse quadro (G1 Pará, 2015c). Também ficou evidente que o cabo Rosevam Almeida, preso por seu envolvimento na Chacina de Icoaraci, de 2011, era membro do grupo chamado Liga da Justiça, como também era conhecida a milícia de Icoaraci (Diário Online, 2015c), a qual era composta por 30 membros, dos quais 13 eram PMs, sendo uma das maiores do estado. Desse modo, a partir de

todas essas informações, vê-se o quão ligadas estão a problemática das chacinas e a atuação de grupos milicianos no Pará, não restando qualquer tipo de dúvida sobre o caráter intencional e premeditado dessas ações de extermínio à mercê das quais permanece a população paraense, especialmente a sua parcela racializada.

Pensando especificamente sobre a cobertura midiática, o que vemos nas operações em torno da CPI é um tom marcado pela factualidade, já que o lugar de reverberação é o das mídias jornalísticas locais de caráter corporativo, que acompanham as novas informações à medida que vão sendo publicizadas. Daí manter-se o tom oficial, digamos, que reproduz as falas e declarações de autoridades e os achados do relatório, que se constituem como as principais fontes de novos desenvolvimentos àquela altura. Por outro lado, cabe mencionar que, apesar de breves menções das vítimas em textos dos portais jornalísticos – com uma única aparição de uma familiar e da retomada dos nomes de algumas delas –, estas ainda permanecem à margem de qualquer relevância, por conta da forte concentração na descrição da chacina e seus desdobramentos como questão criminal e de segurança pública, ignorando-se prismas como as perdas, o luto e os impactos daquelas mortes nas comunidades, que seriam apenas alguns exemplos de outras possíveis abordagens a respeito desse acontecimento.

Podemos pensar sobre essa recorrência dessa leitura de problema público e de uma tal descrição no espaço midiático em termos da própria tentativa de conferir uma fixidez ao acontecimento violento, uma tentativa de estabilização que é tributária das convenções presentes no jornalismo e nas rotinizações midiáticas em torno da violência, se não de maneira ampla, pelo menos ali naquele contexto. Daí podermos falar, em consonância com as ideias de Wagner-Pacifci (2010), de um ponto de vista adotado por certo agente, provisoriamente imóvel, mediante um mundo social tornado fixo nas formas em que é representado. Isso teria a ver com a produção de uma aderência no tempo e no espaço, cuja compreensão depende desse engajamento com aquilo que é inscrito de modo temporário nas muitas formas que o acontecimento vai tomar, o que pode desempenhar um papel de fechamento de sentidos para o que aconteceu, de sua incorporação a cronologias inacabadas ou mesmo de abertura para novas interpretações, dinâmicas que de modo algum são incongruentes com essa fixidez apontada acima, pois há sempre como reinserir os artefatos de feitura do acontecimento em fluxos em andamento.

Voltando de modo breve ao relatório, podemos explorar algumas características da sua estruturação, além de alguns dados que não foram mencionados nas matérias jornalísticas. No documento, a apresentação das atividades da CPI parte de uma caracterização bastante compreensiva feita pelo deputado Edmilson Rodrigues quando do seu requerimento à Alepa,

em que ele descreve a chacina caracterizando-a como uma “uma noite de execuções, terror e medo” e uma verdadeira “caçada humana”, com duas ondas de violência, uma que se deu no momento mesmo do chacinamento, quando ocorreu a série de assassinatos na Região Metropolitana, e uma segunda, imediatamente após as mortes, quando houve “a multiplicação de conteúdo audiovisual nas redes sobre ameaças de morte, de arrastões e de invasão de universidades, faculdades e escolas por supostos criminosos” (Rodrigues *apud* Pará, 2015, p. 8). Edmilson também comentou sobre a relutância do governo de lidar com o tema e a tentativa de eximir-se de qualquer responsabilidade, declarando que: “[...] enquanto o governo do estado promete apurar a autoria das mortes e também dos boatos, são jogadas para debaixo do tapete as explicações sobre o suposto envolvimento do Cabo Pety em milícia” (Rodrigues *apud* Pará, 2015, p. 9).

Nesse momento, vemos algo raro ao longo do acontecimento, uma compilação dos nomes das vítimas, que permanecem ausentes em diversos momentos da reverberação nos relatos, algo muito típico do tipo de cobertura que se realiza e da premência de problematizações outras, as quais, mesmo válidas, desfocam essa dimensão, tornando as vítimas anônimas invisíveis e dando menos possibilidade ainda a uma identificação da violência genocida que se abateu sobre elas. Com isso, Edmilson Rodrigues lista os nomes das 10 pessoas mortas, 9 das quais foram chacinadas naquela noite de massacre, com uma falecendo posteriormente no hospital:

Na madrugada, foram mortos *Eduardo Felipe Galúcio Chaves*, de 16 anos; *Bruno Barroso Gemaque*, de 20 anos; *Alex dos Santos Viana*, de 20 anos; *Jefferson Cabral dos Reis*, de 27 anos; *Márcio Santos Rodrigues*, de 21 anos; *César Augusto Santos da Silva* (sem idade divulgada); *Marcos Murilo Ferreira Barbosa*, de 20 anos; *Nadson da Costa Araújo*, de 18 anos; e *Jean Oscar Ferro dos Santos*, de 33 anos. Os crimes ocorreram nos bairros da Terra Firme, Jurunas, Guamá, Marco, Tapanã e Conjunto Sideral. Na quinta-feira, 6, *Arlesonvaldo Carvalho Mendes*, de 37 anos (Rodrigues *apud* Pará, 2015, p. 8-9, grifo nosso).

O próprio relatório, em suas conclusões, retoma seus nomes, arrolando-os entre as vítimas de outras chacinas ocorridas no Pará, apontando para esse constante ressurgimento das chacinas e sua repetição ao longo das últimas décadas nesses territórios periféricos, de alguma forma destacando a necessidade de a sociedade lembrar dessas perdas humanas:

Eduardo Galúcio, Bruno Gemaque, Jeferson Reis, Arleson Mendes, Marcos Murilo Barbosa, Cezar Augusto Silva, Jean Oscar dos Santos, Alex Viana e Márcio Rodrigues, *juntaram-se a outros que tombaram na frente de seus covardes algozes*, Marciley, Maxcley e Fábio no *Tapanã* [em 1994]; Paulo Vitor Corrêa Cunha (14 anos); Carlos Gabriel Rodrigues (16 anos); João Paulo

Viana Figueiredo (16 anos); Lenilson de Avelar Mousinho (17 anos); Izaac Ayrton Ferreira Barbosa (17 anos) e Carlos Samuel Rodrigues Gonçalves (15 anos) em *Icoaraci* [em 2011] e tantos outros anônimos mortos no Estado do Pará (Pará, 2015a, p. 8-9).

Ainda sobre essa dimensão de um passado e uma repetição do acontecimento-chacina, o documento se engaja em um gesto de explicitar as múltiplas chacinas que até então haviam ocorrido no estado do Pará, analisando-as do ponto de vista da determinação da participação das milícias em cada uma delas, mencionando alguns casos, como: a Chacina de Rondon do Pará, em 12 de fevereiro de 2010; a Chacina de Abaetetuba, em 4 de junho de 2011; a Chacina de Santa Izabel, em 27 de agosto de 2011; a Chacina de Icoaraci, em 19 de novembro de 2011; a Chacina da Terra Firme e Guamá, em 4 e 5 de novembro de 2014. De modo mais específico, o documento trata ainda da Chacina do Tapanã, em 13 de dezembro de 1994, salientando paralelos entre ela e aquela de 2014, que consistiriam em “um referencial histórico” para o conhecimento dessas séries de assassinatos que apresentam elementos similares ao longo dos anos.

Já relatado quando tratado do instituto da “*RESPOSTA*” no Capítulo anterior do voto deste relator, verifica-se o mesmo padrão de comportamento quanto aos eventos da Chacina do Tapanã, onde todos os policiais envolvidos decretaram o silêncio como principal forma de obstrução da justiça. Daí inferir-se que se trata de elemento central do “modus operandi” das milícias, e de sua própria existência, também já foi relatado que Autoridades Policiais afirmam não haver possibilidade de que atividades criminosas, especialmente com a ferocidade apresentada nas chacinas, sem que exista o conluio de agentes da segurança pública em serviço. Também já afirmou-se que mesmo não havendo uma ação comissiva, a inação, ou a ação omissiva constitui um padrão de “*RESPOSTA*”, *podendo-se afirmar que a mesma, praticada por todo e qualquer agente da segurança pública concorre para o crime de milícia na forma do entendimento do Referencial teórico Normativo que integra este relatório* (Pará, 2015a, p. 189, grifo da instituição).

Ao recuperar a chacina do Tapanã, o relatório traz também a transcrição de matérias jornalísticas publicadas sobre o evento, como *PM mata 3 após morte de cabo* e em *Execução? Testemunhas dizem que houve massacre*, ambas publicadas pelo jornal impresso *O Liberal*, em 1994. De acordo com a síntese ali apresentada, constam informações de que soldados da PM teriam espancado e arrastados os três jovens, antes de os executarem; na mesma ocasião, testemunhas disseram à imprensa que os policiais alertaram os moradores da área para permanecerem em suas casas, pois haveria tiroteio com bandidos perigosos que ali se encontravam, e que, diante dos jovens algemados e impossibilitados de revidar, a violência foi considerada demasiada e desproporcional. Como resposta ao porquê de essa violência ter tomado esses contornos, figura essa ideia da *resposta* materializada em execuções, que,

segundo o relatório, pode ser compreendida como “o resultado da caçada” (Pará, 2015a, p. 155) e como “procedimento [...] até então empregado contra a morte de policiais, [que] submerge na escuridão e só volta à tona vinte anos depois através da postagem no Facebook do Sgt. Rossicley Silva” (Pará, 2015a, p. 153).

Na esteira dessa operação presente no relatório, vale a pena destacar a sua relação com os relatos midiáticos produzidos ao longo da reverberação das diferentes chacinas e outros assassinatos cometidos pelos grupos de extermínio atuantes ao longo dos anos em Belém, apresentando-os em seção própria como “registros dos fatos investigados pela CPI através dos meios de comunicação”. Constam matérias jornalísticas de 2009, 2011 e 2014, publicadas pelas mídias locais, como os portais Diário Online, G1 Pará, os impressos *Diário do Pará* e *O Liberal*, e até mesmo pela *Folha de S. Paulo*. As principais referências são à Chacina de Icoaraci, em 2011, e à Chacina de Belém, naquele ano de 2014, mas também às operações investigativas sobre a ação e envolvimento de policiais com práticas criminosas, que vinham ocorrendo nesse período.

Avaliações posteriores, como a da OAB-PA (2017) e o estudo de Julião (2024), focam em como a CPI foi responsável por apontar certos aspectos comuns às chacinas realizadas até então no estado, como o envolvimento de grupos milicianos, o fato de as mortes acontecerem em pontos distintos da cidade como forma de mascarar o cometimento de uma chacina, bem como a ausência de participação das vítimas nas mortes que são o estopim das chacinas, a inexistência de relação entre vítimas e assassinos, e o perfil racial e socioeconômico das vítimas. Por isso mesmo, não pode ser subestimado seu papel na denúncia da violência policial praticada de forma paralela e dos padrões de vitimação que se expressam com a morte violenta, muitas vezes aleatória, mas territorialmente situada, de jovens negros moradores desses bairros periféricos de Belém. Desse modo, por meio da CPI, produziu-se um corpo de evidências que ressignificou e forneceu novas perspectivas de combate contra os contextos e a persistência de práticas de violência letal que ainda hoje têm lugar na cidade de Belém e no estado do Pará.

De fato, não cabe buscarmos aqui esmiuçar todos os detalhes do relatório, se não analisar em que medida se implicou no acontecimento e o impactou em retorno, inclusive atentando para como o elemento racial figurou nesse processo. Caberia até uma análise mais aprofundada sobre o quanto esse documento é uma materialização bastante emblemática da ideia de que os acontecimentos se inscrevem em formas específicas do campo político, as quais participam dos fluxos de feitura eventiva, especialmente por fazerem parte de ação e de comunicação político-institucionais que têm lugar na cena pública. Apesar disso, julgamos que pudemos esclarecer a relevância daquilo que foi expresso para a compreensão do percurso acontecimental e da

complexidade em torno do tratamento de mais essa instância de massacre racializado que se dá naquele território. Passamos então, na seção a seguir, ao que seria um fechamento para esse acontecimento-chacina dentro do período analisado.

5.1.5 A perspectiva das vítimas e o arrefecimento do acontecimento

Realizando mais um salto, podemos avaliar aquelas operações que ocorrem quando este acontecimento-chacina se encaminha para sua “conclusão”, formando uma espécie de “todo” inacabado, inconcluso, especialmente por se tratar de objeto de narrativas que lidam com a realidade, para as quais certos recortes temporais emergem a partir de uma artificialidade daquela fabulação possível a seu respeito. Com isso, vamos também observar como volta à questão o tema da violência racial após a realização da CPI e a publicação do relatório. Talvez esse seja o momento com maior grau de dispersão, porque não há exatamente uma única ocorrência factual à qual as mídias estariam reagindo por meio de seus relatos. Antes, a partir daqui vemos uma tendência a leituras que realizam um balanço do que vinha ocorrendo, buscam “lembrar” determinados eventos ou acompanham o processo criminal contra os suspeitos de participarem da chacina.

Desse modo, o primeiro relato que trazemos aqui é um documentário produzido pelo coletivo Tela Firme, um grupo formado por jovens de periferia, sobretudo do bairro da Terra Firme, que atua com comunicação popular e busca apresentar as vivências desses espaços de forma diversa daquela que é encontrada nas mídias corporativas de Belém, isto é, como territórios de violência, criminalidade e perigo. *Poderia ter sido você* se trata de uma produção audiovisual em que jovens integrantes do coletivo assumem a figura das vítimas de quatro chacinas que haviam ocorrido em um período de 20 anos: a Chacina do Tapanã, em 1994; a Chacina de Santa Izabel, em 2011; a Chacina de Icoaraci, em 2011; e a Chacina de Belém, em 2014.

Há algo de muito pungente nessa instância de relato produzido “do lado de dentro” do acontecimento, podemos assim dizer, já que os atores são pessoas que, de modo similar às vítimas, moram em território periferizado e são afetados pelo quadro geral de violência direcionada para essas áreas. Também chama a atenção o próprio título do documentário, que indica que é essa juventude quem narra aquela experiência traumática para as comunidades, para comunicar-se com a mesma juventude que habita espaços com características similares na cidade de Belém, ou seja, com outras pessoas que poderiam até mesmo ter-se tornado vítimas

naquela noite. Aqui vale listar as vítimas chacinadas cujas histórias estão presentes no documentário:

Quadro 6 - Nomes das vítimas presentes no documentário

Ocorrência	Vítimas apresentadas
Chacina do Tapanã 1994	Max Cley Mendes, 16 anos Marciley Roseval Melo Mendes, 17 anos Luís Fábio Coutinho da Silva, 18 anos
Chacina de Santa Izabel 2011	Ana Maria Moraes, 28 anos Emerson Moraes, 18 anos Leonardo da Costa Leão, 20 anos Nildene Cristiane Moraes, 16 anos Antônio Moraes, 19 anos Francisco Moraes, 20 anos
Chacina de Icoaraci 2011	Paulo Vitor Corrêa Cunha, 14 anos João Paulo Viana Figueiredo, 16 anos Carlos Gabriel Rodrigues, 15 anos Isaac Airton Ferreira Barbosa, 17 anos Lenilson Rodrigues, 17 anos Carlos Samuel Rodrigues Gonçalves, 16 anos
Chacina de Belém 2014	Nadson da Costa Araújo, de 18 anos Márcio Santos Rodrigues, de 21 anos Marcos Murilo Ferreira Barbosa, de 20 anos Jean Oscar Ferro dos Santos, de 33 anos Eduardo Felipe Galúcio Chaves, de 16 anos César Augusto Santos da Silva, de 23 anos Bruno Barroso Gemaque, de 20 anos Alex dos Santos Viana, de 20 anos

Fonte: Coletivo Terra Firme (Poderia..., 2015).

No entanto, antes de passar à produção documental propriamente dita, observamos que ela foi abordada nas mídias corporativas, um dos espaços que contribuiu para sua visibilização à época, mesmo que tenha ganhado vida própria depois de ser publicada no YouTube, sendo inclusive um importante artefato que se integra à história das chacinas em Belém. O documentário vem à tona nas mídias no momento em que é exibido na comunidade da Terra Firme, com familiares das vítimas entre os espectadores (G1 Pará, 2015d). É possível ver que se trata de pessoas consternadas, claramente afetadas pelo luto, algumas das quais trajam camisas com fotografias dos entes queridos mortos, uma forma bastante comum de lembrar deles, pedir por justiça e homenageá-los postumamente. Naquela noite, dois familiares deram seus depoimentos à equipe do G1 PA, Thainara Campos, prima do adolescente Eduardo Chaves, e Waldemir Rodrigues, pai de Márcio Rodrigues, ambos familiares de jovens mortos na noite do chacinamento. Vemos Thainara declarar *“Foi muito triste porque eu sinto por todas as famílias daqui, eu sinto porque ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém”* (G1 Pará,

2015d), enquanto Waldemir declara “*Aonde tiver um ato, nós tamos aí. E não vamos parar enquanto não tiver uma resposta de justiça*” (G1 Pará, 2015d, grifo nosso).

Figura 13 - Imagens de matéria jornalística sobre *Poderia ter sido você*



Fonte: G1 Pará (2015d).

Especificamente a respeito do documentário, os desenvolvedores afirmaram tratar-se uma produção bastante impactante do ponto de vista emocional, sentimento que os acompanhou desde os momentos da gravação, já que a equipe era composta por jovens moradores daquele bairro, como dito acima. Como um dos realizadores creditado como diretor, Mailson Souza, afirmou ao veículo: “*Querendo ou não, é uma tristeza. A gente sabe de outras histórias, então a gente fica meio triste. Poxa, assim como é o tema do documentário, ‘poderia ter sido você’, poderia ter sido eu*”. (G1 Pará, 2015d, grifo nosso). A mídia jornalística assinala que um dos objetivos do documentário seria “sensibilizar a sociedade sobre a violência na capital” (G1 Pará, 2015d), o que evidentemente é possível dado o potencial alcance de produções publicadas e divulgadas pela internet, mas o coordenador do projeto, Francisco Batista, demarcou que haveria principalmente o estabelecimento de “*uma relação de identidade porque é a realidade das pessoas, então, elas se identificam, porque é uma realidade que elas presenciam*” (G1 Pará, 2015d, grifo nosso).

Em pesquisa conduzida sobre a ação do Coletivo e com os realizadores do documentário, Castro (2020) pontua o quanto sua produção foi atravessada por sentimentos de empatia, amizade e comoção, havendo um forte componente de denúncia na sua articulação de um ponto de vista das comunidades, que não poderia tratar da chacina de modo isolado, mas o faria em conjunto com outras para ressaltar essa continuidade que havia entre elas. Esse ponto de vista seria também das pessoas que vivenciam ou já vivenciaram de perto a extensão com que se pratica essa violência. Segundo Castro, que também se apresenta como morador do bairro da Terra Firme, “o grande medo causado naquela época pela chacina, fez com que as pessoas percebessem que cada uma delas poderia ser a próxima vítima”, enquanto “a forma como a mídia formulou e a polícia abordou a chacina são as provas de desrespeito com a nossa identidade” (Castro, 2020, p. 135) – identidade essa que seria contígua ao fato de essas pessoas da classe trabalhadora serem pessoas comuns, para cujas mortes brutais não haveria qualquer tipo de justificativa ou razão.

Tratando diretamente do documentário, vemos que é uma produção que busca apresentar testemunhos em primeira pessoa dados pelas vítimas das quatro chacinas entre 1994 e 2014, enquanto falam sobre o que faziam, suas vidas e histórias, e como foram assassinadas naquela noite. Obviamente se trata de uma ficcionalização e dramatização dos fatos relacionados àquelas mortes, mas nem por isso menos potente para trazer à tona o horror que cada um desses acontecimentos representou. Além disso, as vítimas mesmas tornam-se visíveis, ainda que se materializem nos rostos e vozes emprestados pelos integrantes do coletivo, tendo sua memória reanimada quando cada personagem conta como foi morto. Ao apresentarem-se, enunciam seus nomes e idades, narram a maneira como foram mortos, para então, olhando para a câmara, dirigirem-se ao espectador com a frase “poderia ter sido você”.

Figura 14 - Cenas do documentário *Poderia ter sido você*



Fonte: Coletivo Terra Firme (Poderia..., 2015).

A afirmação sobre essas mortes como “brutalidade”, uma violência desmedida e devastadora, é o tempo todo feita pelas vítimas. Por exemplo, quando lida com a Chacina do Tapanã, o documentário apresenta o testemunho de Luís Fábio, que diz *“Na noite de 13 de dezembro de 1994, fui abordado por vários policiais, fui algemado, fui torturado. Logo em seguida, fui executado”*. Na sequência, Marciley Mendes conta: *“Algemaram a gente, torturam. Depois nos executaram”*. No caso da chacina de Santa Icoaraci, vemos uma retomada do momento do chacinamento sob a ótica das vítimas e de sua relação com aquele espaço em que foram assassinadas:

*Éramos moradores do Distrito de Icoaraci [Isaac Airton].
Aqui na rua Padre Júlio Maria era nosso point [Paulo Vitor].
Era uma noite normal do dia 19 de novembro. Eu estava com meus amigos e com meu primo Samuel [Gabriel Rodrigues].
Estávamos conversando de boa, tranquilamente [Lenilson].
Mas de repente, dois homens numa moto se apresentaram como policiais e mandaram a gente virar de costas para a rua [João Paulo].
O pior aconteceu. Fomos todos executados covardemente. Poderia ter sido você [Samuel] (Poderia..., 2015).*

Em relação à chacina de Santa Izabel, no mesmo ano de 2011, sabemos que foi perpetrada por homens encapuzados que invadiram uma residência no bairro Novo Horizonte,

naquele município. Sete pessoas da mesma família foram mortas enquanto dormiam, por policiais que mais tarde foram acusados de integrarem um grupo de extermínio. Esse massacre foi cometido em retaliação à morte de outro integrante desse mesmo grupo (Pará, 2015a). O documentário então realiza novamente o ato de narrar como as vítimas foram assassinadas, mas apresentando o relato de uma sobrevivente, uma das três crianças que estavam ali e foram poupadas pelos assassinos. Como conta uma das integrantes do coletivo:

Cinco homens encapuzados invadiram a minha casa, arrombaram a porta dos fundos e mataram seis pessoas dentro da sala. Me deixaram para trás como testemunha do crime. Sou uma criança de 10 anos, que, dentro do quarto, ouvi todos os tiros e gritos daqueles que foram executados. Me mandaram ir para o quarto com meu irmãozinho de um ano. De lá, ouvi muitos tiros, os berros e os choros. Quando saí, estavam todos mortos, cheios de sangue. Eu estava com muito medo, mas, como não ouvia mais a voz deles, resolvi sair e vi tudo. Estavam todos mortos. E tudo o que eu tinha foi arrancado de mim (Poderia..., 2015).

Especificamente sobre a chacina de Belém, os atores / integrantes do coletivo voltam à cena para personificar aquelas pessoas. Novamente, cada um se apresenta, para então anunciar ter sido vítima de uma execução. Vemos que dessa vez há mais pessoas mortas do que no caso das chacinas anteriores, pessoas que, como sabemos, foram assassinadas em espaços distintos da cidade, não em uma localidade só. Ainda que não haja mais detalhes sobre cada uma das mortes, a própria crueza da afirmação de que cada uma dessas pessoas foi morta sob circunstâncias tão violentas é o suficiente para recriar o quadro do terror que vivenciaram aqueles jovens e para atestar o quão avassaladoras são essas incursões armadas contra a população racializada da periferia. Como contam:

*Sou Nadson da Costa. Tenho 18 anos e fui brutalmente assassinado.
Sou Márcio Santos. Tenho 21 anos e fui executado.
Sou Marcos Murilo. Tenho 20 anos e fui brutalmente assassinado.
Sou Jean Oscar. Tenho 33 anos, tenho problemas mentais. No último dia 4 de novembro fui brutalmente executado por homens encapuzados numa moto.
Sou Eduardo Chaves. Tenho 16 anos. Fui covardemente executado.
Sou César Augusto. Fui assassinado.
Sou Bruno Barroso Gemaque. Estava caminhando com minha namorada. Fui tirado dos seus braços. Fui executado com 20 anos.
Sou Alex dos Santos Viana. Fui executado com 20 anos (Poderia..., 2015).*

Não há maneira de não pensarmos em como esse relato revela a consolidação das relações entre terror de Estado e o sofrimento negro, que se materializam na realidade desses jovens como a iminência do extermínio e de sua desaparecimento. Essa forma de arrolar seus mortos para além de um obituário sem sentido é também um modo de os honrar, de resistir ao apagamento e ao desconhecimento de suas histórias de vida, de contrapor-se a tentativas de

enxergar essas perdas apenas pelo prisma de dados, estatísticas e informações brutas. Trata-se de um gesto cujo sentido foi percebido em momentos outros, como o protesto exigindo a investigação pela CPI, mas que tem um cariz de interpelação muito acentuado nesse relato ora apresentado, uma interpelação que convoca a fazer memória, que convoca a instaurar-se uma demanda política em torno de mais essa instância do genocídio, demanda na qual os espectadores são instados a implicar-se e a ela fazer coro.

Então, quando voltamos ao documentário, há pelo menos outros dois fatores que nos chamam a atenção. Um primeiro está na edição e em sua montagem, por meio da qual, como um interlúdio entre os trechos sobre cada uma das chacinas, justapõe os *cards* com seus nomes a pistas sonoras oriundas de jornalismo televisivo, vídeos do YouTube, como aqueles mostrados no início da análise, e os áudios que foram difundidos na noite da Chacina de Belém. Em alguma medida, gera-se uma sensação opressiva, cacofônica, como se fossem ecos de uma violência que insiste em acontecer, como se, ao estarmos cercados por essas múltiplas vozes que falam sobre esses eventos, estivéssemos também imersos em um ambiente social que de todos os lados é marcado por perdas humanas, por abandono e por mortandade. Um segundo é a própria corporalidade dos atores que encarnam as vítimas, manifesta sobretudo em *close-ups* de seus rostos, os quais nos mostram emoção, quando vemos os atores com os olhos marejados, quando têm a voz embargada ao recitar suas falas, quando há milésimos de hesitação, que demonstram o quanto também são afetados pela carga emocional que vem junto da história sobre cada uma daquelas mortes.

Ainda sobre essa mesma corporalidade, não muito diferentemente das vítimas, os atores são pessoas racializadas que residem na periferia de Belém, e sua evidência, a forma como dão a ver seus corpos, dá ainda mais força à frase “poderia ter sido você”, que tem dentro dela um “poderia ter sido eu”, “poderíamos ter sido nós”. Em razão desse ímpeto, incorpora-se à perspectiva do genocídio negro como forma de encarar mais esse acontecimento violento, por meio de uma reivindicação que é feita pela visibilização desses massacres do ponto de vista das comunidades e pessoas afetadas, de modo a não descurar da dimensão de sofrimento e da admissão do extermínio destinado a estas, tarefa que deve ser tomada de modo amplo por toda a sociedade, como insta a produção. Cabe lembrar que não vimos os reais rostos das vítimas em nenhum momento da cobertura jornalística da chacina de 2014 até aqui apresentada ou mesmo de sua reverberação em outros espaços midiáticos, com aquilo que poderia ser considerado um cuidado ético sendo na verdade a prova de um ocultamento, no qual as vítimas não constituem mais do que um número ou um cortejo de corpos mortos sem importância.

Daí ser relevante o movimento que o documentário realiza de fazer os acontecimentos violentos se encontrarem aqui, criando pontes entre diferentes chacinas e cerzindo sua temporalidade a partir de sua atualização na chacina de 2014. Certamente, sua ação faz memória, pois engaja-se na rememoração e em um certo dever político de não esquecer essa carnificina que sistematicamente se repete, sempre da mesma forma, e vitima sempre os mesmos indivíduos. Com isso aponta também para essa acontecimentalidade irrealizada, pois é como se o acontecimento-chacina nunca acabasse, apenas passasse por reedições a cada nova emergência de um novo massacre. Muitos mais do que nas mídias jornalísticas, essa repetição aqui figura com esse caráter de horror e terror de Estado que caracteriza tais práticas homicidas, que assombam, rondam os corpos e, a um só tempo, deixam-nos à mercê da morte e da irrelevância.

Voltando então aos relatos midiáticos que apontam para o fechamento da reverberação da chacina no período selecionado, vemos que as referências a ela começam a se tornar mais escassas, em alguns casos aparecendo como fato tangencial em meio a outros. Por exemplo, em 9 de fevereiro, o portal G1 PA (2015e) publicou uma notícia sobre a prisão de Otacílio Gonçalves Queiroz, policial da PM que foi preso por porte ilegal de arma. Ele estava afastado da corporação havia 7 anos, já tinha sido preso por outros crimes e estava sendo investigado pela CPI das Milícias por seu envolvimento com a chacina de novembro de 2014. Ainda em fevereiro, no dia 24, o portal do jornal *O Globo* publicou uma reportagem sobre o relatório anual da Anistia Internacional²⁸ a respeito do panorama de direitos humanos ao redor do mundo. De acordo com o veículo, no caso do Brasil, “os altos índices de homicídios no país, a violência policial, a tortura, a precariedade do sistema prisional e as agressões contra jornalistas foram os principais fatores que contribuíram para agravar a avaliação realizada pela organização” (*O Globo*, 2015). Nesse relatório, a chacina de Belém aparece entre outros casos de violência policial, como o assassinato de Amarildo de Souza, na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

No mês seguinte, ocorre a prisão dos policiais José Augusto Silva da Costa e André Luís Ferreira Melo, que estavam sendo investigados por participação em grupos de extermínio e poderiam ter atuado na chacina do ano anterior – especificamente, André Luís estava sendo investigado por 30 homicídios. Naquele momento, segundo o delegado que cuidava da

²⁸ Ao falar sobre segurança pública e violação de direitos humanos no Brasil, o relatório faz menção à chacina de Belém da seguinte forma: “Em novembro, pelo menos 10 pessoas foram mortas, supostamente por policiais militares fora de seu horário de serviço, em Belém, no estado do Pará. Moradores do bairro relataram à Anistia Internacional que viaturas da PM trancaram as ruas momentos antes de as mortes acontecerem, e que carros e motos não identificados ameaçaram e agrediram os moradores. Há indícios de que a chacina tenha sido uma retaliação pela morte de um policial” (Anistia Internacional, 2015, p. 73).

investigação, Cláudio Galeno, outras pessoas já haviam sido pressas, enquanto a ouvidora da Secretaria de Segurança Pública, Eliana Fonseca, informou que já havia acompanhado os depoimentos de alguns dos policiais presos, e que, após a chacina, a Ouvidoria foi procurada por muitas pessoas para esclarecer a morte de filhos e parentes, o que teria permitido uma cruzamento de informações com a Comissão da Alepa e investigações em andamento (G1 PA, 2015f). Um dos destaques dados é a constatação da ação das milícias no estado do Pará a partir do relatório da CPI, com a venda de serviços de proteção, o envolvimento com narcotráfico e realização de assassinatos por encomenda.

Em março de 2015, mais uma reportagem de Dom Phillips é publicada, dessa vez em *The Washington Post*. Com o título, *Police in Brazilian city aided revenge killings, report says* (Polícia em cidade brasileira ajudou em assassinatos por vingança, diz relatório), o foco está nos achados da CPI, que indicavam a ação de milícias pelo menos desde 1994 em Belém, com descrições bem detalhadas sobre algumas das mortes de 2014 a partir de testemunhas e moradores daqueles bairros. Destaca ainda alguns apontamentos feito por Carlos Bordalo, que disse que as viaturas da polícia deram suporte logístico aos matadores, impedindo os feridos de deixarem os locais onde estavam para buscar ajuda. Chama a atenção aqui a declaração feita pelo novo secretário de Segurança, que, tal qual nos momentos iniciais, insiste em afirmar que não haveria certeza sobre a participação da polícia, uma postura institucional de autopreservação do órgão, mas que rui diante do que ficou comprovado a partir da CPI. Vejamos abaixo sua declaração:

A polícia está conduzindo sua própria investigação. O General Jeannot Jansen, secretário de Segurança Pública do governo do Pará, disse que Figueiredo era um bom policial que se tornou mau. “O trajeto de serviço dele era excelente até um certo período. A partir de certo momento, ele se envolveu com pessoas que presumivelmente eram parte da criminalidade”, disse Jansen. *Jansen disse que não poderia confirmar a existência de milícias.* “Indicativos existem. Por isso tem essa investigação”, disse ele. “Há alguns indicativos que nos permitem supor que teve a participação da polícia? Há”. E se isso puder ser provado, ele disse, “eles serão punidos” (Phillips, 2015, grifo nosso)²⁹.

²⁹ “The police are conducting their own investigation. Gen. Jeannot Jansen, public security secretary for the Para state government, said Figueiredo was a good cop gone bad. ‘His service record was excellent until a certain time. From a certain moment, he got involved with people who presumably were part of criminality,’ Jansen said. Jansen said he was unable to confirm the existence of militias. ‘Indications exist. That’s why there is this investigation,’ he said. ‘Are there some indications that permit us to suppose that there was participation of police? Yes, there are.’ And if that can be proved, he said, ‘they will be punished.’”

Outro fator destacado por Phillips é que, até novembro de 2014, a palavra “milícia” era pouco ou até mesmo não era usada para falar sobre homicídios em Belém, inclusive em casos de chacinas anteriores. É uma constatação de fato pertinente, pois, ao longo dos anos pudemos acompanhar essa transformação nas reações públicas a novas chacinas, como a da RMB, em 2017, e do Guamá, em 2019, quando a possível autoria por milícias, com a participação de policiais, já passa a figurar quase que imediatamente entre as explicações sobre os ocorridos. Por fim, o jornalista menciona algumas relações ambíguas que poderia haver nas comunidades com figuras como a do Cabo Pet, que, por atuação com justiça e provisão de segurança para algumas áreas, era alguém a ser respeitado, ao passo que outros os consideravam alguém violento, capaz de atirar para matar, se decidisse que uma certa pessoa era um “bandido”.

Figura 15 - Reportagem de Dom Phillips publicada em *The Washington Post*

The image shows a screenshot of a news article from The Washington Post. The article is titled "Police in Brazilian city aided revenge killings, report says" and is categorized under "THE AMERICAS". The author is Dom Phillips, and the article was published on March 7, 2015, at 3:30 a.m. EST. The main image shows a favela in Belém, Brazil, with a city skyline in the background. A caption below the image reads: "Most of the victims of the November 2014 massacre lived here, in the Terra Firme favela, one of the poorest and most violent areas in the state of Pará in Brazil. (Paulo Santos/REUTERS)". To the right of the article, there is a "MOST READ WORLD" section with five items: 1. Live briefing: Israel ends agreement with U.N. agency for Palestinians; 2. The new season of 'The Bachelor' in Ukraine shows the scars of war; 3. Israeli forces used civilians as human shields in Gaza, Palestinians and soldiers say; 4. Meet the Russian blogger accused of U.S. election interference; 5. Pro-E.U. candidate wins Moldova runoff despite fears.

Fonte: Phillips (2015).

Já em 1º de abril, a Segup-PA publicou em seu portal institucional um texto sobre perigos de trotes e boatos virtuais, fazendo referência àquilo que “[...] ocorreu em novembro de 2014, quando fotos de cadáveres foram divulgadas nas redes sociais avisando sobre uma *suposta chacina* com mais de 100 mortes em Belém. Todos têm em comum o mesmo tipo de ação danosa: o trote” (Pará, 2015b). É bastante sintomático que uma das formas de o órgão tratar publicamente da chacina seja a partir do pretense “exagero” que houve na repercussão do massacre, novamente enfatizando uma histeria coletiva, tal qual ocorreu no início das

reverberações. O texto não entra em maiores detalhes sobre a chacina, limitando-se a falar sobre o teor das mensagens compartilhadas pelo WhatsApp, com “Alertas sobre bairros que não seriam seguros naquela noite, ameaças de invasão a colégios, faculdades, exposição de imagens de cadáveres de tragédias [...] como se estivessem ocorrendo na capital paraense” (Pará, 2015b).

Ainda em abril, o portal G1 PA (2015g) publicou sobre o indiciamento de 14 policiais militares pelo crime de homicídio por omissão por conta da chacina de novembro de 2014, ao não terem prestado socorro às vítimas nem terem perseguido os verdadeiros responsáveis pela morte do Cabo Pet. Apesar disso, eles continuariam trabalhando nas ruas, passando apenas por sanções administrativas e respondendo ao processo em liberdade. Alguns familiares das vítimas que estavam presentes na coletiva em que o fato foi anunciado deram seus depoimentos ao portal. Na ocasião, Daurivan Gemaque, pai de Bruno Gemaque, contou: “*Ele tava voltando para casa. Foi buscar a namorada no colégio. Quando ele veio, alvejaram ele*” (G1 PA, 2015g, grifo nosso). Já Wanda Mendes, irmã de Arlesonvaldo Carvalho Mendes, contou sobre a manipulação da cena do crime: “*No dia que meu irmão faleceu não tinha um carro da polícia. Os carros da polícia que apareciam eram só para ver lá o corpo e recolher as balas para não deixar prova*” (G1 PA, 2015g, grifo nosso). Já Suzana Amaral, mãe de outra vítima, contou sobre tentativas de intimidação sofridas: “*Nós fomos ameaçadas, minha casa foi invadida. Eu fui espancada por policiais. Tudo eu fui*” (G1 PA, 2015g, grifo nosso).

Na esteira desse novo desenvolvimento, o jornalista paraense Augusto Barata, conhecido por seu blog independente, publicou o texto *Chacina – PM, a bandidagem fardada*, uma peça de opinião em que comenta precisamente sobre o indiciamento. Seu principal questionamento se dá sobre a possível conivência de partes da corporação com a realização de atividades criminosas paralelas por integrantes da instituição, sinalizando que ela teria se tornado “um poderoso e letal tentáculo do crime organizado” ou ainda “um valhacouto de bandidos fardados, coonestados, repita-se, por expressivos setores da oficialidade da corporação, por ação ou omissão” (Barata, 2015). Um gesto importante de seu texto está em apresentar os nomes e cargos dos PMs indicados, que não haviam sido apresentados pelo G1 PA, por exemplo, sendo eles:

[...] capitão Jacson Barros Sobrinho; primeiro-tenente Carlos Eduardo Memória; segundos-tenentes Cássio Dantas Garcia e Mônica Amorim dos Santos; cabos Márcio Rogério da Cunha (Rotam, Rondas Ostensivas Tático Móvel), Haroldo César Macedo e Jorge Barbosa Low; e os soldados Venilson Lopes, Adriano Barbosa, Adriano Santos Tavares (Rotam), Raimundo Nonato Mendes Pimenta, Adriano Borges Santos, Aldo Pamplona Ribeiro, Wallace Pimentel de Souza e Rodrigo Mendonça da Costa. O sargento Rossiclei

Ribeiro da Silva foi indiciado por incitação ao crime, nas mídias sociais (Barata, 2015).

Damos ênfase a essa apresentação de nomes, pois, apesar de o nome do Cabo Figueiredo ser quase onipresente na descrição da chacina e na lembrança do que aconteceu, os nomes e identidades dos perpetradores e outros responsáveis pelo massacre, como nesse caso da responsabilização por omissão, apresentam-se largamente ausentes, protegidos do olhar e escrutínio públicos, com um ocultamento de outra ordem em relação àquele que se processa com as vítimas. Portanto, não é irrelevante que eles tenham seus nomes revelados, como uma forma de combater essa preservação corporativista que fornece as condições para perpetuar esse tipo de tragédia.

Dando mais um salto, em julho, a chacina é indiretamente retomada no âmbito de uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres da Câmara dos Deputados, cujo relatório final foi apresentado ainda no fim daquele mês, citando-a em conjunto com o caso Amarildo como exemplo de práticas de tortura e brutalidade policial. O principal argumento presente da CPI era de que “os jovens negros no Brasil são vítimas de ‘genocídio institucional’” (Brasil, 2015b), situando aí o racismo como motivo do extermínio generalizado dessa juventude, que é vítima da violência em escala muito maior do que jovens brancos. Além disso, algumas recomendações feitas pela CPI indicavam: a ineficácia da redução da maioria penal como medida de combate ao crime, pois impactaria a população já vulnerável; a necessidade de criação de um plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens, em colaboração com estados e municípios; o fim dos autos de resistência, procedimento em que policiais “justificam mortes ou ferimentos durante prisões ou perseguições de suspeitos” (Brasil, 2015b); bem como a desmilitarização das polícias estaduais e a criação de fundo de combate ao racismo.

Já em setembro, a notícia sobre a prisão de um envolvido na morte do Cabo é publicada por G1 PA (2015h). A ouvidora da Segup-PA volta a evidenciar que essa prisão seria importante para chegar aos assassinos que agiram na chacina. A mídia jornalística informou que as investigações ainda estavam em segredo de justiça, ao passo que já havia pessoas que foram presas e indiciadas, como indicamos acima. Abordando a perspectiva dos familiares, indica que permaneciam na expectativa de que a justiça fosse feita, como forma de lidar com o pesar das perdas. Em novembro, às vésperas de a chacina completar um ano, essa mídia jornalística publica uma reportagem para recuperar os principais fatos e descobertas sobre o massacre (G1 PA, 2015i), que, mesmo não trazendo nenhuma nova situação, apresenta depoimentos de

familiares das vítimas, que se juntam ao rol das declarações atravessadas por grande tristeza e indignação:

"O que mais angustia a gente é a falta de notícia, de como estão os casos. Para a gente, isso é um tormento, uma revolta, porque quando são policiais, eles rapidinho conseguem descobrir quem foi que matou, mas quando são nossos filhos da periferia, ninguém consegue descobrir", diz a tia de uma das vítimas, Dalcimeire Gemaque. [...]

Na Terra Firme, Maria Helena ainda sofre com a perda do filho de 18 anos, Nadson Araújo. *"Se ele estivesse vivo, hoje seria 19 anos do Nadson, hoje eu me lembrei e vou lembrar o resto da minha vida, porque é triste uma mãe perder um filho assim do jeito que eu perdi"* (G1 PA, 2015i, grifo nosso).

Como o último dos relatos do período analisado, trazemos aqui o protesto realizado no dia em que a chacina completou um ano (G1 PA, 2015j). É comum haver matérias jornalísticas para marcar o “aniversário”, por assim dizer, de certos acontecimentos, mas, nesse caso, também havia uma mobilização social das pessoas afetadas e outras entidades engajadas na causa para relembrar a sociedade sobre o horror daquela noite e a injustiça em torno da morte brutal daqueles jovens. Daí vemos como muitos desses familiares, alguns cujos rostos só agora passamos a ver, contam de modo bastante visceral o que havia ocorrido no ano anterior. O próprio fato de se darem a ver daquela forma representava um risco à sua própria integridade, pois muitos temiam represálias dos envolvidos no grupo de extermínio, pois, tal qual indicado acima, vítimas e testemunhas tendem a ser objeto de intimidação uma vez que passa a haver a judicialização desses casos (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, 2017). Sobre as famílias, o coordenador da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), que estava no local, afirmou que elas não haviam recebido até aquele momento a assistência adequada por parte do Estado, o qual, por sua vez, também não teria dado uma resposta efetiva sobre a atuação das milícias no Pará.

Figura 16 - Familiares presentes no protesto



Wanda Mendes perdeu o irmão na chacina e protestou contra a violência na capital. (Foto: Alexandre Yuri/ G1)



Larissa Viana lamentou a perda do primo Eduardo. (Foto: Alexandre Yuri/ G1)

Fonte: G1 PA (2015j).

Entre os presentes, Wanda Mendes, irmã de Arlesonvaldo Carvalho Mendes, aparece na imagem acima, à esquerda, com a mão pintada de vermelho como sinal do sangue derramado na periferia da cidade. Sobre o que ocorreu com seu irmão, ela contou à mídia jornalística que *“Ele tinha deficiência mental e o que ele gostava era de estar com os amigos e estar brincando, principalmente de pipa. Era uma pessoa alegre, amiga, carinhosa e perdeu a vida desse jeito. Sem fazer mal a ninguém, vieram e tiraram a vida dele. Ele nem sabia porque estava morrendo”* (G1 PA, 2015j, grifo nosso). Ao lado direito, está Larissa Viana, prima de Eduardo Galúcio, que carrega um cartaz em que expressa as saudades dele, tendo falado à reportagem sobre seu sentimento: *“O meu primo perdeu a vida injustamente. [...] pegaram meu primo no canto de casa como se ele fosse um bandido, um marginal, não deram nem chance de ele se defender. Dói muito lembrar dele porque o Eduardo era uma ótima pessoa. Meu primo faz muita falta para mim”* (G1 PA, 2015j, grifo nosso).

Figura 17 - Familiares presentes no protesto



Jessica Cabral homenageou o irmão Jeferson na caminhada. (Foto: Alexandre Yuri/ G1)

Ana Maria cobrou explicações para a morte do filho Marcus Murilo. (Foto: Alexandre Yuri/ G1)

Fonte: G1 PA (2015j).

Já Jéssica, irmã de Jefferson Cabral dos Reis, à esquerda da figura acima, traz consigo um banner com a fotografia do jovem, com nuvens e um céu límpido atrás de si. Segundo ela, Jefferson foi atingido por três tiros desferidos por motoqueiros encapuzados na Terra Firme. *“Meu irmão era uma pessoa muito especial para mim. Me ajudava, ajudava a minha mãe, não tinha vícios. Minha mãe sofre muito, porque nada justifica o que aconteceu. Ele não era bandido, era um rapaz trabalhador”* (G1 PA, 2015j, grifo nosso). Já Ana Maria Barbosa, mãe de Marcos Murilo Ferreira Barbosa, morto no bairro do Marco, trazia o filho do peito, com sua imagem estampada em uma camisa, contendo aquele clamor de justiça presente na fala de tantas outras mães. Sobre como o perdeu, contou: *“Ele era muito prestativo, trabalhava e estudava,*

ganhava o dinheiro dele para se manter e não mexer nas coisas de ninguém. Ele atravessou a rua para comer um churrasco, os caras chegaram e deram seis tiros nele” (G1 PA, 2015j, grifo nosso).

Figura 18 - Protesto realizado no bairro de São Brás



Ato foi encerrado em frente ao Mercado de São Brás. (Foto: Alexandre Yuri/ G1)

Vítimas foram homenageadas na Praça do Operário ao final do ato. (Foto: Alexandre Yuri/ G1)

Fonte: G1 PA (2015j).

Além de se constituir uma significativa mobilização em torno da chacina, esse evento é sobretudo muito relevante para revelar o quão atravessado por gênero é o perfil dos sobreviventes, algo que não podemos deixar de mencionar. Como indica Smith (2016), a maior parte de pessoas ligadas às vítimas a se engajar para denunciar a violência de Estado nas comunidades, periferias e favelas é formada por mulheres negras, que perdem seus filhos, seus parceiros e familiares para a violência policial ou de esquadrões da morte. Quando examinamos as fotografias desse protesto em via pública, vemos quem são essas mulheres que representam a sobrevivência a essas investidas violentas às periferias, quem são as mulheres que perderam seus filhos e familiares naquela noite de novembro. São elas que lamentam, que choram e que se põem em evidência para superar a criminalização e a irrelevância a que são relegadas as vítimas da chacina. São elas que mantêm vivas as imagens, os objetos e as lembranças daquelas pessoas que nos cálculos do Estado e nos relatos da mídia não passam de restos ou evidência de uma violência imprecisamente caracterizada, mas que é antes de mais nada a revelação de como esse genocídio tem um efeito devastador sobre suas vidas.

É bastante sintomático que este relato marque o “fim” – provisório – desse arco de feitura do acontecimento que nos propusemos a analisar aqui, pois indica que, mesmo em meio à rarefação de novos desenvolvimentos, ainda houve algum grau de preocupação, ainda que muito limitada, em relação ao que restou após a chacina, especialmente quanto a suas vítimas, que estiveram ausentes mesmo quando seus nomes estavam precariamente presentes nos relatos

midiáticos. Precisamente então, por meio das imagens publicadas neste último relato, podemos perceber que, sim, houve uma grande mobilização naquele dia, pois a chacina ainda marcava a memória recente da cidade, que se viu toda envolvida naquele acontecimento, visto que não foram só os bairros periféricos que sentiram a onda de medo e paralisia. Porém, é importante não perder de vista que, sim, foi ali naquelas localidades que aqueles homens negros, parte daquela população racializada, tornaram-se alvo de uma violência sem sentido, de mais uma ação de extermínio, que voltou a repetir-se em Belém e voltou a vitimar os mesmos grupos, sendo este um acontecimento marcante, que, porque se integra à cronologia infelizmente inacabada das chacinas no Pará e no Brasil, deve ser objeto de um perpétuo exercício de rememoração, que nos permita não perder a dimensão do terror ora vivido, que deixou e deixará marcas indeléveis em todos aqueles indivíduos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com quantos nomes se faz uma chacina? Em que medida podemos identificá-la como parte do genocídio negro brasileiro? O espírito de ambos os questionamentos guiou o conjunto de esforços empreendidos ao longo desta pesquisa, atravessados tanto por um profundo interesse intelectual nos estudos de acontecimento quanto pela necessidade de trazer à tona neste acontecimento violento com o qual lidamos a dimensão da violência de Estado contra o corpo negro. A ideia era não incorrer em leituras simplistas do trabalho de feitura que é resultado de todas as operações que pudemos acompanhar em torno da Chacina de Belém, chacina essa que se deu na esteira de várias outras e pode até ser lida como o prenúncio de uma violência que sempre retorna, que, por mais que o tempo passe, nunca deixa de acontecer.

Passados dez anos, é particularmente preocupante que até mesmo aquela ritualização midiática de relembrar os acontecimentos marcantes não esteja sendo feita no espaço midiático. Durante o início de novembro de 2024, percorremos algumas das mídias jornalísticas locais, a fim de verificar o quanto se estaria falando sobre esse terrível massacre que se abateu sobre os cidadãos de Belém e deixou toda a cidade no mais completo estado de pânico. Nada. Nada havia que mencionasse uma das ocorrências violentas mais emblemáticas do terror estatalmente fomentado que se reproduz e permanece a se repetir nas periferias, favelas e comunidades de nossos centros urbanos. Mais do que qualquer coisa, isso aponta ainda a zona de irrelevância a que são relegados tais eventos, cujo quadro de compreensão a prevalecer diz respeito a sua implicação no domínio temático de crime, criminalidade e assunto de segurança pública.

Por outro lado, passamos a ver, com um certo otimismo, o reexame das chacinas, particularmente em Belém e no Pará, que passa a ser feito por pesquisadores de áreas as mais diversas, como o Direito, as Ciências Sociais e até mesmo a Comunicação, que convergem para a sua realocação em uma concepção distinta daquela de situação que nada mais teria a nos dizer sobre a vida social. Como vimos, o fato de esses acontecimentos engajarem setores distintos da sociedade, para além de se constituírem como um problema social multifacetado, faz com que essa retomada tenha o potencial de dar visibilidade aos atravessamentos que tendem a permanecer ignorados ou são minimizados nos contextos mesmos de sua ocorrência. Trata-se justamente de um dos modos de combater esse esquecimento que acaba tendo lugar nas esferas midiáticas e do Estado.

É a esses esforços que se incorpora mais esta pesquisa, que, para combater essa leitura redutora, tenta oferecer um quadro amplo das vinculações sociais, das dimensões sociopolíticas entretidas no processo mesmo de desenrolar-se que pudemos identificar para a Chacina de

Belém. Daí não é insignificante que tenhamos dado ênfase a uma compreensão que necessariamente articula uma demanda pela leitura da violência racializada e uma conceptualização do chacinamento como manifestação do genocídio negro, o qual sempre esteve nas reivindicações do movimento negro e de organizações de defesa de Direitos Humanos, mas dificilmente é mobilizado sem tensões quando falamos de violência policial e da imensa quantidade de pessoas negras que é alvo de verdadeiras investidas bélicas que resultam em sua aniquilação, em seu extermínio.

Como vimos, a história das chacinas no Pará é uma história recente, com uma cronologia que remonta aos anos 1990, num momento pós-abertura democrática, o que, por sua vez, pode explicar por que só a partir de então começamos a ouvir e conhecer – e alguma medida problematizar – essas práticas de policiamento que se avizinham a um justicamento pistoleiro, quando não a organizações paramilitares que operam com regras próprias, com sua ação sendo ignorada pelo poder público. Ainda assim, essa breve história, que ainda está sendo escrita, nos dá dimensão, a um só tempo, da extensão com que esse genocídio é praticado e de como não podemos dissociar o Estado de uma violência racializada que tem sido tolerada e fomentada no nível político-institucional.

Por isso, não poderíamos deixar de analisar esse acontecimento em específico, que revela em várias frentes a negação do genocídio e da eleição da população negra e pobre como conjunto disforme e indiferenciado de sujeitos matáveis e descartáveis, um contingente de pessoas a serem mortas a qualquer momento, em uma sociedade extremamente fissurada, na mesma proporção em que revela também a denúncia, o engajamento e a recusa de uma interpretação pacificada da chacina que dê margem à criminalização das vítimas e, conseqüentemente, a uma segunda morte, tão comum forma de morte social que se processa quando tratamos das formas de publicização desses eventos. Momentos como os protestos que houve pela violência em Belém, sobretudo, os diretamente em reação à chacina, os depoimentos dos familiares das vítimas e o documentário produzido pelos jovens da Terra Firme são todos exemplos dessa recusa contra as propostas reificantes para a vida daquelas populações.

Por isso, buscamos aqui compreender como os relatos midiáticos sobre a Chacina de Belém produziram um acontecimento em que está presente a manifestação da violência racializada e suas conseqüências naquele território. Portanto, ambas as preocupações nos acompanharam quando do desenvolvimento da pesquisa, que buscou não descurar nem de como as contribuições de estudos de acontecimento poderiam informar nossa leitura, nem de como a violência policial racializada devia ser alvo de escrutínio por um olhar atento, capaz de desvelá-la, mesmo diante de tentativas de ocultar tais aspectos presentes no próprio acontecimento, que,

por sua vez, resultam eloquentes como um alinhavo da negação do racismo em um território com relações raciais complexas, marcadas por uma negociação baseada em identidades raciais cambiantes, em que o apagamento da negritude tem se dado como projeto apenas recentemente em desconstrução.

Com isso, buscamos nesta tese lidar com um ano de produção de relatos midiáticos de diferentes origens entre os anos de 2014 e 2015, iniciando-se no dia em que irrompeu a chacina, 4 de novembro de 2014. Se é verdade que houve uma predominância de relatos oriundos de mídias jornalísticas, a incursão aqui realizada permitiu que víssemos uma dispersão e por vezes heterogeneidade entre os relatos que integraram a acontecimentalização em tela. Mesmo intuindo que haveria essa variedade, ao de fato cotejarmos a materialidade, percebemos que essa chacina teve atuando ao seu redor agentes do campo político, como os órgãos de segurança, o governo do Estado e até mesmo representantes das esferas políticas da União, agentes sociais relacionados ao combate à violação de direitos humanos, tanto em âmbito local, com instituições como a SDDH e a OAB-PA, quanto fora dele, com a Anistia Internacional figurando entre as muitas entidades que se manifestaram sobre a Chacina de Belém. Houve ainda relatos de jornalistas independentes, em cujos blogs vimos um intenso questionamento sobre a política de segurança que viabiliza essas práticas violentas pelas polícias. Não menos importante, vimos os sobreviventes afetados virem à cena pública para reivindicar justiça e punição para os perpetradores do massacre, vimos até mesmo as vítimas tendo suas mortes como alvo de uma potente fabulação para poderem dar seu próprio testemunho.

Ao nos aproximarmos da chacina considerando seu percurso acontecimental, pudemos *descrever as descrições* que foram feitas, por assim dizer, que, não sendo unívocas, apontaram para esse intenso cenário de disputas que se deu, permitindo-nos reconstituir não apenas aquilo de que falavam os relatos, se não os próprios relatos como ações que participaram da formação social daquele acontecimento violento. Tendo precisamente a noção do tipo de acontecimento violento diante do qual nos posicionamos, a nossa atenção para os fluxos sintetizados por essas ações também foi crucial para que pudéssemos ter uma orientação metodológica que nos permitisse lidar com tudo o que foi dito ao longo do período selecionado, sem perder de vista o encadeamento dos episódios da chacina no âmbito de cada um dos fluxos mapeados, e de como esse todo deu uma espécie de “vida social” ao acontecimento-chacina como resultado do amplo trabalho coletivo de tentar dizer o que aconteceu.

Por isso, tal qual expusemos anteriormente, pudemos indicar ao menos cinco fluxos que tiveram lugar ao longo do percurso acontecimental da chacina de Belém: a) o momento do chacinamento, quando houve a morte do policial e as execuções em sua esteira, momento

marcado por um enorme desnorteio quer das mídias, quer do Estado, quer dos moradores das comunidades, quando houve uma proliferação de informações díspares, conflitantes, imprecisas ou até falsas, no entanto, sendo um dos momentos em que o terror de Estado nos é mostrado por meio de como ocorreram os assassinatos e o que testemunhas atestaram a respeito; b) a reação político-institucional, que vem na esteira do fluxo anterior, como tentativas pelo Estado de fechar possíveis leituras, de interditar o sentido de chacina que já começava a ser mobilizado – porque nesse caso, chacina equivaleria à participação dos agentes do Estado –, de modo a tentar fazer estabilizar-se uma compreensão do massacre como questão de segurança a resolver, eximindo o Estado de responsabilidade e sinalizando para um combate difuso, sem foco e sem culpados por essas mortes; c) a reivindicação da chacina, momento de intensa efervescência de perspectivas contrárias àquela alinhavada pelas instituições oficiais, havendo constantes remissões à necessidade de reexame de ideias como confronto, disputa entre bandidos, sendo então o próprio prisma do genocídio negro trazido ao debate de modo bastante direto pelos agentes engajados nessa contestação; d) a CPI das Milícias, investigação que é levada a cabo como resultado dessas demandas feitas pela sociedade, mobilizando um outro rol de agentes políticos na elucidação das chacinas, do *modus operandi* dos perpetradores dos massacres e sua relação com a ação de grupos de extermínio naquele estado; e e) a perspectiva das vítimas e o arrefecimento do acontecimento, que, se aponta para um fechamento das reverberações naquele momento, acaba sendo o fluxo mais rico de elementos que nos permitem ter noção do quadro de perdas humanas e o que aquilo significou para as famílias e demais pessoas afetadas no nível das comunidades.

Em meio a esse circuito de ações na cena pública, pudemos então entender como se deram as dinâmicas de racialização no interior da feitura de mais esse acontecimento violento, as quais se constituem aqui como as evidências do genocídio negro no caso da Chacina de Belém. Desde o início da produção dos relatos que demarcam o estopim do chacinamento, não pudemos ver as faces das vítimas, em alguns casos apenas vindo a saber seus nomes e as histórias sobre suas mortes de forma fragmentada na cobertura das mídias corporativas locais. Porém, desde aquele momento, já ficou evidente que o padrão de vitimação – como tem se dado invariavelmente nas matanças dessa ordem na cidade – é o mesmo, jovens pobres, habitantes dos espaços periféricos da cidade e negros. Se em um primeiro momento, poderíamos apenas supor essa negritude, somos impelidos pelo fato de estarmos falando de regiões cuja maior parte da população é negra, de uma violência que historicamente se orienta contra essas pessoas, e, mais tarde, a partir das poucas aparições dos familiares. Podemos entrever que se trata, sim, de uma maioria de jovens negros, fazendo com que os contornos da racialização das mortes

tornem-se essenciais para conduzir qualquer tipo de leitura sobre os desdobramentos posteriores, que também dependerão dos imaginários racistas sobre o corpo negro.

Por outro lado, mais uma evidência está em como não se dispensa nenhum tipo de resposta político-institucional mais incisiva do que um “nada podemos dizer”, nem qualquer tipo de assistência aos sobreviventes, às pessoas afetadas, aos familiares, quando mortes como essas se tornaram parte tão naturalizada de uma rotina de conversação pública sobre mortalidade/letalidade que não vem acompanhada sequer da pressuposição de uma comoção pública generalizada de caráter imediato, o que claramente é tributário do estatuto sociorracial daqueles vítimas, de sua indiferenciação enquanto registros num obituário midiático e policialesco, perdendo qualquer tipo de singularidade na percepção do público, não se projetando para elas nenhum tipo de ritualização de um luto coletivo, exceto por parte das comunidades afetadas e das famílias que sofreram essas perdas. Resta então a impressão de que todo aquele horror tem mais impacto por assinalar a medida em que a urbe é a imagem da cidade insegura, do que por revelar uma brutalização/cadaverização sempre potencial para as populações periferizadas.

Uma outra evidência ainda, como revés dessa primeira, é como a resposta só vem por conta de um clamor, de uma reivindicação coletiva de ordem bastante específica que busca tomar conta do espaço público para denunciar, para pôr em discussão e para apontar as cisões que estão instauradas na emergência do chacinamento como uma possibilidade. Essa contestação, como vimos anteriormente, é aquela feita conjuntamente por organizações da sociedade civil e as famílias, que pedem o fim do massacre, pedem o fim de carnificinas que atentam contra as muitas vidas que estão à mercê dessas formas de policiamento e de vigilância. Mais uma vez, é por meio desse clamor coletivo que a arbitrariedade dessas mortes é posta em primeiro plano, e é só assim que vemos uma resposta de caráter público de enfrentamento e reconhecimento do genocídio orquestrado como projeto de Estado, havendo aí espaço para garantir o exercício e o acolhimento do luto daquelas pessoas. Se percebemos o quanto deve haver uma insistência na ancoragem da chacina como parte de um investimento genocida, vemos que isso se dá como o avesso de um vácuo previamente instalado nas compreensões socialmente partilhadas sobre esse acontecimento violento.

Por fim, não podemos ignorar que uma das evidências mais contundentes está nas corporeidades que podemos observar, algo que de fato se realiza na etapa do arrefecimento, como a chamamos, uma dimensão que não se notou com muita ênfase ao longo dos relatos, muitos dos quais consistiam apenas em textos verbais escritos, mas que se tornou crucial para não termos qualquer tipo de dúvida sobre a realidade racial do massacre. Os corpos dos jovens

do coletivo que figuram no documentário como avatares das vítimas, que reencenam a dor, que nos olham, nos implicam como espectadores e implicam todos aqueles que, por suas trajetórias de vida, poderiam ter sido mortos, bem como os corpos das mães, irmãs e outras familiares permitem que não percamos de vista aquilo que escapa às rotinizações midiáticas e mesmo político-institucionais do acontecimento violento, isto é, que são esses corpos negros que lidam com as consequências desse mundo social eivado de dor, de sofrimento e de morte, ao mesmo tempo em que são eles que subvertem esse lugar que lhes é dado, para propor de volta à sociedade uma perspectiva de resistência capaz de refazê-lo.

REFERÊNCIAS

- BABO-LANÇA, Isabel. **A configuração dos acontecimentos públicos: o “Caso República” e as manifestações nos Açores em 1975**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.
- BABO-LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, p. 85–94, 2005.
- BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 219–242, 2013.
- BARTHÉLÉMY, Michel; QUÉRÉ, Louis. **La mesure des événements publics: structure des événements et formation de la conscience publique**. Paris: CEMS/EHESS, 1991.
- BECKER, Howard Saul. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENTES, Nilma. **Aspectos da trajetória da população negra no Pará**. Belém: GEAM/UFGA, 2013.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. *In*: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 49–65.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência. *In*: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (Org.). **Vulnerabilidades, narrativas, identidades**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 109–130.
- CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro Rodrigues. Pela adoção da perspectiva da pertinência em pesquisas comunicacionais. **E-Compós**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 1–16, 2012.
- CASTRO, Jetur Lima. **“Poderia ter sido você”**: autorrepresentação, dimensão sensível e intersubjetiva da violência no bairro da Terra Firme, em Belém. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- CHACINA. *In*: DICCIONARIO da lingua portugueza. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1890. p. 446.
- CONCEIÇÃO, Fernando Costa. Qual a cor da imprensa? *In*: OLIVEIRA, Dijaci David *et al.* (Org.). **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2002. p. 153–161.
- CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 51, p. 213–246, 2015.
- CORRÊA, Laura Guimarães; BERNARDES, Mayra. “Quem tem um não tem nenhum”: solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. *In*: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). **Vozes negras em comunicação: mídias, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 203–219.

COSTA, Sofia Helena Monteiro de Toledo; BERNARDO, Ruan; RAMOS, Paulo César. Introdução: dados sobre chacinas e policiamento. *In*: COSTA, Sofia Helena Monteiro de Toledo (Org.). **Chacinas e policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2024. p. 31–44.

COUTO, Aiala Colares Oliveira. **Do poder das redes as redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostos do narcotráfico na metrópole de Belém-PA**. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

COUTO, Aiala Colares Oliveira. Necropolítica e racismo na construção da cartografia da violência nas periferias de Belém. **Revista USP**, São Paulo, v. 129, p. 63–80, 2021.

DELUCHEY, Jean-François Yves. **Biopolítica e morte no Brasil: o extermínio da juventude negra (ultra)periférica na Amazônia**. Belém: UFPA, 2020.

DYNA, Eduardo Armando Medina. A instrumentalização das chacinas como política de violência: um panorama dos principais massacres no Brasil. *In*: SILVEIRA, Jader Luís (Org.). **Ciências Sociais e Políticas: democracia, demandas e desafios**. Formiga: MultiAtual, 2022. p. 117–137.

FERREIRA DA SILVA, Denise. No-bodies: law, raciality and violence. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 119–162, 2014.

FERREIRA JUNIOR, Sergio do Espirito Santo. **Configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas: Chacina da Região Metropolitana de Belém em Diário do Pará e O Liberal**. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FERREIRA JUNIOR, Sergio do Espirito Santo. Entre o fatal e o normal: a morte e o morrer nos cadernos de polícia da imprensa paraense. *In*: COSTA, Alda Cristina; CHAGAS, Célia Regina Trindade; OLIVEIRA, Ivana Claudia Guimarães (Org.). **O medo é a mensagem: narrativas midiáticas na Amazônia paraense**. Belém: C2N, 2020. p. 123–133.

FERREIRA JUNIOR, Sergio do Espirito Santo; KABUENGE, Nathan Nguangu. Composição da intriga na narrativização de acontecimentos violentos. **Contemporânea**, Salvador, v. 18, n. 1, p. 53–70, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. **Direito UnB**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 119–146, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. A medida da dor: politizando o sofrimento negro. *In*: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES (Org.). **Encrespando: Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024)**. Brasília, DF: Brado Negro, 2016. p. 61–73.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 25, n. 135, p. 49–71, 2017.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. *In*: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 39–51.

FRANÇA, Fábio Gomes. O perigo negro! A herança racista da polícia moderna no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 40, p. 123–149, 2021.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, São Paulo, v. 34, p. 1–26, 2018.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 15–83.

GUERRA, Gabriela Cipriano. **A construção da imagem do criminoso pela sociedade midiática e racismo: uma análise sócio-discursiva da categorização de raça e crime**. Belo Horizonte: Letramento, 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: IBGE, 2022.

JULIÃO, Alexandre. Teatro de guerra: policiamento e atividade de milícia na Região Metropolitana de Belém. *In*: COSTA, Sofia Helena Monteiro de Toledo (Org.). **Chacinas e policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2024. p. 45–66.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Pre e post mortem: a morte, o morrer que o jornalismo e as mídias apresentam e aquelas que cometem. *In*: MARTINS, Moisés Lemos *et al.* (Org.). **Sentidos da morte: na vida da mídia**. Curitiba: Appris, 2017. p. 293–307.

LEAVY, Patricia. **Iconic events: media, politics, and power in retelling history**. Plymouth: Lexington, 2007.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. *In*: CHÁVEZ MAC GREGOR, Helena (Org.). **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. México D.F.: Unam, 2012. p. 130–139.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NEVEU, Erik; QUÉRÉ, Louis. The age of events. The spume of history - or an information master-frame? **Réseaux**, Paris, v. 5, n. 1, p. 9–25, 1997.

NUNES, Pablo. Apresentação. *In*: COSTA, Sofia Helena Monteiro de Toledo (Org.). **Chacinas e policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2024. p. 13-14.

NUNES, Samira Bueno. **Trabalho sujo ou missão de vida?** Persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP. 2018. 225 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Graziela. **Jovens negros no Brasil:** civilização e barbárie. São Paulo: Cortez, 2017.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57–60, 2004.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. **Sangue nos olhos:** sociologia da letalidade policial no Estado do Pará. 2020. 397 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARÁ (OAB-PA). **Relatório da situação dos casos de chacinas e extermínio de jovens negros no estado do Pará.** Belém: OAB-PA, 2017.

PINHEIRO, Tainara Lúcia; RODRIGUES, Carmem Izabel. Mediações visíveis na cidade: olhares sobre o racismo em Belém do Pará. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, v. 8, n. 2, p. 47–64, 2020.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, p. 59–75, 2005.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. **Enquadramentos e Advocacy sobre o genocídio de jovens negros:** análise da cobertura da Folha de S. Paulo. 2017. 419 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins; MOURA, Dione Oliveira. Enquadramentos midiáticos, interseccionalidade e o genocídio de jovens negros brasileiros: análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na Folha de S. Paulo. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 191–222, 2019.

RAMOS, Paulo César. **Gramática negra da luta contra a violência de Estado:** da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). 2021. 326 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; MIRANDA, Brenno Moraes; ARAÚJO, Luiz Victor Almeida de. Chacinas de Belém: participação de grupos milicianos e de extermínio nos homicídios de Belém, Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 172–193, 2024.

SILVA, Uvanderon Vitor; SANTOS, Jaqueline Lima; RAMOS, Paulo César. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2019.

SIMÕES, Paula Guimarães. A (in)visibilidade dos acontecimentos e a lógica do condomínio na sociedade brasileira contemporânea. **Rumores**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 76–90, 2016.

SMITH, Christen A. **Afro-Paradise: blackness, violence, and performance in Brazil**. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

SONNEVEND, Julia. **Stories without borders: the Berlin Wall and the making of a global iconic event**. New York: Oxford University Press, 2016.

TAKETA, Brenda Vicente. **O novelo de Dalcídio: mundo ribeirinho e subalternidades amazônicas no romance Belém do Grão-Pará**. 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

VARGAS, João H. Costa. Genocide in the African diaspora: United States, Brazil, and the need for a holistic research and political method. **Cultural Dynamics**, v. 17, n. 3, p. 267–290, 2005.

VARGAS, João H. Costa. **The denial of antiblackness: multiracial redemption and black suffering**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

VEDOVELLO, Camila de Lima. Era das chacinas: breve discussão sobre a prática de chacinamento na era democrática. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 20, p. 134–146, 2015.

VEDOVELLO, Camila de Lima; RODRIGUES, Arlete Moysés. As chacinas em São Paulo: da historicidade à Chacina da Torcida Pavilhão 9. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 161–179, 2020.

WAGNER-PACIFICI, Robin. Theorizing the restlessness of events. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 115, n. 5, p. 1351–1386, 2010.

WAGNER-PACIFICI, Robin. A manifesto for a quantum sociology of events. **Divinatio**, Sofia, n. 39–40, p. 49–60, 2015.

WAGNER-PACIFICI, Robin. **What is an event?** Chicago: University of Chicago Press, 2017.

WAGNER-PACIFICI, Robin. What is an event and are we in one? **Sociologica**, Cagliari, v. 15, n. 1, p. 11–20, 2021.

Referências webgráficas

A TAL MINEIRA. No Pará, mais uma chacina para a PM explicar. *In*: A TAL MINEIRA. **A Tal Mineira**, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://atalmineira.com/2014/11/05/no-para-mais-uma-chacina-para-a-pm-explicar/> Acesso em: 30 maio. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. Nota pública: Anistia Internacional pede investigação imediata da chacina que ocorreu ontem, 04/11, em Belém (PA). *In*: ANISTIA INTERNACIONAL. **Anistia Internacional**, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://www.anistia.org.br/informe/nota-publica-anistia-internacional-pede-investigacao-imediata-da-chacina-que-ocorreu-ontem-0411-em-belem-pa/> Acesso em: 30 maio. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo: informe 2014/2015**. Londres: Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Web-Informe-2015-03-06-final.pdf> Acesso em: 20 set. 2024.

AS FALAS DA PÓLIS. Chacina em Belém mostra a necessidade da desmilitarização da PM e o fim das milícias. *In: AS FALAS DA PÓLIS. As Falas da Pólis*, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://diogenesbrandao.blogspot.com/2014/11/chacina-em-belem-mostra-necessidade-da.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

BARATA, Augusto. Chacina – Pm, a bandidagem fardada. Blog do Barata. *In: BARATA, Augusto. Blog do Barata*, [on-line], 18 abr. 2015. Disponível em: <https://novoblogdobarata.blogspot.com/2015/04/chacina-pm-bandidagem-fardada.html> Acesso em: 30 maio 2024.

BARROS, Thiane. No mês da consciência negra, nenhuma novidade: mata-se gente preta. *In: PRAGMATISMO POLÍTICO. Pragmatismo Político*, [on-line], 7 nov. 2014. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/11/uma-madrugada-de-terror-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

BBC NEWS. Brazil probes deaths in Belem police 'revenge attacks'. *In: BRITISH BROADCASTING CORPORATION. BBC News*, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-29925260> Acesso em: 30 maio. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/PEC/msg975-970902.htm#:~:text=144..pela%20Uni%C3%A3o%20e%20pelos%20Estados Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. Agência Senado. Polícias militares têm origem no século 19. *In: BRASIL. Agência Senado. Senado Notícias*, [on-line], 26 nov. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19> Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Homicídio de Jovens Negros e Pobres: relatório final**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1358026 Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. Relatora diz que jovens negros sofrem genocídio e propõe plano nacional contra violência. *In: BRASIL. Câmara dos Deputados. Agência Câmara de Notícias*, [on-line], 7 jul. 2015b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/464170-relatora-diz-que-jovens-negros-sofrem-genocidio-e-propoe-plano-nacional-contraviolencia/> Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens: relatório final**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens> Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. Agência Brasil. Censo 2022: população parda supera a branca pela 1ª vez. *In: BRASIL. Empresa Brasileira de Comunicação. Agência Brasil*, [on-line], 22 dez. 2023a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/censo-2022->

populacao-parda-supera-branca-pela-1a-vez#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20preta%20somava%2019,2022%2C%2010%2C%25. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Agência Brasil. Assassinato de Bruno e Dom completa um ano; veja linha do tempo. *In*: BRASIL. Empresa Brasileira de Comunicação. **Agência Brasil**, [on-line], 5 jun. 2023b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/censo-2022-populacao-parda-supera-branca-pela-1a-vez#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20preta%20somava%2019,2022%2C%2010%2C%25>. Acesso em: 15 maio 2024.

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO NO PARÁ (Cedenpa). Após chacina, organizações convocam protesto em Belém. *In*: CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO NO PARÁ. **Cedenpa**, [on-line], 10 nov. 2014. Disponível em: <https://cedenpa.org.br/apos-chacina-organizacoes-convocam/> Acesso em: 30 maio. 2024.

CHACINA em Belém, 2014, 1 vídeo (53 seg). **YouTube**, [on-line], 5 nov. 2014a. Publicado pelo canal Larte Figueiredo Jr. Disponível em: https://youtu.be/Hy77ba_tfVw?si=OCTvs9GnPKpT70a Acesso em: 20 jul. 2024.

CHACINA em Belém, 2014, 1 vídeo (8 seg). **YouTube**, [on-line], 5 nov. 2014b. Publicado pelo canal Larte Figueiredo Jr. Disponível em: <https://youtu.be/teetMedqFdY?si=qdRDRP0eco28lehD> Acesso em: 20 jul. 2024.

CHACINA. *In*: DICIONÁRIO Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/We1Y/chacina/> Acesso em: 20 mar. 2024.

CORREIO DO BRASIL. Famílias enterram corpos de vítimas da chacina em Belém do Pará. *In*: CORREIO DO BRASIL. **Correio do Brasil**, [on-line], 6 nov. 2014. Disponível em: <https://correiodobrasil.com.br/a/familias-enterram-corpos-de-vitimas-da-chacina-em-belem-do-para> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. Cabo da Polícia Militar é morto no Guamá. *In*: REDE BRASIL AMAZÔNIA. **Diário Online**, [on-line], 4 nov. 2014a. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308085-cabo-da-policia-militar-e-morto-no-guama.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. Suspeito de matar cabo da PM pode estar morto. *In*: REDE BRASIL AMAZÔNIA. **Diário Online**, [on-line], 5 nov. 2014b. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308101-suspeito-de-matar-cabo-da-pm-pode-estar-morto.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. "Podem sair de casa sem medo", diz secretário. *In*: REDE BRASIL AMAZÔNIA. **Diário Online**, [on-line], 5 nov. 2014c. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-308115-podem-sair-de-casa-sem-medo-diz-secretario.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. Relatos indicam que ação foi coordenada. *In*: REDE BRASIL AMAZÔNIA. **Diário Online**, [on-line], 9 nov. 2014d. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308535-relatos-indicam-que-acao-foi-coordenada.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. CPI das milícias inicia reuniões administrativas. *In: REDE BRASIL AMAZÔNIA. Diário Online*, [on-line], 22 dez. 2014e. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-313363-cpi-das-milicias-inicia-reunioes-administrativas.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. Cabo Pet comandava um grupo de extermínio, diz CPI. *In: REDE BRASIL AMAZÔNIA. Diário Online*, [on-line], 7 jan. 2015a. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-313363-cpi-das-milicias-inicia-reunioes-administrativas.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. Grupos de milícias atuam com participação de PMs. *In: REDE BRASIL AMAZÔNIA. Diário Online*, [on-line], 30 jan. 2015b. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-317831-grupos-de-milicias-atuam-com-participacao-de-pms.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

DIÁRIO ONLINE. Milícia de Icoaraci é a mais organizada, diz CPI. *In: REDE BRASIL AMAZÔNIA. Diário Online*, [on-line], 31 jan. 2015c. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-317831-grupos-de-milicias-atuam-com-participacao-de-pms.html?d=1> Acesso em: 30 maio. 2024.

CULTURA VERDE. ROTAM Promove chacina em Belém para vingar morte de policial ligado à milícia. *In: CULTURA VERDE. Cultura Verde*, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://culturaverde.org/rotam-promove-chacina-em-belem-para-vingar-morte-de-policial-ligado-a-milicia> Acesso em: 30 maio. 2024.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). Após chacina, organizações convocam protesto em Belém. *In: FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. Fase*, [on-line], 7 nov. 2014. Disponível em: Acesso em: <https://fase.org.br/pt/noticias/organizacoes-convocam-protesto-apos-chacina-em-belem/> 30 maio. 2024.

FRAÇÃO TROTSKISTA QUARTA INTERNACIONAL. Polícia anuncia e cumpre chacina em Belém do Pará. *In: FRAÇÃO TROTSKISTA QUARTA INTERNACIONAL. Fração Trotskista Quarta Internacional*, [on-line], 6 nov. 2014. Disponível em: https://www.ft-ci.org/Policia-anuncia-e-cumpre-chacina-em-Belem-do-Para?lang=pt_br Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. PM é assassinado no bairro do Guamá, em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 4 nov. 2014a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/ex-pm-e-assassinado-no-bairro-do-guama-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Nove pessoas são mortas em Belém após assassinato de policial militar. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 5 nov. 2014b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/oito-pessoas-sao-mortas-em-belem-apos-assassinato-de-policial-militar.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Famílias identificam corpos de assassinados em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 5 nov. 2014c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/oito-pessoas-sao-mortas-em-belem-apos-assassinato-de-policial-militar.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Polícia confirma morte de 10ª pessoa após assassinato de PM em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 6 nov. 2014d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/policia-confirma-morte-de-10-pessoa-apos-assassinato-de-pm-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Polícia confirma morte de 10ª pessoa após assassinato de PM em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 6 nov. 2014e. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/familias-enterram-corpos-de-vitimas-de-assassinatos-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Manifestantes protestam contra chacina e pedem 'CPI das milícias'. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 11 nov. 2014f. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/manifestantes-protestam-contra-chacina-e-pedem-cpi-das-milicias.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Presidiário ordenou morte de mulher assassinada no 40 Horas, diz polícia. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 15 nov. 2014g. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/presidiario-ordenou-morte-de-mulher-assassinada-no-40-horas-diz-policia.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. CPI das Milícias tem membros designados pela Alepa. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 16 dez. 2014h. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/cpi-das-milicias-tem-membros-designados-pela-alepa.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. CPI das milícias ouve delegada e ouvidora da Segup. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 7 jan. 2015a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/01/cpi-das-milicias-ouve-delegada-e-ouvidora-da-segup-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Parlamentares têm acesso a escutas telefônicas na CPI das Milícias no PA. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 19 jan. 2015b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/01/parlamentares-tem-acesso-escutas-telefonicas-na-cpi-das-milicias-no-pa.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Relatório aponta que PM morto em chacina estava envolvido com milícia. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 30 jan. 2015c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/01/relatorio-aponta-que-pm-morto-em-chacina-estava-envolvido-com-milicia.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Filme narra chacinas que ocorreram na Região Metropolitana de Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 6 jan. 2015d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/01/filme-narra-chacinas-que-ocorreram-na-regiao-metropolitana-de-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Ex-PM é preso por homicídio e porte ilegal de arma, em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 9 fev. 2015e. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/02/ex-pm-e-presos-por-porte-ilegal-de-arma-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Polícia ouve outros dois suspeitos de envolvimento com milícia em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 20 mar. 2015f. Disponível

em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/03/presos-suspeitos-de-envolvimento-com-grupos-de-milicias-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Promotoria Militar indicia 14 PMs por chacina que matou 10 em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 17 abr. 2015g. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/04/promotoria-militar-indicia-14-pms-por-chacina-que-matou-10-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Preso suspeito de participar da morte do cabo Antônio Figueiredo em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 21 set. 2015h. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/09/preso-suspeito-de-participar-da-morte-do-cabo-antonio-figueiredo-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Chacina em Belém completa 1 ano e crimes permanecem sem solução. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 21 set. 2015i. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/11/chacina-em-belem-completa-1-ano-e-crimes-permanecem-sem-solucao.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

G1 PARÁ. Famílias homenageiam vítimas de chacina durante marcha em Belém. *In: ORGANIZAÇÕES RÔMULO MAIORANA. G1 Pará*, [on-line], 4 nov. 2015j. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/11/familias-homenageiam-vitimas-de-chacina-durante-marcha-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

GELEDÉS. Após morte de policial, oito são mortos em Belém do Pará. *In: GELEDÉS. Geledés*, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/apos-morte-de-policial-oito-sao-mortos-em-belem-para/> Acesso em: 30 maio. 2024.

O DIA. Nove pessoas são assassinadas após homicídio de PM em Belém. *In: O DIA. O Dia*, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-11-05/nove-pessoas-sao-assassinadas-apos-homicidio-de-pm-em-belem.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

O GLOBO. Relatório da Anistia Internacional alerta sobre agravamento da crise na segurança pública no Brasil. *In: O GLOBO. O Globo*, [on-line], 24 fev. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/relatorio-da-anistia-internacional-alerta-sobre-agravamento-da-crise-na-seguranca-publica-no-brasil-15428728> Acesso em: 30 maio. 2024.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no estado do Pará**: relatório final. Belém: Alepa, 2015a. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Institucional/BaixarRelatorio?Id=7> Acesso em: 20 set. 2024.

PARÁ. Secretaria de Estado de Comunicação. Segup alerta para prejuízos causados por trotes e virais. *In: PARÁ. Secretaria de Estado de Comunicação. Agência Pará*, [on-line], 1 abr. 2015b. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/8822/segup-alerta-para-prejuizos-causados-por-trotes-e-virais> Acesso em: 24 jul. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Considerações sobre a Chacina de Belém. *In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Democracia Socialista – PT*, [on-line], 6 nov. 2014. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/consideracoes-sobre-a-chacina-de-belem/> Acesso em: 30 maio. 2024.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU). Chacina na periferia de Belém espalha pânico na cidade. *In*: PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. **PSTU**, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/chacina-na-periferia-de-belem-espalha-panico-na-cidade/> Acesso em: 30 maio. 2024.

PHILLIPS, Dom. Militia Slayings in Brazil Shed Fresh Light on Police Brutality. *In*: TIME. **Time**, [on-line], 10 nov. 2014. Disponível em: <https://time.com/3576606/brazil-belem-amazon-militia/> Acesso em: 30 maio. 2024.

PHILLIPS, Dom. Police in Brazilian city aided revenge killings, report says. *In*: THE WASHINGTON POST. **The Washington Post**, [on-line], 7 maio 2015. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/after-cop-turned-gangster-is-shot-revenge-killings-rip-brazilian-city-apart/2015/03/06/9d6e7a3e-c111-11e4-a188-8e4971d37a8d_story.html Acesso em: 30 maio. 2024.

PODERIA ter sido você, 2014, 1 vídeo (10 min). **YouTube**, [on-line], 6 jan. 2015. Publicado pelo canal Tela Firme. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nTymevrDkF8> Acesso em: 20 jul. 2024.

PORTAL DO HOLANDA. Belém vira praça de guerra: oito bandidos mortos. *In*: PORTAL DO HOLANDA. **Portal do Holanda**, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://www.portaldoholanda.com.br/para/cabo-assassinado-em-belem-e-pm-reage-oito-bandidos-mortos> Acesso em: 30 maio. 2024.

PORTAL R7. Em noite de terror, dez pessoas são assassinadas em Belém (PA). *In*: REDE RECORD. **Portal R7**, [on-line], 5 nov. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/em-noite-de-terror-dez-pessoas-sao-assassinadas-em-belem-pa-05112014/> Acesso em: 30 maio. 2024.

SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (SDDH). Nota Pública da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos sobre episódios recentes de violência em Belém. *In*: SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. **Resistência Online**: Blog da SDDH, [on-line], 6 nov. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210619052218/https://jornalresistenciaonline.blogspot.com/2014/11/nota-publica-da-sociedade-paraense-de.html> Acesso em: 30 maio. 2024.

TIRO Belém caraio pdu, 2014, 1 vídeo (40 seg). **YouTube**, [on-line], 5 nov. 2014. Publicado pelo canal Larte Figueiredo Jr. Disponível em: https://youtu.be/k4-QiU4Lg-k?si=Srz_AFWd0j0kAzE0 Acesso em: 20 jul. 2024.

UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA. Policiais militares são suspeitos de envolvimento com massacre de jovens em Belém-PA. *In*: UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA. **UJS**, [on-line], 2014. Disponível em: <https://uj.org.br/blog/noticias/policiais-militares-sao-suspeitos-de-envolvimento-com-massacre-de-jovens-em-belem-pa/> Acesso em: 20 jul. 2024.

UOL. "Foram mais de 30 tiros", diz padrasto de jovem morto em Belém. *In*: UOL. **UOL Notícias**, [on-line], 6 nov. 2014b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/06/foram-mais-de-30-tiros-diz-padrasto-de-jovem-morto-em-belem.htm> Acesso em: 30 maio. 2024.

UOL. Corregedoria da PM do PA vai investigar mortes após assassinato de policial. *In:* UOL. **UOL Notícias**, [on-line], 5 nov. 2014c. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/05/corregedoria-da-pm-do-pa-vai-investigar-mortes-apos-assassinato-de-policial.htm> Acesso em: 30 maio. 2024.

UOL. Polícia confirma 10ª morte em Belém após assassinato de PM. *In:* UOL. **UOL Notícias**, [on-line], 6 nov. 2014a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/06/policia-confirma-10-morte-em-belem-apos-assassinato-de-pm.htm> Acesso em: 30 maio. 2024.

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DO CORPUS

	Mídia	Tipo de RE	Data	Hora	Veículo	Local	Autoria	Título	Link
Semana 1 : 02/11/2014 - 08/11/2014	Corporativa Local	RC	04/11/2014	22:33	G1 Pará	Belém	-	PM é assassinado no bairro do Guamá, em Belém	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/ex-pm-e-assassinado-no-bairro-do-guama-em-belem.html
	Corporativa Local	RC	04/11/2014	20:39	Diário Online	Belém	-	Cabo da Polícia Militar é morto no Guamá	https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308085-cabo-da-policia-militar-e-morto-no-guama.html?d=1
	Internacional	RC	05/11/2014	-	BBC	-	-	Brazil probes deaths in Belem police 'revenge attacks'	https://www.bbc.com/news/world-latin-america-29925260
	Corporativa Local	RC	05/11/2014	07:41	G1 Pará	Belém	-	Nove pessoas são mortas em Belém após assassinato de policial militar	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/oiito-pessoas-sao-mortas-em-belem-apos-assassinato-de-policial-militar.html
	Corporativa Local	RC	05/11/2014	14:06	G1 Pará	Belém	-	Famílias identificam corpos de assassinados em Belém'	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/familias-identificam-corpos-de-assassinados-em-belem.html
	Corporativa Local	RC	05/11/2014	01:30	Diário Online	Belém	-	Suspeito de matar cabo da PM pode estar morto	https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308101-suspeito-de-matar-cabo-da-pm-pode-estar-morto.html?d=1
	Corporativa Local	RC	05/11/2014	09:13	Diário Online	Belém	-	"Podem sair de casa sem medo", diz secretário	https://dol.com.br/noticias/para/noticia-308115-podem-sair-de-casa-sem-medo-diz-secretario.html?d=1
	Alternativa regional	RC	05/11/2014	08:25	Portal do Holanda	Manaus	-	Cabo da PM é assassinado e Belém vira praça de guerra: oito bandidos mortos	https://www.portaldoholanda.com.br/belem/cabo-assassinado-em-belem-e-pm-reage-oito-bandidos-mortos
	Alternativa regional	RTR	05/11/2014	21:20	A tal mineira	-	Sulamita Esteliam	No Pará, mais uma chacina para a PM explicar	https://atamineira.com/2014/11/05/no-para-mais-uma-chacina-para-a-pm-explicar/
	Corporativa Sudestina	RC	05/11/2014	10:55	Portal R7	-	André França (jornalista local)	Em noite de terror, dez pessoas são assassinadas em Belém (PA)	https://noticias.r7.com/cidades/em-noite-de-terror-dez-pessoas-sao-assassinadas-em-belem-pa-05112014
	Corporativa Sudestina	RC	05/11/2014	16:17	O Dia	Rio de Janeiro	Tamara Coimbra	Nove pessoas são assassinadas após homicídio de PM em Belém	https://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-11-05/nove-pessoas-sao-assassinadas-apos-homicidio-de-pm-em-belem.html
Corporativa Sudestina	RC	05/11/2014	17:19	UOL	-	Aliny Gama	Corregedoria da PM do PA vai investigar mortes após assassinato de policial	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/05/corregedoria-da-pm-do-pa-vai-investigar-mortes-apos-assassinato-de-policial.htm	

Alternativa local	RTR	05/11/2014	-	As Falas da Pólis	Belém	Diógenes Brandão	Chacina em Belém mostra a necessidade da desmilitarização da PM e o fim das milícias	https://diogenesbrandao.blogspot.com/2014/11/chacina-em-belem-mostra-necessidade-da.html
Movimento social	RTR	05/11/2014	-	Cultura Verde	-	-	ROTAM Promove chacina em Belém para vingar morte de policial ligado à milícia	https://web.archive.org/web/20141118084656/http://culturaverde.org/2014/11/05/rotam-promove-chacina-em-belem-para-vingar-morte-de-policial-ligado-a-milicia/
Alternativa nacional	RC	05/11/2014	-	Geledes	-	-	Após morte de policial, oito são mortos em Belém do Pará	https://www.geledes.org.br/apos-morte-de-policial-oito-sao-mortos-em-belem-para/
Partidária	RTR	05/11/2014	-	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU	-	Diego Cruz	Chacina na periferia de Belém espalha pânico na cidade	https://www.pstu.org.br/chacina-na-periferia-de-belem-espalha-panico-na-cidade/
Corporativa Local	RC	06/11/2014	14:12	G1 Pará	Belém	-	Polícia confirma morte de 10ª pessoa após assassinato de PM em Belém	https://g1.globo.com/na/para/noticia/2014/11/policia-confirma-morte-de-10-pessoa-apos-assassinato-de-pm-em-belem.html
Partidária	RTR	06/11/2014	-	Democracia Socialista - PT	-	-	Considerações sobre a Chacina de Belém	https://democraciasocialista.org.br/consideracoes-sobre-a-chacina-de-belem/
Alternativa regional	RTR	06/11/2014	10:45	Correio Nagô	Salvador	Enderson Araujo	Foram mais de 50 mortos no Pará essa madrugada. Nada saiu na mídia nacional.	http://correionago.ning.com/profiles/blogs/foram-mais-de-50-mortos-no-par-essa-madrugada-nada-saiu-na-midia
Movimento social	RTR	06/11/2014	-	Fração Trotskista Quarta Internacional	-	Jean Ilg e Marcela Johnson	Polícia anuncia e cumpre chacina em Belém do Pará	https://www.ft-ci.org/Policia-anuncia-e-cumpre-chacina-em-Belem-do-Para?lang=pt-br
Pública nacional	RTR	06/11/2014	21:27	Agência Brasil	Brasília	-	Grupo especial vai monitorar investigações de mortes no Pará, diz ouvidor	Grupo especial vai monitorar investigações de mortes no Pará, diz ouvidor
Corporativa Sudestina	RC	06/11/2014	15:24	UOL	-	Aliny Gama	"Foram mais de 30 tiros", diz padrao de jovem morto em Belém	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/06/foram-mais-de-30-tiros-diz-padrao-de-jovem-morto-em-belem.htm
Corporativa Sudestina	RC	06/11/2014	17:19	UOL	-	Aliny Gama	Polícia confirma 10ª morte em Belém após assassinato de PM	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/06/policia-confirma-10-morte-em-belem-apos-assassinato-de-pm.htm?cmpid=copiaacola
Corporativa Sudestina	RC	06/11/2014	14:26	Correio do Brasil	Rio de Janeiro	-	Famílias enterram corpos de vítimas da chacina em Belém do Pará	https://www.correiodobrasil.com.br/familias-enterram-corpos-de-vitimas-da-chacina-em-belem-do-para/

	Pública nacional	RTR	06/11/2014	16:27	Agência Senado	Brasília	-	Em nota, CDH cobra investigação independente de chacina em Belém	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/06/em-nota-cdh-cobra-investigacao-independente-de-chacina-em-belem
	Institucional	RTR	07/11/2014	14:18	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	-	-	Após chacina, organizações convocam protesto em Belém	https://fase.org.br/pt/noticias/organizacao-convocam-protesto-apos-chacina-em-belem/
	Corporativa sudestina	RTR	07/11/2014	-	BBC Brasil	-	Camila Costa	#SalaSocial: 'Vingança anunciada' em Belém expõe uso ilícito do Whatsapp	https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141106_salasocial_belem_whatsapp_cc
	Alternativa nacional	RTR	07/11/2014	20:15	Pragmatismo Político	-	Thiane Barros (jornalista paraense)	No mês da consciência negra, nenhuma novidade: mata-se gente preta	https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/11/uma-madruzada-de-terror-em-belem.html
	Universitária	RTR	07/11/2014	-	IHU Unisinos	-	Cesar Sanson	Chacina no Pará: número de mortes pode chegar a 20	https://www.ihu.unisinos.br/noticias/537165-chacina-no-para-numero-de-mortes-pode-chegar-a-20
	Pública nacional	RTR	07/11/2014	-	Ministério de Direitos Humanos	Brasília	-	Comitiva do Governo Federal acompanha investigações sobre chacina em Belém do Pará	https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2014/novembro/comitiva-do-governo-federal-acompanha-investigacoes-em-belem-do-para
	Alternativa regional	RTR	07/11/2014	-	Visão Oeste	Osasco	Cintia Sales (Coordenadora da Juventude de Osasco)	Não aceitamos a #chacina dos jovens negros em Belém do Pará	https://web.archive.org/web/20150418083532/http://www3.visaooeste.com.br/nao-aceitamos-a-chacina-dos-jovens-negros-em-belem-do-para/
	Movimento social	RTR	07/11/2014	-	Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará	Belém	-	Comitiva do Governo Federal acompanha investigações sobre chacina em Belém do Pará	https://cedenpa.org.br/comitiva-do-governo-federal/
	Alternativa regional	RTR	08/11/2014	-	Agência Social de Notícias	Campinas	José Pedro Soares Martins	Anistia e movimentos sociais querem esclarecimento de chacina em Belém no Pará	https://agenciasn.com.br/arquivos/1096
Semana 2 : 09/11/2014 - 15/11/2014	Corporativa local	RC	09/11/2014	17:35	Diário Online	Belém	-	Acusados de assassinar o cabo Pet são condenados pela Justiça	https://dol.com.br/noticias/para/noticia-464783-acusados-de-assassinar-o-cabo-pet-sao-condenados-pela-justica.html?d=1
	Corporativa local	RC	09/11/2014	09:55	Diário Online	Belém	-	Relatos indicam que ação foi coordenada	https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308535-relatos-indicam-que-acao-foi-coordenada.html?d=1

Corporativa local	RC	09/11/2014	10:03	Diário Online	Belém	-	Uma noite para nunca mais esquecer	https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308536-uma-noite-para-nunca-mais-esquecer.html?d=1
Partidária	RTR	09/11/2014	-	Corrente Socialista dos Trabalhadores – CST/PSOL	Belém	-	Pará: todos ao ato dia 11/11 (terça) na Escadinha do Cais do Porto!	http://www.cstpsol.com/viewnoticia.asp?ID=619
Internacional	RTR	10/11/2014	05:30	Time	EUA	Dom Phillips	Militia Slayings in Brazil Shed Fresh Light on Police Brutality	https://time.com/3576606/brazil-belem-amazon-militia/
Partidária	RTR	10/11/2014	16:29	Partido dos Trabalhadores - PT	-	Guilherme Ferreira	Câmara dos Deputados acompanhará investigações de chacina em Belém	https://pt.org.br/comissao-da-camara-dos-deputados-acompanhara-investigacoes-de-chacina-de-belem/amp/
Alternativa local	RTR	10/11/2014	-	Troposfera Plus	-	-	Chacina em Belém: algumas considerações, milícia formada por ex-PMs e o crime anunciado	https://tropos.wordpress.com/2014/11/10/chacina-em-belem-algumas-consideracoes-milicia-formada-por-ex-pms-e-o-crime-anunciado/
Movimento social	RTR	10/11/2014	-	Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará	Belém	-	Após chacina, organizações convocam protesto em Belém	https://cedenpa.org.br/apos-chacina-organicoes-convocam/
Outros	RTR	11/11/2014	18:34	TecMundo	-	Marcelo Rodrigues	Mensagens de WhatsApp avisam sobre chacina após morte de policial em Belém	https://www.tecmundo.com.br/whatsapp/65765-mensagens-whatsapp-avisam-chacina-morte-policial-belem.htm?fb_comment_id=817061291669531_817161568326170
Alternativa regional	RTR	11/11/2014	-	Correio da Cidadania	São Caetano do Sul	Luka Franca	Novembro de 2014 em Belém, maio de 2006 em São Paulo	https://www.correiodacidade.com.br/videos/71-artigos/social/10235-submanchete111114
Alternativa regional	RTR	11/11/2014	09:18	Vermelho.org	Brasília	-	“Modus operandi da PM é regra, não exceção”, diz presidenta do Conjuve	-
Corporativa Local	RC	15/11/2014	17:46	G1 Pará	Belém	-	Presidiário ordenou morte de mulher assassinada no 40 Horas, diz polícia	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/presidiario-ordenou-morte-de-mulher-assassinada-no-40-horas-diz-policia.html
Corporativa Local	RC	15/11/2014	19:25	G1 Pará	Belém	-	Corpo de mulher assassinada a tiros no 40 Horas é velado, em Belém	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/corpo-de-mulher-assassinada-tiros-no-40-horas-e-velado-em-belem.html
Alternativa local	RTR	15/11/2014	-	As Falas da Pólis	Belém	Diógenes Brandão	A matança continua	https://diogenesbrandao.blogspot.com/2014/11/a-matanca-continua.html

Semana 3 : 16/11/2014 - 22/11/2014	Alternativa regional	RTR	17/11/2014	08:41	Revista Fórum	-	Igor Carvalho	Em capitais, muros amanhecem pichados "contra o genocídio da juventude negra"	https://revistaforum.com.br/movimentos/2014/11/17/em-capitais-muros-amanhecem-pichados-contra-genocidio-da-juventude-negra-10855.html
	Movimento social	RTR	17/11/2014	16:25	Coletivo Juntos	São Paulo	Antônio Santos	Por 365 dias de Consciência Negra!	https://juntos.org.br/2014/11/por-365-dias-de-consciencia-negra/
Semana 4 : 23/11/2014 - 29/11/2014	Movimento social	RTR	23/11/2014	21:07	Coletivo Juntos	São Paulo	-	#FALTAN43 no México e no Brasil	https://juntos.org.br/2014/11/faltan43-no-mexico-e-no-brasil/
Semana 5: 30/11/2014 - 06/12/2014	Corporativa Local	RC	04/12/2014	19:48	G1 Pará	Belém	-	Maioria não tinha passagem pela polícia', diz ouvidora sobre chacina	https://g1.globo.com/na/para/noticia/2014/12/maioria-nao-tinha-passagem-pela-policia-diz-ouvidora-sobre-chacina.html
Semana 6: 07/12/2014 - 13/12/2014	NADA	NADA	NADA	NADA	NADA	NADA	NADA	NADA	NADA
Semana 7: 14/12/2014 - 20/12/2014	Corporativa Local	RC	19/12/2014	08:00	G1 Pará	Belém	-	Moradores celebram festas com decoração especial, na Terra Firme	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/moradores-celebram-festas-com-decoracao-especial-na-terra-firme.html
Semana 8: 21/12/2014 - 27/12/2014	Movimento social	RTR	22/12/2014	19:10	Coletivo Juntos	Belém	Juntos Belém	No Pará, a CPI das Milícias e grupos de extermínio dá início a seus trabalhos	https://juntos.org.br/2014/12/no-para-a-cpi-das-milicias-e-grupos-de-exterminio-da-inicio-a-seus-trabalhos/
Semana 9: 28/12/2014 - 03/01/2015	Alternativa regional	RTR	31/12/2014	-	Agência de Notícias das Favelas	??	Miriane Peregrino	TERRA FIRME: cultura e resistência na periferia de Belém do Pará	https://www.anf.org.br/terra-firme-cultura-e-resistencia-em-belem-do-para/
Semana 10: 04/01/2015	Corporativa Local	RC	06/01/2015	16:23	G1 Pará	Belém	-	Filme narra chacinas que ocorreram na Região Metropolitana de Belém	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/01/filme-narra-chacinas-que-ocorreram-na-regiao-metropolitana-de-belem.html

